



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE  
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS**

**IMAGENS DO INVISÍVEL: SENTIDOS E SENTIMENTOS DO RURAL-  
URBANO-RURAL DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DE RETRATOS  
FOTOGRAFICOS COMPARTILHADOS**

**Cecília Moreyra de Figueiredo**

**Orientadora: Prof. Dra. Samira Lima da Costa**

**Rio de Janeiro**

**2017**

**CECÍLIA MOREYRA DE FIGUEIREDO**

**IMAGENS DO INVISÍVEL: SENTIDOS E SENTIMENTOS DO RURAL-  
URBANO-RURAL DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DE RETRATOS  
FOTOGRAFICOS COMPARTILHADOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, como cumprimento de etapa para obtenção do grau de Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof. Dra. **Samira Lima da Costa**

Rio de Janeiro  
2017

# **IMAGENS DO INVISÍVEL: SENTIDOS E SENTIMENTOS DO RURAL-URBANO-RURAL DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DE RETRATOS FOTOGRÁFICOS COMPARTILHADOS**

**Cecília Moreyra de Figueiredo**

**Orientadoras:**

**Dra Maria Inácia D’Avila Neto (até Nov de 2015)**

**Dra. Samira Lima da Costa**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Programa EICOS, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

---

**Profª. Drª. Samira Lima da Costa – Orientadora**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

**Prof. Dr. Claudio Santiago Cavas**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

**Prfª. Draª. Marie de Beyssac**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

**Prof. Dr. Ronald Ericeira**  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

---

**Prof. Dr. Sergio Luiz Pereira da Silva**  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO

Rio de Janeiro

2017

## RESUMO

A produção de imagens fotográficas implica na compreensão de que a fotografia é um dispositivo de produção de sentidos e de categorias sociais e que contém elementos de poder, e que, sendo assim, os processos de suas construções e elaborações também podem ser lugares apropriados aos exercícios de contra-poder. Nesta pesquisa os retratos fotográficos, produzidos de forma compartilhada com os sujeitos da pesquisa, formam o caminho para uma cartografia de identidades entre agricultores e agricultoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em um território marcado pela fronteira fluida entre o rural e o urbano. As reflexões acerca da produção da imagem, bem como das dinâmicas identitárias estudadas foram produzidas à luz da teoria pós-colonial, mas especificamente a partir da sociologia da ausências e das emergências (Santos, 2006). Esta pesquisa também objetivou refletir sobre o processo de produção de retratos fotográficos de forma compartilhada como uma ferramenta da pesquisa participativa. As cinco situações de campo relatadas e analisadas mostram diferentes dinâmicas do compartilhamento do ato fotográfico e apontam para diferentes relações dos sujeitos com a câmera, e com a postura da pesquisadora neste diálogo mediado pela fotografia e pela representação através da imagem. A fotografia se apresentou como uma linguagem potente na discussão sobre as dinâmicas identitárias entre os sujeitos, tanto como um meio de aproximação com o campo quanto como uma fonte de dados para as análises que se sucederam. A fotografia nesta pesquisa também cumpre o papel de criar espaço para a visibilidade destas identidades em um movimento de transposição para o discurso imagético das narrativas orais captadas no campo, bem como para a reflexão sobre as possibilidades da forma de narrativa dentro do campo da contra-hegemonia.

**Palavras-chave:** Psicossociologia de Comunidades, Pesquisa Participativa, Fotografia Compartilhada, Identidade.

## ABSTRACT

The production of a photographic images implies in the understanding that photography is a result of senses and social categories that contain elements of power, and that, in this way, the processes of their constructions and elaborations can also be places appropriate to the exercises of an against-power. In this research the photographic portraits, produced in a shared way with the persons that composes de research field, are the path to a cartography of identities between farmers in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro in a territory marked by the fluid boundary between rural and urban. The reflections about the production of the image as well as the identity dynamics studied are produced in the light of postcolonial studies, but specifically from the sociology of absences and emergencies (Santos, 2006). This research also aims to reflect on the process of producing photographic portraits in a shared way as a tool in participatory research. The five field situations reported and analyzed show different dynamics of the shared photographic act and point to the different relations between the subjects and the camera, as well as the researcher 's posture in this dialogue mediated by photography and representation through the image. Photography presented itself as a potent language in the discussion of identity dynamics between subjects, both as a means of approaching the field and as a source of data for the analyzes that followed. The photograph in this research also fulfills the role of creating space for the visibility of these identities in a movement of transposition to the imaginary discourse of the oral narratives captured in the field, as well as for the reflection on the possibility of the form of narrative within the field of counter- hegemony.

**Key-words:** Psychosociology of Communities, Participatory Research, Shared Photography, Identity.

## AGRADECIMENTOS

Nestes quatro anos do curso de doutorado e da pesquisa que originou esta tese muita coisa se passou. Muitas pessoas encontrei neste percurso, algumas mais brevemente, outras caminharam junto comigo. A todos agradeço pelo companheirismo e pela troca.

À Maria Inácia agradeço pela primeira acolhida e pela orientações iniciais da pesquisa, pelo incentivo e pela inspiração. À Samira, agradeço pela segunda acolhida e por tocar junto este projeto, já iniciado, equilibrando leveza, firmeza, confiança e motivação. Aos professores e professoras que compuseram a banca de qualificação e agora compõem a banca de defesa, agradeço pelas críticas e sugestões e pelas janelas que se abriram nestes momentos de troca. Às companheiras e aos companheiros do Laboratório de Imagens e do LABMEMS pelos lindos encontros dialogados e trocados, pelos risos e pelas luzes. Não há sentido em estudar sozinha. Às agricultoras e aos agricultores que partilharam comigo suas histórias e imagens com generosidade e sabedoria. Às colegas e aos colegas professores do curso de jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro agradeço por me apontarem um delicioso caminho de volta para a comunicação. Sou sempre grata à Rosa Cristina por ler e reler inúmeras vezes esta tese, indicar leituras, compartilhar questionamentos e pela parceria múltipla.

Agradeço também ao Denis, companheiro de muitas caminhadas, pela paciência, pelo diálogo e pelo carinho além da conta. Ao Francisco que passou pelo mestrado e ao Leon que não faz ideia do que seja isso tudo, agradeço por estarem comigo.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

**AARJ** – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

**ABIO** – Associação de agricultores biológicos do Rio de Janeiro

**ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia

**AS-PTA** – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

**EICOS** - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro

**ENAU** – Encontro Nacional de Agricultura Urbana

**FENAFRA** – Feira Nacional da Agricultura Familiar

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**RMRJ** – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>Parte 1 - PERSPECTIVAS TEÓRICO – METODOLOGICAS</b>	<b>18</b>
<b>Cap 1 – Do Colonialismo à Solidariedade</b>	<b>18</b>
1.1 – Epistemologias do Sul	19
1.2 – Razão Cosmopolita e a imagem do arquipélago	21
1.3 – Os cinco modos de produção da invisibilidade no campo da pesquisa	22
<b>Cap 2 - A fotografia e a possibilidade de ver o invisível</b>	<b>25</b>
2.1 – Imagem e Realidade: uma relação questionável	26
2.2 – As Imagens em exercícios de contra-poder	29
2.3 – A imagem, a participação e a negociação do ato fotográfico	32
2.4 – O espaço e o tempo no ato fotográfico	34
<b>Cap 3 – O rural e o urbano a partir do pensamento pós-colonial</b>	<b>37</b>
3.1– Da dicotomia rural-urbano ao fluxo rural-urbano-rural	39
3.2– O problema da invisibilidade e a produção da não-existência	44
3.3- A questão das identidades na fronteira rural-urbano-rural	49
<b>Parte 2 - A PESQUISA SE DESENNOLA</b>	<b>56</b>
<b>Cap 4 - Os caminhos da pesquisa</b>	<b>56</b>
4.1- Trajetórias da pesquisadora na comunicação e da psicossociologia: Notas sobre interdisciplinaridade	57
4.2- O campo da pesquisa interdisciplinar e participativa com fotografia	61
<b>Cap 5 - Personagens historias e imagens</b>	<b>65</b>
5.1 – O início: Dona Juliana. Sitio Santa Barbara, Magé	67

<b>5.2 - Redesenhar modelos e redefinir o caminho:</b>	
Beth e Callado. Sítio Esplendor, Magé _____	<b>86</b>
<b>5.3- Do rural ao urbano um fluxo de identidades e reconhecimentos:</b>	
A Feira Orgânica de Copacabana, Rio de Janeiro _____	<b>103</b>
<b>5.4 - Identidades que se encontram na imagem fotográfica:</b>	
Casa de Farinha Laço de Prata, Magé _____	<b>108</b>
<b>5.5 - Espaço de comunicação: O rural no urbano. Festa do Tira-Caqui</b>	
<b>no Quilombo Cafundá Astrogilda. Vargem Grande, Rio de Janeiro. ____</b>	<b>120</b>
<b>5.6 - Agricultores, pesquisadores e afetos em movimento:</b>	
<b>dados posteriores à pesquisa de campo. _____</b>	<b>132</b>
<b>Parte 3– CONSIDERAÇÕES FINAIS _____</b>	<b>136</b>
<b>Sobre o fluxo de comunicação Rural-Urbano-Rural contra o desperdício da experiência:</b>	
<b>Imagens e Identidades.</b>	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se desenvolveu a partir da reflexão acerca da produção de retratos fotográficos no contexto da pesquisa participativa como meio para revelar e discutir as dinâmicas identitárias entre agricultores do território rural-urbano rural da metrópole do Rio de Janeiro.

A fotografia já foi intensamente problematizada em suas diversas naturezas: técnica, artística, como possibilidade de apreensão realista e testemunhal de determinada cena e como produção de narrativas dotadas de significados. A fotografia se revela incondicionalmente como a possibilidade de mostrar o inostrável, o outro, o diferente. Passados quase 200 anos da produção da primeira chapa onde se imprimiu com a luz uma imagem tão próxima do real que se confundia com ele, a fotografia ainda é objeto de reflexão nos mais variados campos do conhecimento.

Nestes tantos anos a fotografia se transformou ao mesmo tempo em que influenciou profundamente o campo das artes visuais e alterou profundamente as dinâmicas da sociedade tornando-se um instrumento de figuração do mundo e até de produção de hierarquias e padrões sociais. A história da fotografia como técnica e linguagem não pode ser pensada sem que se reflita sobre a importância dos retratos fotográficos associada à visibilidade de um processo identitário na sociedade (FREUND, 1995). A popularização do *carte-de-visite*, pequenos cartões fotográficos que retratavam pessoas e grupos familiares e que eram trocados entre famílias e amigos como lembranças, foi um fator importante para esta relação entre a imagem fotográfica e o status social. O *carte-de-visite* se popularizou rapidamente na Europa em meados do século XIX e através dele se difundiu a cultura do retrato. Através da apreensão da linguagem fotográfica pela ilusão do similar, os retratos fotográficos foram logo incorporados aos documentos de identificação. A fotografia toma direções interpretativas diferenciadas ao longo de sua consolidação enquanto linguagem e técnica. Ao mesmo tempo em que assume o lugar da objetividade, da representação concreta do real, a fotografia se revela também como apreensão de um inconsciente ótico (BENJAMIN, 1995), ou seja como uma linguagem que apreende mais do que uma realidade concreta, mas uma realidade produzida esteticamente.

Vivenciamos através da fotografia, como propõem Benjamin, uma grande e misteriosa experiência onde um aparelho pode produzir rapidamente uma imagem tão viva e tão verídica como a própria natureza, e que ao mesmo tempo aproxima técnica e magia, permanência e instantaneidade. Ou ainda, segundo Bergson (1969), a fotografia traz para a vida

ummetafísica baseada na duração.

Na interação com as pesquisas científicas a fotografia se estabeleceu como uma linguagem e um recurso que dá visibilidade ao sujeito da pesquisa, muitas vezes coisificado por uma profunda abstração dos relatos e análises (BRANDÃO, 2005). No entanto em alguns momentos este instrumento que visibiliza também produz a subalternização destes mesmos sujeitos, comunidades e grupos pesquisados. A fotografia não se encerra, assim, na dimensão técnica, sendo também o resultado da produção de um olhar, que pode ser etnocêntrico, positivista, colonial, hierarquizante e vertical ou pode ser aberto ao diálogo, pode ser permeável, diplomático, intercultural e horizontal.

O ponto de partida essencial para esta pesquisa se sustenta no argumento de que imagens fotográficas são produções estéticas dotadas de significados e que possuem um caráter ambivalente, transitando entre a realidade da presença e a ficção sugerida pela construção de uma pose ou de uma cena. Também parto da premissa que as identidades não são condições estanques e imutáveis. Ao invés disso, as identidades são dinâmicas e contextuais, são construções relacionais, simbólicas e fluidas (BAUMAN, 2005, HALL, 1992 e WOODWARD, 2013).

Busco observar nos estudos teóricos e no trabalho de campo em que medida imagem e identidade caminham juntas na trajetória de uma pesquisa participativa onde a parceria ativa com os próprios sujeitos compõem o campo analítico. A fotografia é o recurso de produção de sentido, em um estado que Martins (2013) chamou de negociação do ato fotográfico, no qual todo retrato é fruto de uma negociação, interação e reciprocidade ativa entre fotógrafo e fotografado. Neste sentido o retrato pode trazer significativas revelações para análise social se considerarmos que tanto o fotógrafo como o fotografado interferem nesta composição com objetivo de produzir imagens que comuniquem algo sobre a sua realidade. As imagens que compõem o corpus desta pesquisa escapam ao sentido essencialista da fotografia como produto de um instantâneo aleatório e se voltam para a concepção de uma imagem pensada e produzida. As fotografias terão aqui a função de remontar recortes da realidade dos sujeitos da pesquisa de forma que produzam uma nova narrativa que ajude a desvelar suas representações psicossociais sobre suas identidade (HARTMAN, 2004).

Pink (2012) destaca que as metodologias visuais são um campo de trabalho e pesquisa essencialmente interdisciplinar que se assenta na junção dos campos teórico e metodológico. A fotografia no contexto da pesquisa exige do pesquisador um envolvimento prático com o campo de estudos, ao mesmo tempo em que levanta temas de diversas áreas do conhecimento. Fotografando nos deparamos com o uso intenso da técnica, com dilemas éticos e com

abordagens sensíveis e impregnadas de sentido. Compartilhando o ato da fotografia com os sujeitos da pesquisa, não só estou realizando uma pesquisa interdisciplinar e participativa, mas também proponho uma abordagem onde teoria e método são campos indissociáveis (PINK, 2012).

Realizo nesta pesquisa, uma cartografia das dinâmicas identitárias entre agricultores e agricultoras da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a partir de retratos fotográficos produzidos de forma compartilhada com os participantes da pesquisa. Entende-se a cartografia como um campo de práticas representativo, com processos abertos e contínuos, um modo de produzir conhecimento onde os dados são construídos durante o processo e não coletados, reunidos e analisados. A cartografia que proponho se alinha com as reflexões de Passos (2015) onde: "Produzir conhecimento e produzir realidade se tornam face e contraface da experiência cognitiva, o que impõe a complexidade ético-estético-política da ação do pesquisador" (PASSOS *et al*, 2015, p. 203).

A cartografia no contexto desta pesquisa aponta para uma "experimentação do pensamento" e não para um método aplicado, aproxima o pesquisador dos movimentos da vida (PASSOS *et al*, 2015) e se configura, como propõe Martin-Barbero (2002), uma ação comunicativa que constrói imagens de relações e entrelaçamentos de caminhos e fugas. Assumo, portanto, uma perspectiva crítica ao modelo tradicional de produzir mapas e de fazer ciência como estruturas neutras e transparentes cujo objetivo seria proporcionar uma leitura externa e isenta de um determinado território. A crítica aqui proposta tem a finalidade de buscar uma metodologia comprometida e realizada por aqueles que constituem o próprio território, ou no caso da pesquisa, aqueles sujeitos que fazem parte do campo analisado. Vale ressaltar também que entendo que o território não se limita ao espaço natural e físico de um determinado lugar, mas se constitui também a partir das relações políticas, das configurações culturais e das subjetividades ali presentes. Por fim, cartografo para além dos territórios físicos, sem delimitar espaços. Cartografo relações, sentidos e sentimentos relacionados às identidades dos agricultores e agricultoras através da produção dos seus retratos fotográficos.

Também foram objetivos desta pesquisa a realização de fotografias e retratos de forma participativa envolvendo o grupo pesquisado na produção dos mesmos, onde as imagens são o ponto de partida para analisar com os participantes os principais referenciais estéticos presentes que expressem as sintaxes de ruralidade e urbanidade. Neste sentido busquei refletir sobre o processo de produção e análise de imagens como ferramenta da pesquisa social e participativa, fazendo deste projeto de pesquisa um processo meta-metodológico onde a reflexão sobre o método está intrinsecamente vinculado à discussão acerca do objeto de

pesquisa.

Por último, observei como são expressas esteticamente as fronteiras rural-urbano-rural e quais são as relações possíveis entre as construções estéticas e as construções psicossociais dos sujeitos.

Esta pesquisa foi realizada a partir da produção fotográfica de retratos que se articulam e se conjugam com relatos de vida de agricultores e agricultoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Nesta região o franco processo de urbanização territorial possui conseqüências psicossociais muito evidentes dentro de um contexto onde agricultores e agricultoras vêm suas atividades culturais e econômicas cada vez mais invisibilizadas em relação às políticas públicas e territoriais, a falta de incentivo à comercialização dos produtos nas feiras e a fragmentação das áreas rurais para fins de especulação imobiliária. Esta dinâmica se expressa de forma objetiva e tem conseqüências diretas sobre a atividade agrícola, gerando um processo de organização e resistência por parte destes grupos.

Tomo como ponto de partida para esta cartografia de identidades as diferentes possibilidades de vivências e visões que os sujeitos têm de seu território vivido trespassado por elementos, ao mesmo tempo, rurais e urbanos. Foram utilizados como conceitos-chave as noções de fronteira e de identidade dentro de uma perspectiva teórica própria do pós-colonialismo visando construir um cenário onde a fluidez é a nota determinante para a análise.

As reflexões propostas aqui estão ancoradas em uma noção de território que se configura por uma fronteira permeável entre o rural e o urbano que estabelece que o processo de modernização urbana se dá, em grande medida, por um fluxo informacional que se encontra em meio caminho entre o rural e o urbano (MARTÍN-BARBERO, 2002). As cidades se constituem também pelas migrações de culturas rurais que permanecem em uma espécie de cultura periférica, que “vêm a inserir, nos aprendizados e apropriações da modernidade urbana, saberes e relatos, sentires e temporalidades fortemente rurais” (2002 : 292).

Proponho aqui uma leitura de cidade que supere a de um quebra-cabeça onde as peças são separadas e nos impedem de ver seus contornos culturais. Optei assim por caracterizar esta fronteira como rural-urbano-rural, em uma perspectiva crítica à simplificação apresentada por uma dicotomia de separação rural-urbano. Entendo assim, que entre rural e urbano existem continuidades e permeabilidades. Desta forma optei por olhar para este território através de uma cartografia de relações (MARTÍN-BARBERO 2002), buscando um entrelaçamento das identidades a partir da experiência e da narrativa dos agricultores da RMRJ com o objetivo de superar as fissuras e buscar os “fluxos nos quais se gestam outras ordens” (2002, p. 277).

A busca por estas expressões de ruralidade em meio à invisibilização da prática da agricultura na RMRJ é desenvolvida a partir da teoria pós-colonial, e tem como conceitos-chave as noções de fronteira e de identidade. Uma importante referência para esta pesquisa e que se estende pelos campos teóricos e metodológicos, está assentada no que Santos (2000) chamou de razão cosmopolita, entendida como um campo de racionalidade ampla, um procedimento crítico ao que chama de razão metonímica, a qual se estabelece como forma única de racionalidade, desconsiderando outros tipos de racionalidades, principalmente no que tange à concepção ocidental e moderna do mundo.

A compreensão do mundo que a razão metonímica promove é seletiva e não admite que uma parte possa ser concebida fora de sua totalidade e sem que esteja inserida em uma dicotomia dura e hierarquizada. Segundo Santos, nesta perspectiva, o sul não se concebe sem a relação com o norte, a mulher não pode ser apreendida fora da relação com o homem, o conhecimento tradicional não existe sem uma relação com o conhecimento científico (2010, p. 98). Especificamente no contexto deste projeto a concepção de uma razão metonímica faz com que o rural seja produzido na relação com o urbano, assim como assinalado em Martins (1986), Jollivet (1998) e Silva e Rocha (2011).

As propostas críticas da razão cosmopolita sobre as racionalidades uniformizantes próprias da razão metonímica apontam também para uma crise de legitimidade que expõe contradições na hierarquização dos saberes especializados. O que Becker (1999) chamou de processo de industrialização das ciências sociais fez da metodologia de pesquisa uma “especialidade proselitizante” que se ocupa de apregoar a maneira certa de fazer pesquisa em um caminho para a melhor ciência.

Destas propostas críticas destaco alguns argumentos que servem como base à discussão sobre a pesquisa participativa dentro de um caminho à democratização e emancipação da pesquisa científica. Destaco primeiramente o que Schmidt (2006) chamou de dupla ruptura com o saber científico positivista e com a hegemonia da ciência em relação à sabedoria popular. Esta ruptura busca repensar e debater o fazer científico e metodológico em torno das pesquisas em ciências humanas. O que Becker chamou de tendência uniformizadora do fazer científico tem a sua crítica na retomada de um modelo artesanal de ciência onde o pesquisador ativo busca soluções adaptáveis e possíveis à realidade que pretende pesquisar.

A ampliação deste campo de pensamento sobre a pesquisa pressupõe, segundo Schmidt, a criação de comunidades interpretativas, que relacionamos aqui com a tarefa da tradução como o terceiro procedimento da razão cosmopolita de Santos. A idéia de comunidades interpretativas faz apelo a uma democratização do saber não somente no

momento de sua divulgação, mas no caminho de sua produção. Segundo a autora, estas comunidades interpretativas encontram na pesquisa participativa a ressonância necessária para a sua realização enquanto método de pesquisa.

Realizei, portanto, uma pesquisa que acolheu diferentes vozes e que buscou o diálogo de saberes com o objetivo de desvendar as experiências que dão sentido às visões de mundo que buscamos compreender a partir do vivido. Falo de uma experiência contra-hegemônica de fazer ciência, que pode contribuir para o aprimoramento das ciências humanas e do senso comum e que busca não subestimar a face política do fazer científico, na busca pela emancipação dos grupos e comunidades pesquisadas.

Em minha trajetória como fotógrafa e pesquisadora em ciências sociais, observo a existência de uma relação fundante entre imagens e identidades. Venho perseguindo este tema ao longo dos últimos quatorze anos, tanto produzindo imagens fotográficas e videográficas quanto discutindo e problematizando esta relação em diferentes situações. Desde 2001 atuo profissionalmente junto a grupos de agricultores familiares do Rio de Janeiro e região metropolitana, produzindo materiais de comunicação como fotos, textos e vídeos em parceria com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e as organizações que compõem esta rede. Em 2012 me dediquei à realização do documentário “Agricultura Mora em Mim: a face invisível das cidades”<sup>1</sup>, que teve o objetivo de discutir a problemática da agricultura na região metropolitana do Rio de Janeiro e a invisibilidade desta prática perante as políticas públicas. Os agricultores que participam deste documentário falam sobre as dificuldades, mas destacam a importância de seu trabalho para a produção de alimentos saudáveis que abastecem mercados de proximidades e para o aumento da biodiversidade dos ecossistemas em que estão inseridos. O ponto forte dos depoimentos está na valorização de sua identidade e no reconhecimento de sua existência enquanto atividade econômica e cultural. Os depoimentos que fazem parte do documentário apontam para uma abordagem do trabalho na agricultura constituído por um sistema cognitivo composto de saberes e fazeres produzidos na relação com a natureza e no processo de transformá-la em espaço de cultivo (WOORTMAN, 1997). O trabalho na agricultura aciona um outro trabalho: o da cultura com a produção de categorias e ações sociais e elementos simbólicos. Como destaca Woortman: “Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura” (1997:15).

A realização do filme mencionado acionou reflexões realizadas durante o curso de mestrado em Ciências Sociais no PPCIS/UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://vimeo.com/55602335>

Nesta ocasião realizei a pesquisa “Cultivando Identidades” na qual discuti a problemática das identidades de camponês e agricultor entre militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Observei ali uma dinâmica de tematização identitária (COSTA, 2002) que se desenvolvia em um campo de políticas de identidades, onde estratégias reflexivas de colocação pública de uma situação social tinham o objetivo de constituir ou potencializar dinâmicas de ação social.

As recentes pesquisas realizadas por Prado (2012) e Arruda (2011) mostram que o tema da agricultura na RMRJ vem se tornando um importante campo de pesquisa. Estes trabalhos se concentram na reflexão acerca da importância dos processos de fortalecimento das redes de agricultores e organizações de assessoria e dos espaços de troca de experiências, nas estratégias que os agricultores utilizam para a manutenção de seus modos de vida, e no papel desta atividade econômica para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Ao analisar os depoimentos gravados para o filme, observei que os mesmos apontavam para a existência de dinâmicas identitárias diferentes das que eu havia analisado na dissertação de mestrado, e que o território de fronteira rural-urbano-rural trazia uma enorme riqueza para a reflexão porque apontava para um território dinâmico e complexo, e não binário ou dicotômico.

Aqui é importante destacar que os sujeitos desta pesquisa têm em comum a pertença e a participação em coletivos que atuam apoiando as iniciativas e experiências de agricultura familiar na região e realizando o que Santos (2006) chama de tradução - um procedimento da ordem da razão cosmopolita e que pressupõe o diálogo e a convergência de diversas formas de luta contra-hegemônicas, na intenção de um sentido pragmático. A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) reúne agricultores, associações, cooperativas, ONGs, instituições públicas e grupos de estudantes em iniciativas de mapeamento, sistematização e comunicação, com o objetivo de apoiar e incentivar experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro. A AARJ é parte de uma rede maior, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que amplia, capilariza e converge a atuação de redes locais e regionais em torno do tema da agroecologia através da participação ativa dos sujeitos implicados no processo.

Neste sentido, esta cartografia de identidades através da fotografia expande seus limites para as dinâmicas psicossociais, onde a resistência se tornou uma forte característica.

Esta Tese se divide em três partes. Na primeira parte discutiremos as perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa em três capítulos distintos.

O capítulo 1 é dedicado a traçar as bases teórico-metodológicas da pesquisa a partir do

pensamento pós-colonial, bem como da discussão dos principais conceitos trabalhados por Boaventura Santos que dizem respeito a questão da dicotomia norte-sul e seus impactos na produção de um discurso uniformizante e global.

O capítulo 2 traz a reflexão sobre os exercícios de contra-poder no fazer imagético em que a fotografia se torna um campo de possibilidade de visibilizar a invisibilidade. Como uma continuidade destas reflexões abordaremos o campo da pesquisa participativa e interdisciplinar em psicossociologia e as possibilidades de negociação do ato fotográfico como forma de partilhar o fazer reflexivo com os sujeitos da pesquisa.

O capítulo 3 aborda a problemática da passagem do pensamento dicotômico entre rural e urbano para a proposta de um fluxo rural-urbano-rural a partir das perspectivas teóricas de Jesus Martín-Barbero e Boaventura de Sousa Santos. Dentro desta reflexão abordaremos a questão da invisibilidade e da produção social da não-existência para enfim analisar a questão das dinâmicas identitárias neste território onde se configura uma fronteira fluida.

A segunda parte da tese é composta pelos capítulos 4 e 5, nos quais a pesquisa se desenrola no processo do trabalho de campo. O capítulo 4 discute a formação do grupo de pesquisa e a escolha dos procedimentos e seus desdobramentos, para que no capítulo 5 possamos contar as histórias de vida dos participantes e desvelar os retratos que buscaram refletir os sentidos e os sentimentos dos mesmos em relação a agricultura.

A terceira parte está reservada às considerações finais.

## **UNIDADE I - PERSPECTIVAS TEÓRICO–METODOLÓGICAS**

Apresento nesta unidade as bases teórico-metodológicas que orientaram minhas reflexões durante os quatro anos do desenrolar desta pesquisa. Abro o capítulo 1 refletindo sobre o pensamento pós-colonial e a crítica ao universalismo epistêmico como herança de um pensamento moderno-ocidental. Para o capítulo 2 reservo a discussão sobre a possibilidade de exercício de contra-poder na pesquisa participativa através do ato fotográfico. Já no capítulo 3 utilizo estas bases também na discussão sobre a fronteira rural-urbano-rural e a questão das identidades. Trilharei um caminho progressivo em termos teóricos onde os autores utilizados e as idéias trabalhadas se somarão aos poucos na construção do fluxo de pensamento.

### **Capítulo 1 – Do Colonialismo à Solidariedade**

A questão do colonialismo em sua perspectiva crítica busca questionar as relações de poder baseadas no sujeito imperial europeu fruto de um ethos moderno-ocidental colocado em posição privilegiada em relação ao que se chama Outro colonial enquanto objeto de conhecimento ou sujeito subalterno. Toda a reflexão proposta pelo pós-colonialismo parte da ideia de que o mundo contemporâneo só pode ser propriamente compreendido à luz dos desdobramentos da chamada conquista colonial européia e que esta lógica de dominação é fruto do pensamento moderno europeu.

Alguns desdobramentos do pensamento pós-colonial apontam para uma diferenciação entre o colonialismo praticado na América Latina, Ásia e África. Segundo sinaliza Hall (2010), é preciso problematizar o uso universalizante do termo pós-colonial, na medida em que nem todas as sociedades foram colonizadas da mesma forma e que por isso não são pós-coloniais no mesmo sentido. Desta forma elegi as proposições de Boaventura de Souza Santos, sociólogo português, como bases para esta pesquisa na medida em que estas se mostraram mais adequadas para meu campo de estudos. Ao longo da pesquisa encontrei fortes ressonâncias deste pensamento nos estudos de Jesús Martín-Barbero, comunicador, cidadão latino-americano, nascido na Espanha e suas reflexões sobre a modernidade e a necessidade de superar este paradigma. Nestes autores encontro uma ressonância sobre a necessidade urgente de repensar as fronteiras físicas e simbólicas que foram criadas na modernidade e em sua forma mais tardia como globalização e que as mesmas são responsáveis por estas relações assimétricas que possuem conseqüências em nossos modos de existência tão particularizados;

há a necessidade de repensar as fronteiras criadas no campo do pensamento.

Outros autores que refletem a partir do pensamento pós-colonial como Hall (1992), Silva (2013), Wodward (2013) e D'Avila Netto (2015), serão incorporados mais adiante na discussão que desenvolvo no capítulo 3 sobre a problemática das identidades e das fronteiras.

### **1.1– Epistemologias do sul**

Esta pesquisa está fundamentada no paradigma crítico da teoria pós-colonial, principalmente no que Santos (2006; 2010) veio a chamar de Epistemologias do Sul como um conjunto de intervenções que se inserem no campo do conhecimento e que focalizam processos de supressão de formas de conhecimento próprias dos povos e nações colonizados. Este campo teórico está centrado principalmente na ideia de que o colonialismo não se deu somente como dominação econômica e política do Norte sobre o Sul. Este processo de dominação transbordou o senso comum da conquista territorial e se estendeu para o campo epistemológico e simbólico criando fronteiras de dominação, também, na produção do conhecimento.

A colonialismo é, portanto, o fruto perverso da modernidade ocidental, que se assenta principalmente em uma racionalidade estreita que reduz a complexidade do mundo, na separação entre sujeito e objeto e entre natureza e sociedade, além de se formular a partir de uma concepção de realidade dominada pelo mecanismo determinista e da verdade como representação transparente da realidade. Na visão da modernidade ocidental a verdade se encontra na separação entre o conhecimento científico, considerado único e válido, e outras formas de conhecimentos e saberes locais e tradicionais.

Santos caracteriza o pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal, onde divisões invisíveis são estabelecidas e dois universos distintos surgem. O autor se refere a estes universos como universo “deste lado” e universo “do outro lado”, sendo o universo “do outro lado” invisível ou inexistente enquanto lócus de produção de conhecimento, na medida em que tudo que é produzido como inexistente se torna irrelevante ou incompreensível.

Estas concepções duais do mundo são geradoras de uma cultura de dominação inseridas em uma lógica de dicotomia Norte/Sul, mas que não permanecem restritas aos referenciais geográficos. Neste contexto o Sul epistemológico, de forma geral, se configura como o lugar onde se dá o processo de dominação e onde esta dominação se expressa de forma mais perversa.

Está construída, portanto, uma metáfora para um campo onde se busca reparar os danos e os impactos causados historicamente pela modernidade e pela dominação capitalista, buscando valorizar saberes e lógicas resistentes à dominação colonial em uma relação de diálogo horizontal no campo da diversidade epistemológica.

Segundo Santos (2010), os poderes hegemônicos que comandam a globalização neoliberal promovem teorias e imagens que apelam a uma totalidade manipulatória que ignora diferenças e aspirações de povos, classes, sexos, religiões e etnias. O sistema global mostra-se cada vez mais violento e imprevisível, aumentando a vulnerabilidade de regiões, nações e grupos sociais subordinados. Se faz necessário problematizar o termo globalização como sinônimo de um destino irremediável, um processo irreversível e que afeta a todos na mesma medida.

A globalização se pasteurizou e se uniformizou tanto como expressão de um sentido único, quanto como forma de explicar processos e fenômenos sociais. Isto significa dizer que quanto mais experiências o termo pretende explicar, mais opacas e invisíveis se tornam estas experiências, reforçando a ideia de uma globalização no sentido único do termo. Santos (2010) aponta para a necessidade de se visibilizar dois processos intimamente relacionados e que produzem desigualdades para populações e grupos sociais inteiros dentro do sistema global. O que para alguns grupos significa globalizar, para outros o mesmo movimento representa localização e fixação, tanto no espaço quanto no tempo e em sua condição social. Este movimento desigual do processo global, segundo Santos, pode ser definido em dois termos: Globalização hegemônica e Globalização contra-hegemônica. O processo de globalização hegemônica só pode ser estabelecido na medida em que outros processos contra-hegemônicos são invisibilizados, ou encarados como localismos. Segundo Santos compramos o discurso da globalização porque “o discurso científico hegemônico tende a preferir a história do mundo contada pelos vencedores” (2006:195).

Deveríamos, portanto, falar em globalizações, utilizando o termo apenas no plural para ter dimensão das múltiplas relações sociais que este fenômeno engloba, bem como suas temporalidades distintas. Ainda relacionando os dois autores é importante destacar que os feixes de relações sociais que configuram as globalizações envolvem conflitos e, necessariamente, vencedores e vencidos. Se globalização para uns pode significar a ampliação das arenas sociais e a conquista de liberdade este processo revela sempre um outro lado da mesma moeda reservando para outros grupos um destino indesejado e cruel. A liberdade se torna, portanto, uma mercadoria escassa e distribuída de forma desigual como um fator de estratificação social. Observamos que os mesmos mecanismos que incluem os grupos sociais

nos processos globais são aqueles que produzem sua exclusão. Para Santos (2010) aponta há a necessidade de enxergar, no que é local, uma rota de fuga a partir da designação da contra-hegemonia. Esta proposta encontra ressonância no pensamento de Martín-Barbero (2002) que aponta para a necessidade urgente pensar a partir das margens, no fluxo fluido das fronteiras e em ruptura com um monoteísmo ideológico que o termo globalização reforça.

O termo ‘globalizações contra-hegemônicas’ configura um movimento que amplia as arenas de entendimento político para as aspirações ignoradas pela lógica colonial, e que se assentam no caráter global e multidimensional do sofrimento humano (SANTOS, 2006). Frente ao processo de globalização hegemônica surge uma profusão de novos paradigmas emancipatórios, plurais e interculturais que privilegiam uma *ecologia de saberes*.

Este é um processo que necessita de visibilidade e que se configura como uma resposta ao modelo totalizante representado pelo mundo global. A transição para o local não pode significar a exclusão do processo global e sim um caminho necessário e obrigatório para garantir a sustentabilidade. O paradigma da contra-hegemonia se sustenta na forma de um conhecimento-emancipação como uma trajetória entre o estado de ignorância e invisibilidade de uma determinada luta ou aspiração, chamado de colonialismo, e o estado de reconhecimento desta luta, chamado de solidariedade.

## **1.2– Razão cosmopolita e a imagem do arquipélago**

A passagem do colonialismo à solidariedade é a mudança da invisibilidade à visibilidade de uma luta, ou uma aspiração. No caso específico desta pesquisa, esta passagem está compreendida nas dinâmicas identitárias cartografadas e problematizadas nesta pesquisa. Aqui entendendo que esta dinâmica identitária se apresenta como um campo de análise representado, como propõe Martín-Barbero (2002), pela imagem de um arquipélago, um lugar onde ilhas múltiplas se interconectam, mantendo a sua integridade própria, como um logos novo que liga o diverso sem subordinação ou hierarquia.

Esta imagem do arquipélago também encontra interface com o que Santos (2010) chamou de Razão Cosmopolita como uma crítica da Razão Metonímica, que se estabelece como forma única de racionalidade, principalmente no que tange a concepção ocidental e moderna do mundo. A compreensão do mundo que a razão metonímica promove é seletiva e hierarquizadora, enquanto a razão cosmopolita e a visão de arquipélago abraça a multiplicidade e interconecta os elementos que a compõem. Nesta cartografia de identidades as imagens formam a rede de ilhas interconectadas espelhadas na imagem do arquipélago.

No fluxo reflexivo das Epistemologias do Sul, Santos (2000) propõe a razão cosmopolita como o movimento de expandir o presente e contrair o futuro para a criação de um espaço-tempo necessário para valorizar as experiências sociais em curso. Para este autor, a razão cosmopolita se apresenta em três procedimentos meta-sociológicos: a Sociologia das Ausências, a Sociologia das Emergências e o Trabalho da Tradução.

O primeiro procedimento da razão cosmopolita, a sociologia das ausências, se configura como uma metodologia que busca revelar iniciativas e experiências que tenham sido suprimidas pelos processos de globalização hegemônica, ou seja, aquilo que não existe, é na verdade produzido como não existente pelo processo global.

A sociologia das ausências é seguida pela sociologia das emergências, como uma alternativa que cabe nos horizontes das possibilidades concretas. Enquanto a sociologia das ausências visualiza as experiências sociais disponíveis, a sociologia das emergências se ocupa de expandir o domínio das experiências sociais possíveis. São dois pensamentos conjugados visto que o reconhecimento da existência de experiências sociais invisibilizadas possibilita a expansão de um horizonte de possibilidades para a existência de outras experiências credíveis no futuro (SANTOS, 2010).

Como um terceiro procedimento o autor propõe a tradução, que cria um campo de inteligibilidade mútua, onde uma determinada luta particular tem a oportunidade de ser reconhecida por outra, na medida em que ambas perdem seus particularismos, para que as potencialidades da contra-hegemonia possam aflorar pelo viés do reconhecimento de experiências possíveis e disponíveis sem destruir sua identidade (2010, p. 95).

### **1.3 – Os cinco modos de produção da invisibilidade do campo da pesquisa**

A sociologia das ausências se distingue em *cinco modos de produção da não-existência*: A monocultura do saber, a monocultura do tempo linear, a lógica da classificação social, a lógica da escala dominante e a lógica do produtivismo capitalista. Frente a estas cinco dimensões de exclusão e marginalização de determinado fenômeno social se encontra a proposta de uma abordagem por uma *ecologia de saberes*.

A monocultura do saber é, o modo mais contundente de produção da não-existência, onde a ciência moderna e a alta cultura são os critérios únicos de verdade e qualidade estética. Uma lógica que entende que todos os processos sociais estão inseridos e se encontram norteados no sentido de uma modernização urbana e global. Este modo de produção da não existência também consiste na transformação de ciência moderna em critério único de

verdade e qualidade e produz a não existência em termos de ignorância e incultura. Ao realizar a pesquisa a partir de uma abordagem participativa e compartilhada do fazer científico estamos questionando este saber monocultural e afirmando que não há possibilidade de existência de uma fazer científico sem que o dialogo com o campo e com os sujeitos que o compõem seja horizontal e não hierarquizador.

A segunda lógica de invisibilização está caracterizada como monocultura do tempo linear e aponta para um sentido único da história a partir da noção de desenvolvimento e progresso. A lógica da classificação social é a naturalização da hierarquia social como processos inquestionáveis de classificação social e se relaciona com nosso imaginário mais usual e corriqueiro. Do mesmo modo, a lógica da escala dominante prioriza processos globais e universais aos processos locais e particulares, onde estes ficam aprisionados em escalas que os incapacitam enquanto alternativas. A invisibilização não é fruto somente da incapacidade de enxergar determinadas lógicas diversas, mas um mecanismo que produz a exclusão. No entanto este pensamento determinista se estabelece a partir da folclorização do olhar sobre a realidade. A última lógica de produção da não existência proposta por Santos se relaciona ao produtivismo capitalista e está fortemente relacionada as noções de progresso e desenvolvimento econômico global.

A ressonância que estas formulações teóricas encontram no campo desta pesquisa serão mais cuidadosamente trabalhadas no capítulo 3 desta unidade onde me dedico a caracterizar o campo da pesquisa nas práticas de agricultura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Por agora é importante destacar que as cinco lógicas e produção da não existência O avanço da urbanização no território pesquisado se encontra dentro desta lógica global opaca na qual as configurações territoriais locais como as práticas agrícolas ativas e presentes na região se encontram encobertas e invisibilizadas.

A globalização representa ao mesmo tempo a liberdade de determinados grupos sociais, e o destino indesejado e cruel para outros onde estes são vistos como localizados se utilizarmos os referenciais dicotômicos próprios da modernidade, ser local em um mundo global é sinônimo de privação e degradação social.

Como alternativa à esta lógica, Santos (2010) aponta para a necessidade do surgimento de economias de pequena escala na forma de contra-hegemonia em contraponto aos processos de globalização vigente. A única maneira de garantir a sustentabilidade é fazer uma transição para o local. Neste mesmo autor encontramos o conceito de *terrenos de confrontação* entre a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica. O potencial emancipatório das lutas presentes nestes terrenos baseia-se em uma política de igualdade centrada na

redistribuição social da riqueza e no reconhecimento das diferenças étnicas, culturais, raciais e sexuais.

Se intensifica a necessidade de transformar estratégias de sobrevivência em fontes de inovação, de criatividade, de transgressão e de subversão. Ao refletir sobre a relação entre rural e urbano na cidade do Rio de Janeiro, é necessário pensar sobre a resistência das práticas agrícolas neste território e a existência de uma fronteira epistemológica separando o rural e o urbano, dentro de uma narrativa global. Enquanto o urbano se enquadra nas definições de globalização hegemônica, por oposição e consequência o rural pode ser enxergado como a globalização contra-hegemônica. No entanto, a afirmação desta fronteira e do pensamento que separa o rural do urbano reforça a invisibilidade dos sujeitos que compõem este campo. Ao reforçar a lógica de separação rural-urbano, estamos permanecendo dentro dos cinco modos de produção da não existência e insistindo na construção de pares de oposição.

## Capítulo 2 – A fotografia e a possibilidade de ver o invisível

Vivenciamos através da fotografia, como propõem Benjamin (1939), uma grande e misteriosa experiência na qual um aparelho pode produzir rapidamente uma imagem tão viva e tão verídica como a própria natureza. Ao mesmo tempo em que aproxima técnica e magia, permanência e instantaneidade, a fotografia traz para a vida uma metafísica baseada na duração (BERGSON, 1969).

A invenção da fotografia, na década de 30 do século XIX, foi o resultado da conjunção de dois fatores preliminares e distintos, o ótico e o químico. Do primeiro se refere o dispositivo de captação de imagens e do segundo a possibilidade de sensibilização à luz de superfícies nas quais as imagens ficam registradas. Além de representar um grande invento científico, a fotografia marcou definitivamente a forma com que a sociedade percebe e se relaciona com o real, ao instalar o hábito da percepção imóvel da realidade sob o prisma do recorte espaço-temporal. Desde o seu surgimento a fotografia vem gerando textos visuais a partir de retratos de pessoas, da vida cotidiana, de paisagens familiares e exóticas, sobre o mundo animal e natural e objetos dentre outras tantas imagens. A fotografia abriu uma nova possibilidade de relação com realidade de um modo diferenciado acrescentando ineditismo à linguagem visual.

Nestes quase 200 anos de história a fotografia se transformou e, ao mesmo tempo, influenciou profundamente o campo das artes visuais. Interagiu e alterou profundamente as dinâmicas sociais se tornando um instrumento de figuração do mundo e até de produção de hierarquias e padrões sociais. Observamos que a fotografia toma direções interpretativas diferenciadas ao longo de sua consolidação enquanto linguagem e técnica, ao mesmo tempo em que assume o lugar da objetividade, da representação concreta do real, a fotografia se revela como uma apreensão de um inconsciente ótico (BENJAMIN, 1995), ou seja, como uma linguagem que apreende mais do que uma realidade concreta, mas uma realidade produzida esteticamente.

Nesta tese assumo uma postura crítica ao discurso que simplifica a relação da fotografia com a realidade como uma possibilidade de figuração do mundo real. O fio condutor desta pesquisa está referenciado na fotografia como uma construção narrativa sobre o mundo, as pessoas e as situações sociais, assim como destaca Silva (2016) a produção de um tom de verdade sobre a fotografia se deu a partir de um ideal imagético fixado em um processo de coisificação e pasteurização da sociedade através do olhar. A interpretação da

imagem fotográfica como representação de um real imutável e inquestionável pode, segundo este autor, produzir a uniformização dos discursos eliminando as singularidades interpretativas e as produções discursivas, passando a ser uma fonte de dominação. Estas proposições se aproximam do que destacou Aumont (1995), sobre a fotografia não nos revelar nada do mundo no sentido literal, mas contribuir educativamente para o ver melhor. A fotografia se apresenta, assim, como um instrumento pedagógico de conscientização da realidade, exercendo um importante papel na construção de uma memória coletiva. O que vemos em uma fotografia não é o retrato de uma sociedade em determinado lugar, em uma determinada época, e sim como o sujeito fotógrafo, em determinada época retratou e representou imagetivamente uma determinada situação social. Vemos a produção de um discurso, vemos uma narrativa. O atributo de memória que a imagem possui não é algo que se apresenta *a priori*, nós atribuímos a uma fotografia esta função social (SILVA, 2016). Por representar algo que fica fixo no tempo, ignoramos que cada tempo lerá esta imagem a partir de sua história, de sua formação social e seu modo de existência.

Discutirei nesta tese a partir da premissa que a fotografia traz para o mundo do visível o que para muitos é invisível, seja por distância no tempo ou no espaço, seja pela capacidade do artista/fotógrafo de figurar e imaginar algo do mundo e da sociedade e transformá-lo em fotografia. O que coloco em discussão aqui é o que fazemos com estas imagens, como as interpretamos, que categorias sociais e que discursos elas tem o potencial de produzir. Para isso é necessário descrever o processo de desprendimento da fotografia com a realidade e a sua libertação no caminho da produção de discursos.

## **2.1 – Imagem e realidade: uma relação questionável**

Muitos autores pensaram sobre a fotografia e seu valor documental, assim como dedicaram muitas reflexões sobre a relação da imagem fotográfica com a realidade, algumas vezes afirmando e outras essencializando esta relação e em outras questionando este vínculo poderoso. Para efeito desta pesquisa opto por assumir uma postura crítica ao discurso que associa a fotografia à realidade e busco entender esta linguagem como uma forma de produção discursiva sobre o mundo material.

Roland Barthes destaca, no livro clássico *A Câmara Clara*, o caráter documental da fotografia em seu papel de registro histórico do momento. Segundo este autor a Fotografia reproduz infinitamente algo que só ocorreu uma vez, “ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (1984, p.13). Esta afirmação de Barthes encontra

ressonância na definição de Dubois (1994) da fotografia como representação especular do real, ao representar o recorte de um instante único e isolar uma porção de extensão do visível. A fotografia representa, segundo este autor, um fragmento de determinado momento em um determinado lugar e assim, é considerada metaforicamente como a “sombra petrificada” que deixa rastros e vestígios materializados no momento-traço do clique.

A relação de vinculação da fotografia com a realidade nasce como fruto da modernidade do séc XIX e esteve ancorada no discurso inquestionável da verdade científica e do que se convencionou chamar de realidade como algo imutável e inquestionável. A fotografia não foi somente um invento científico, mas por muito tempo foi vista desta forma e estabeleceu uma relação de complementaridade com o pensamento científico da época, pois a produção de imagens tão vívidas e realistas encontrava ressonância no discurso moderno e inquestionável de real. As imagens fotográficas não mostravam somente o que era considerado real, fixavam algo no tempo e no espaço e rapidamente passaram a ser utilizadas nos documentos de identificação e nos registros policiais.

Os sessenta anos que se seguiram desde a produção da primeira imagem fotográfica na década de 30 do século XIX foram marcados pelo processo de aprimoramento da técnica fotográfica, tanto em termos de diminuição do equipamento fotográfico quanto de redução do tempo de exposição necessário para a fixação de uma imagem e até de um movimento. Se as primeiras imagens fotográficas necessitavam de mais de 20 segundos para que se fixassem nas superfícies, este tempo foi se reduzindo até que se chegasse a menos de um segundo. A conquista de um instantâneo fotográfico representou para a fotografia documental a possibilidade de produzir imagens espontâneas, que não necessitavam de uma pose, ou de uma cena produzida. Outro componente importante para que a fotografia documental se consolidasse como linguagem foi a redução do tamanho das câmeras, para equipamentos mais portáteis e leves. Esta ideia de instantâneo alimenta o discurso de realidade com o argumento da espontaneidade pois com a redução do tempo de exposição, as fotos não se baseavam mais na pose construída, tornando a fotografia cada vez mais “verdadeira” e “real”.

Para Dubois (1990) a retrospectiva histórica sobre a questão do realismo na fotografia se articula em três tempos: A fotografia como espelho do real, a fotografia como transformação do real e a fotografia como um traço do real.

A primeira proposição vê na fotografia uma reprodução mimética do real onde o efeito de realidade ligado à imagem fotográfica é atribuído à semelhança entre a foto e seu referente. As noções de verossimilhança, similaridade, verdade e autenticidade se recobrem e se sobrepõem em uma perspectiva onde a fotografia é concebida como o espelho do mundo e

onde a representação se dá pela semelhança com o real. De acordo com este discurso próprio do séc XIX, esta capacidade mimética está calcada na natureza técnica da fotografia, ou seja, no seu procedimento mecânico, que enxerga que a imagem surge de maneira automática e objetiva sem a intervenção do sujeito. Nesta linha de pensamento a fotografia era vista somente como algo regido pelas leis da física, da ótica e química e por isso não dependiam de interação humana. O fotógrafo era visto como um auxiliar da máquina. Neste sentido se constrói, dentro desta concepção mimética, a noção de uma fotografia isenta, que não interpreta e não produz sentido.

A segunda atitude destacada por Dubois consiste em denunciar esta faculdade da imagem de se fazer cópia exata do real e propor que qualquer imagem é analisada como uma interpretação, portanto uma transformação da realidade e como uma construção cultural ideológica e codificada. Segundo esta concepção a imagem não representa o real empírico, mas uma realidade interna e a fotografia está colocada como um conjunto de códigos, um símbolo. Esta visão da fotografia se coloca como uma negativa à onipotência da noção de verossimilhança da fotografia no século XIX e marca a passagem para o pensamento do século XX onde a imagem fotográfica passa a ser vista como fruto de uma determinação cultural, ou seja, a leitura da imagem passa pela compreensão dos códigos que a compõem e estes códigos são fruto de uma leitura social e culturalmente contextualizada. Neste sentido é negado qualquer possibilidade de a fotografia ser um espelho transparente do mundo, assim como se nega um sentido essencialista da imagem como a possibilidade de revelar verdades empíricas.

O sentido da fotografia se desloca para a mensagem que ela produz e, sobretudo, na possibilidade de revelar uma verdade interior, não empírica (DUBOIS, 1990). Neste deslocamento se estabelece uma passagem da fotografia capturada para a fotografia convocada, onde admite-se que a composição de uma pose, ou de uma cena, é parte da construção desta imagem e que este conjunto de códigos compõe a mensagem imagética. A este processo Dubois chamou de operação de codificação das aparências e representa a radicalização do oposto da noção de espelho do real que encontra na ordem do símbolo e não mais na ordem do ícone como na apreensão mimética da fotografia.

Finalmente a terceira atitude destacada por Dubois aponta para uma abordagem da questão do realismo na fotografia marcado por um retorno ao referente. O que o autor chama de fotografia como o traço do real se concebe fora da obsessão do ilusionismo mimético do séc XIX, mas coloca a experiência fotográfica como parte inseparável da experiência referencial. Benjamin (1936) insiste que, diferente da pintura e do desenho, a fotografia

depende do objeto referencial captado e evidencia a existência do que ela representa. Barthes (1980) chamou esta aproximação de “isto foi”, onde o referente é colocado pela foto como uma realidade de existência e não somente como uma verdade.

Barthes (1980), apesar de questionar esta relação essencializada da fotografia com a realidade, destaca que a mensagem fotográfica conserva uma essência mimética. O autor aponta para a existência de uma objetividade essencial na fotografia e afirma que mesmo não sendo o real a foto se torna seu “analogon perfeito” e é esta perfeição que a define, diante do senso comum.

A construção discursiva do espelho do real fixou na fotografia uma marca tão profunda que se tornou quase indissociável a esta linguagem. Apesar da presunção de veracidade, que confere autoridade, interesse e sedução a todas as fotos, a fotografia não representa o real e muito menos é a própria realidade e sim uma semelhança com algo que é real. Mas há imagens que desfrutam de autoridade e influenciam opiniões e são de fato capazes de usurpar a realidade, ainda sendo imagens. A fotografia se configura a partir de uma dualidade profunda, é verdadeira na medida em que se assemelha a algo real, e é falsa por ser apenas uma semelhança.

Silva (2016) destaca que o documento fotográfico como artefato visual pode ganhar valor documental de verdade em uma sociedade de imagens e informações globalizadas e adquirir status de fato e ação social, perdendo o lugar de experiência. Para este autor este enfraquecimento do campo da experiência em detrimento da verdade imagética tende a vincular a fotografia a discursos dominantes a partir da representação da imagem.

A prática fotográfica com a qual me alinho nesta pesquisa evidencia que os mesmos espaço onde o exercício de poder e dominação são construídos no senso comum, também podem suscitar práticas de exercício de contra-poder. Neste sentido é urgente afirmar que a fotografia no âmbito desta pesquisa se aproxima do campo da experiência e não do campo da verdade. Busco aqui uma fotografia comprometida com a produção de um discurso, de uma narrativa, assumindo que, enquanto pesquisadora e fotógrafa, não estou em busca de uma verdade, mas da produção de sentidos através das imagens fotográficas.

## **2.2 - As imagens compartilhadas em exercícios de contra-poder**

Ao decidir que aspecto deve ter uma imagem, ao preferir uma exposição à outra, ao escolher o instante em que se dará o clique que produz a imagem e fixa um instante, os

fotógrafos geram padrões e discursos com suas imagens. Embora em certo sentido a câmera, de fato capture a realidade e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do olhar de um artista e dizem um pouco de como esse artista vê o mundo que retrata.

Segundo Silva (2016) embora a cultura visual se expresse como mais um mecanismo de consumo na sociedade capitalista é possível observar a força do significado político que as imagens possuem em determinados contextos sociais. Silva destaca que as imagens possuem fortes ligações com o campo da cultura visual e através delas podemos observar poderosos processos ideológicos. A formação de uma narrativa visual sobre uma realidade pode adquirir, assim, um status de representação da realidade.

Trato de uma fotografia, que se constitui como um veículo de difusão de informações mas que também é fonte provedora de prazer estético. É nesta junção entre beleza e narrativa que apoio o trabalho fotográfico apresentado nesta pesquisa. A fotografia documental parte de um referente real, e possui alguma relação com esse referente, mas ela ultrapassa este referente e se constitui em uma composição de estilos e técnicas expressivas, com a intenção de registrar a percepção do mundo e de acontecimentos diversos.

No contexto desta pesquisa a fotografia se torna um instrumento de entrelaçamento de possibilidades de testemunho e imaginação, que tem o poder de materializar e ficcionalizar um campo de possibilidades para configurações identitárias e identidades desejadas (RECHENBERG, 2014). Este campo de possibilidades está intimamente relacionado com uma potencia de irrealidade da fotografia, ou seja, um componente de construção ficcional da imagem e a relação fronteiriça entre realidade e ficção que a fotografia produz.

Neste campo de estudos a imagem fotográfica deve estar em um jogo entre realidade e ficção e aí reside a sua potência enquanto instrumento de pesquisa. Este jogo se traduz na passagem do “isto foi” de Barthes (1980), que marca o pensamento da fotografia como documento com fortes relações com o real, para uma condição de encenação como uma tradução mais apropriada para o ato fotográfico conforme definido por Dubois (1995). Segundo Dubois o ato fotográfico expande a fotografia para além da imagem e a aproxima de um ato, a realização de um processo no qual espaço e tempo se reúnem e que evidencia sujeitos e subjetividades. O ato fotográfico se refere à fotografia para além da imagem que resulta do processo fotográfico e evidencia toda a rede de relações que se estabelecem na produção desta imagem, os sujeitos que se relacionam, o espaço e o tempo, aquele que posa e aquele que escolhe um momento que será retratado.

Aqui convergimos para o que MacDougall (2006) chamou de “câmera interativa” onde a imagem captada é o resultado de uma escolha de enquadramento, fruto de trocas e

iterações entre o fotógrafo e o sujeito retratado, o que Martins (2013) chamou de negociação do ato fotográfico. Nesta imagem negociada por sentidos e sentimentos os recursos utilizados para compor a cena, vestimentas, objetos pessoais e locais auxiliam os sujeitos na composição simbólica da identidade fotograficamente registrada. A estes objetos que MacDougall (2006) chamou de “symbolic props” e Rechemberg (2014) traduziu para “recursos simbólicos” são os elementos que ampliam as possibilidades de expressão das identidades pelos sujeitos retratados sobre os modos de existência expressos na imagem. Neste sentido a realização do retrato se torna a culminância do acúmulo de investimentos e afetos, sentidos e sentimentos a respeito do seu modo de existência e de sua identidade. A abordagem de uma fotografia reflexiva produz imagens repletas de sentidos, ou como descreveu Barthes (1980) imagens que falam, pois são pensativas e fazem refletir.

Barthes (1980) também se dedicou a pensar sobre a negociação de sentidos que se dá no processo de produção de um retrato fotográfico. Segundo o autor a fotografia é um campo de forças em disputa onde imaginários se cruzam, se afrontam e se deformam. Na produção de um retrato, diante da objetiva, aquele que é retratado se julga ao mesmo tempo em que é julgado por quem o retrata. O sujeito retratado se expressa através da escolha de uma pose, enquanto o retratante disputa a autoria desta imagem na produção de um enquadramento. Barthes se diz consciente da produção de uma pose no momento em que é retratado e afirma que todo movimento de tentativa de naturalização da cena é inútil. No momento da pose algo inconsciente está agindo no sujeito retratado e neste movimento toda sua auto-imagem se expressa na composição da pose. A fotografia se torna um momento sutil onde o retratado se encontra em um lugar entre o sujeito e o objeto e onde se pode viver uma microexperiência de morte, onde se torna espectro.

Neste jogo, as produções de sentido são múltiplas, mas a imagem final é uma só, que também será objeto de disputa de sentido por quem a observar e produzir uma leitura a partir dela. Segundo Barthes o compartilhamento de sentidos na imagem fotográfica ultrapassa o ato fotográfico do clique, e transborda as interpretações para outras esferas de produção de discurso.

Trato nesta pesquisa do potencial da fotografia compartilhada como instrumento de investigação sobre as identidades. Neste sentido me amparo nas reflexões de Maresca (2012) e Novaes (2014) sobre a condição de silêncio eloqüente das imagens fotográficas. Segundo Maresca o silêncio das imagens fotográficas “nos fornece algo que nos faz aprender e nos leva a descobrir” (2012, p.39). Para este autor a fotografia instiga o olhar sociológico do pesquisador pois implica uma desnaturalização do olhar. A fotografia diz sem dizer e incita

comentários sobre o que ela evoca, sem necessariamente mostrar visualmente. As imagens são o resultado de sensações visuais que nos afetam como um todo, um modo de presença por nos apresentar de forma complexa aquilo que está representado. Enquanto nos discursos verbais só podemos emitir uma palavra por vez, uma só imagem permite que múltiplos elementos possam emergir simultaneamente. As fotografias fazem pensar apesar do seu silêncio, dela surgem múltiplos sentidos, mas também nela se revelam os inúmeros elementos que a compõem. A fotografia é uma junção de inúmeros referentes reais reunidos em uma única imagem. Segundo Grasseni (2012), diante da atual complexidade presente nas dinâmicas identitárias, o pesquisador em ciências sociais se vê desafiado a buscar métodos de investigação mais flexíveis e menos convencionais. A autora propõe que as metodologias visuais são um caminho para buscar o que chamou de *sense-scape* como uma alternativa a palavra *landscape*, que traduzimos no português por paisagem. Segundo a autora a *sence-scape*, ou paisagem de sentidos, é o resultado de uma prática de observação e de produção sobre determinado território a partir de uma abordagem de subjetividades, aqui entendida como de natureza estética e imagética.

### **2.3– A imagem, a participação e a negociação do ato fotográfico**

Ao planejar um estudo sobre dinâmicas de identidade, admite-se aqui a utilização da fotografia como recurso metodológico. Assim, a produção de imagens se torna um meio a partir do qual se pode desenvolver um olhar sobre uma determinada situação, uma vez que registrar determinada cena é atribuir-lhe valor. Segundo Guran (2000), o uso da câmera nos leva a uma percepção do mundo diferente daquela exigida por outros métodos de pesquisa, na medida em que nos dá acesso a informações que dificilmente seriam obtidas por outros meios. Estas informações passam por trocas eminentemente visuais, por olhares, por cores e luzes, informações estéticas que podem ser carregadas de significado e de informação etnográfica. Produzir uma imagem é dar conta de uma escolha que envolve as dimensões de espaço e de tempo. O momento do *click* na fotografia é o momento desta escolha, é o “momento síntese” (Guran, 2000).

A busca por esse momento síntese desvenda detalhes do que está sendo observado, estimula a atenção e um olhar cuidadoso sobre a vida social. No entanto esta busca é pessoal e subjetiva e carrega junto com ela as visões de mundo do fotógrafo, pois ao mesmo tempo em que a fotografia revela ao mundo determinada imagem, revela também o que o fotógrafo

imagina ser aquela imagem, seu valor simbólico e estético.

Silva (2006) corrobora com a argumentação apresentada acima ao afirmar que entre imagens e identidades vemos abrir-se um leque de intertextualidades onde as fotografias contribui para a legitimação se valores culturais, lugares e sujeitos em processo de visibilidade social. A possibilidade inventiva da relação entre identidade e o retrato fotográfico expõe o caráter ambivalente da fotografia: transitando entre o efeito de realidade da presença e a ficção sugerida pela construção da pose, os retratos fotográficos expressam ao mesmo tempo a comprovação e a invenção, o aprisionamento e a legitimação, o distanciamento e a proximidade (RECHENBERG, 2014). Mesmo com seu indiscutível apelo testemunhal, o retrato não documenta o Outro, e sim uma interação que se desenrola em um contexto específico. Novaes (1996) reflete sobre a presença da câmera como um elemento que aciona a consciência da imagem exibida para o equipamento e seu operador. No retrato, não há captura do espontâneo, do incidental, não há flagrante: há uma relação documentada.

Orientada por estas possibilidade de apreensão da linguagem fotográfica, esta pesquisa experimenta dentro desta dimensão não essencialista da fotografia. A realidade retratada aqui se apresenta como fruto de uma relação que envolve fotografo, fotografado, pesquisador e sujeito pesquisado em um dialogo mediado por suas visões de mundo, seus desejos estéticos e sua cultura visual.

Sobre o uso das imagens fotográficas na pesquisa social, Guran (2000) valoriza fortemente a dimensão da impressão pessoal no momento da busca por uma imagem. Para o autor, mesmo que certas informações visuais fiquem restritas a este “nível de impressão”, são pistas que levam a uma maior reflexão e compreensão da realidade estudada. A partir das imagens produzidas durante o trabalho de campo podemos esmiuçar detalhes rever momentos, ressignificar as impressões e convidar outros sujeitos a fazer esta mesma reflexão, agregando informações ao trabalho de pesquisa.

Haicault-Bouchard (1996) descreve este momento da escolha das imagens como uma “impressão difícil de racionalizar”. Para a autora não há como definir racionalmente como é feita a opção de se retratar determinada cena. Esta é levada por um "conjunto de índices do campo perceptivo", que não dependem somente daquele que conduz a gravação, mas de todos os atores que estão envolvidos, aqueles que retratam e aqueles que são retratados. Desta forma, Haicault-Bouchard conclui que o modo de utilização da câmera inscreve o trabalho de campo em uma “concepção plural de metodologia de pesquisa”, que se caracteriza por uma perspectiva integrativa entre um observador, um observado e um meio, no caso a câmera.

No livro *L'autoportrait, six agricultrices en quête de image*, o pesquisador Sylvain Maresca (1991) analisa imagens produzidas por mulheres agricultoras retratando outras mulheres agricultoras em momentos em que trabalho, família e modo de vida se misturam. Maresca produz uma análise que inicia com a própria escolha do grupo de mulheres e seus primeiros contatos com a proposta do trabalho fotográfico, terminando na produção e escolha das imagens que segundo as agricultoras/fotógrafas melhor representam suas vidas, seu cotidiano e sua cultura. O estudo minucioso deste trabalho de auto representação onde a participação das mulheres se deu ao longo de todo o processo, começa por uma investigação sobre os caminhos de produção destas imagens, passa pelos conflitos que envolveram as escolhas das cenas mais significativas e termina com a exposição destas imagens para diferentes públicos. O autor traz a tona, durante a descrição detalhada das etapas de pesquisa, questões relativas a representatividade e autenticidade das imagens produzidas e suas inúmeras relações com o contexto estudado e o grupo que fez parte da pesquisa.

Como conclusão deste estudo o autor afirma que a fotografia, em sua perspectiva realista, parece sempre “oferecer uma boa metáfora da sociologia” pelo seu respeito pela realidade e o sentido de incompletude do qual deriva sua autenticidade. Ainda para o autor, a fotografia pode oferecer um “discurso revestido de silêncio” para aqueles que buscam olhar a imagem mas se mantêm cegos à realidade que ela pretende mostrar.

A reflexão de Maresca (1991) resgata a imagem como um baú repleto de significados, no qual a fotografia ultrapassa o estado de um caderno de campo visual. O uso das imagens trabalha duas dimensões distintas da pesquisa, uma objetiva, composta de informações visuais concretas, e outra subjetiva que funciona em níveis de percepções mais estéticos e repletos de sentidos com os quais diversos sujeitos podem interagir. Nesta pesquisa busco a junção destes dois níveis de percepção das imagens com objetivo de realizar uma pesquisa participativa, a partir do uso da fotografia como metodologia e instrumento principal do trabalho de campo.

#### **2.4 - O espaço e o tempo no ato fotográfico**

Segundo Frank Horvat (1990), fotógrafo francês, a fotografia é a escolha de um enquadramento no espaço e um instante no tempo. Espaço e tempo na fotografia são dimensões indissociáveis. De fato é parte constitutiva do ato de captar e produzir uma imagem através da fotografia fixar um momento temporal e uma dimensão ou recorte espacial de forma coordenada e simultânea. Dubois (1990) compara a fotografia a um ato radical, um golpe, um corte que se faz por inteiro e de uma vez só captando um instante em uma fatia de

única e singular de espaço-tempo. O autor também compara o ato fotográfico a uma aposta, uma jogada como no xadrez onde cada um dos parceiros, fotografo, observador e referente arriscam-se na produção de uma imagem única. No entanto este mesmo autor destaca que nenhuma fotografia é somente uma jogada, mas uma série de jogadas onde a repetição é parte do jogo e produz uma seqüência de fixações de espaço-tempo de onde se escolhe a melhor tomada.

Lisovsky (2003) discute sobre a dimensão temporal da fotografia a partir da noção de instante e coloca a questão dentro da fotografia que se moderniza a partir do encurtamento do tempo de exposição necessário para que a luz imprima seus contornos imagéticos. Segundo Lisovsky a fotografia moderna está engajada no processo de transformação do espaço-tempo e na produção de um instante fotográfico a partir da matéria bruta da duração, onde a espera se torna um dispositivo próprio da produção de singularidades. O tempo da pose ou da tomada da imagem torna-se inapreensível para os sentidos humanos e os fotógrafos passam a enxergar o instantâneo como naturalmente intrínseco ao seu meio transformando o ato fotográfico em um modo peculiar de instalação no ambiente técnico e como parte da linguagem e da estética fotográfica. Lisovsky (2003) afirma que antes de ser uma expressão do instante a fotografia era um ponto de vista ressaltando a dimensão espacial do ato fotográfico e destaca que esta passagem do ponto de vista ao instante marca a passagem para a fotografia moderna. Assumindo uma prerrogativa do olho no ato fotográfico, ou seja, de que antes de apertar o obturador com o dedo o fotógrafo precisa operar com o olho e escolher um quadro, uma luz, uma cena, o autor busca com esta relação retomar a relação tempo/espaço na fotografia destacando que o procedimento intrínseco a este processo é o de converter uma distancia no espaço, ou um enquadramento em uma distancia no tempo, um agora que se torna passado e retoma a ideia do “isto foi” de Barthes (1980) resumindo-o ao momento do click fotográfico. Este momento não é uma analogia, mas uma indicação precisa do ato fotográfico, segundo Lisovzky, é no intervalo entre o olho e o dedo que o fotografo está imerso em uma espera. Nesta espera reside o diferencial autoral de cada imagem, onde a subjetividade de cada fotógrafos se manifesta na produção de uma imagem singular e afirma que aquele que espera convida o tempo e o acolhe.



### Capítulo 3 - O rural e o urbano a partir do pensamento pós colonial

A região metropolitana do Rio de Janeiro é composta de 19 municípios onde se concentram quase 12 milhões de habitantes. Alguns municípios possuem taxas oficiais de 100% de urbanização, como são os casos de Japeri, Queimados e do próprio Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Segundo os dados oficiais, 99,5% desta população residem em áreas urbanas, números que permitiriam pensar que já não existem nem agricultores e nem atividade agrícola na região. No entanto, a realidade transpassa os dados censitários oficiais, e a agricultura de caráter familiar permanece presente e ativa na maioria dos municípios da região metropolitana do RJ. Dados numéricos muitas vezes encobrem a visão mais profunda de uma realidade sociocultural, que é produzida no cotidiano vivido pelos que se auto designam agricultores, vivem segundo este autoconceito e adotam a atividade agrícola como modo de vida, atividade econômica e prática cultural. São estes grupos que hoje mantêm viva a agricultura familiar nesta região e representam um importante setor populacional, que tem na agricultura uma de suas estratégias de reprodução social.

Ploeg (2014) define a agricultura familiar como um fenômeno de difícil compreensão pela sociedade moderna ocidental devido ao fato de estar na contramão dos processos hegemônicos formalizados e da lógica industrial. Observamos no contexto desta pesquisa um fenômeno que se estabelece fora da lógica hegemônica de urbanização que caracteriza a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Configura-se aqui uma situação psicossocial onde a agricultura familiar se destaca tanto como uma forma de vida quanto como uma atividade econômica. A relação permanente com os recursos naturais, o nexo entre a vida familiar e o estabelecimento produtivo, o fluxo constante de histórias, memórias e experiências que unem passado e presente e a forte característica de coesão com o entorno e a comunidade são as principais qualidades deste modo de vida (PLOEG, 2014). A agricultura familiar possui também suas dimensões simbólicas que fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais (WOORTMAN, 1997) e que, em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo.

A região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta um gradiente de tipos de agriculturas que se estende por assentamentos rurais, sítios particulares, comunidades quilombolas e agrícolas, cooperativas urbanas e coletivos de produtores, até lajes domésticas e hortas comunitárias (MENDONÇA, 2012). Muitos autores se dedicaram a observar estes

---

2 Anuário Estatístico do RJ – CEPERJ, baseado no Censo Demográfico 2010 do IBGE.

tipos de agriculturas e agrupá-los em tipologias que os diferenciam de acordo com o grau de integração com a cidade que a atividade estabelece. O que nos interessa aqui não são as tipologias ou as nomenclaturas que têm o objetivo de diferenciar agricultura urbana, intra urbana e periurbana. Esta pesquisa se concentra em observar a prática da agricultura em um espaço, considerado pelas definições político-administrativas como uma região metropolitana. Por região metropolitana entendemos ser um território composto por um grande centro urbano, a Cidade do Rio de Janeiro, e outros municípios menores, com diferentes índices de urbanização, mas que mantém uma forte vinculação sócio econômica com este grande centro. Em contatos prévios com diferentes grupos de agricultores que se tornarão os sujeitos desta pesquisa observo que o termo mais frequentemente utilizado é agricultores/agricultoras e agricultores /agricultoras familiares. Sendo assim considero que esta se configura como uma categoria nativa e portanto será este o termo utilizado ao longo da pesquisa.

Prado (2012) e Arruda (2011) analisaram diferentes situações e contextos nos quais a agricultura familiar do Rio de Janeiro e da região metropolitana estão inseridas dentro de um crescente processo de urbanização, buscando compreender de que forma os agricultores se relacionam com este processo de forma ativa. Com a intensificação do processo de urbanização, a produção de alimentos perde espaço relativo e muitos agricultores passam a conjugar a atividade agrícola com outras ocupações essencialmente urbanas, tais como pedreiros, ambulantes, prestadores de serviços domésticos, dentre outras, conferindo a esse protagonismo social fortes características de pluriatividade. No entanto o componente de identidade cultural permanece forte e se manifesta principalmente na valorização dos produtos gerados pelas atividades agrícolas, no cuidado estético com a manutenção dos quintais e na permanência da criação de animais como porcos, galinhas e cavalos. Vale ressaltar neste cenário a presença de outros atores sociais que interferem de forma positiva para a manutenção e permanência destas práticas. São organizações da sociedade civil, ONG's, movimentos sociais e alguns órgãos governamentais como a Empresa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ), que atuam principalmente pela valorização das práticas agrícolas, dinamizam espaços de troca de experiência entre os agricultores, fortalecem organizações locais como cooperativas e associações de produtores e atuam como interlocutores com governos locais na implantação de canais alternativos de comercialização.

Eventos de grande porte, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, vêm acelerando e intensificando a urbanização na região metropolitana a partir de grande especulação imobiliária. Este é um processo que se reflete também na

consolidação de grandes empreendimentos como a siderúrgica da TKCSA, a construção do Arco Rodoviário Metropolitano, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), a desativação do aterro sanitário de Gramacho e a criação do aterro de Seropédica. Estes empreendimentos têm aumentado os conflitos sobre o território seja na desapropriação de agricultores e pescadores, seja impactando o meio ambiente e os recursos naturais<sup>3</sup>.

### **3.1 – Da dicotomia rural-urbano ao fluxo rural-urbano-rural**

A separação rural/urbano surge como questão no pensamento social do século XIX onde a cidade era espaço ao mesmo tempo da promiscuidade, artificialidade, miséria, sujeira e crescimento demográfico, mas também o lugar do trabalho e da produção de riquezas (KURKA, 2002). As cidades eram espaços de encontros entre pobres e ricos, entre o trabalho na indústria e a miséria das ruas. O território da cidade era e é até hoje o lugar da circulação de pessoas diversas, de caminhos diversos e onde as diferenças se encontram na diversidade e na contradição. Kurka, assim como Williams (1973), apontam para a diferenciação entre campo e cidade do século XIX onde as contradições se expõem e se traduzem por uma questão de classes sociais. O lugar da cidade, apesar de fascinante por sua diversidade e sua forte relação com a produção de riquezas, era o espaço onde ricos e pobres circulavam no mesmo espaço, ao passo que no campo ricos estavam separados espacialmente e socialmente dos pobres o que associava a este espaço a ideia de beleza romântica e de autenticidade. Enquanto a cidade era o espaço da modernidade, o campo representava a tradição. Esta visão de fragmentação campo/cidade se constituiu como uma construção social de separação de dois mundos distintos constituídos por hierarquias de valores.

Kurka (2002) destaca que a urbanização brasileira deu a partir do litoral e se generalizou a partir da década de 60. Segundos dados do censo demográfico realizado entre 1960 e 2000 pelo IBGE, a população brasileira vivendo nas cidades cresceu, entre 1960 e 1980, em cerca de 50 milhões de habitantes, sendo este número quase igual ao total da população do país nos anos de 1950. Entre 1980 e 1990, enquanto a população total do Brasil cresceu 26%, a população urbana cresceu em 40%. A autora atribui este crescimento das

---

<sup>3</sup> Alguns destes conflitos, principalmente aqueles que impactam diretamente a agricultura familiar na região metropolitana do Rio de Janeiro, estão destacados no texto da carta política do II Encontro Metropolitano de Agroecologia realizado em 31 de Agosto e 1 e 2 de Setembro de 2012 em Magé, Rio de Janeiro reunindo agricultores, técnicos, lideranças, estudantes e ong's. [www.agroecologiarj.org](http://www.agroecologiarj.org). Estes mesmo conflitos também estão destacados no Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. [www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br](http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br).

cidade a três fatores, o crescimento efetivo das áreas urbanas, a migração de populações de áreas rurais para áreas urbanas e a incorporação de áreas que nos censos anteriores eram classificadas como áreas rurais, como áreas urbanas.

Silva e Rocha (2011) buscam relacionar os conceitos de rural e urbano a partir dos estudos da geografia e das ciências sociais ao longo de uma trajetória de pensamento que remonta a Tonnies e as definições de comunidade onde a proposta de dicotomia entre rural e urbano era amplamente difundida. Em Tonnies, a organização comunitária rural se distinguia da organização social urbana como uma realidade específica e era reconhecida por suas características de coesão emocional e social, pela continuidade e conservadorismo, ao passo que a sociedade urbana estaria marcada por um individualismo, racionalismo e pelo apreço à modernidade. Tonnies também propunha que o rural se relacionava com um estágio comunitário enquanto o urbano já se encontrava em um estágio societário. A passagem para o século XX marca, segundo Martins (2000), o pensamento sociológico para o mundo rural visto a partir do urbano e de sua relação com este território. Ainda neste autor destaca-se que a sociologia rural não era mais que uma sociologia da ocupação agrícola onde o rural era pensado como uma incongruência com as fantasias da modernidade. Martins também destaca no pensamento da sociologia rural uma ênfase em olhar as comunidades rurais como caracterizadas por uma homogeneidade e particularizadas por uma similaridade de características psicossociais adquiridas como crenças, opiniões e tradições (MARTINS, 1986). Por outro lado, a cidade se configurava como um lócus de coexistências de personalidades heterogêneas e diversas em contraponto a visão homogeneizante nas comunidades rurais.

Estas linhas de pensamento destacadas por Martins e Silva e Rocha marcam esta separação dicotômica do rural e do urbano em termos de concepção de visões de mundo e sociedade e como lógicas sociais completamente diferentes entre si.

Os grandes fluxos migratórios entre territórios rurais e urbanos, que marcaram a segunda metade do século XX, alteraram significativamente este campo de pensamento que passou a refletir sobre um continuum rural-urbano, para além da separação entre estes espaços. Segundo Martins (2000), este grande deslocamento de pessoas de espaços rurais para as cidades produz uma hibridização de visões de mundo diferentes. Segundo o autor o modo de ser e a visão de mundo críticas ao desenvolvimento capitalista, à modernização anômala e à desumanização das pessoas surge como uma força de pensamento dentro dos meios urbanos a partir deste forte contato com culturas rurais. Estes deslocamentos populacionais mostraram que o rural pode subsistir culturalmente por longos períodos de tempo fora da lógica da

prática econômica da agricultura, pois permanece como visão de mundo, como uma nostalgia criativa, como estratégias de vida, como prática cultural e como identidade.

Segundo Silva e Rocha (2011) atualmente o debate sobre as relações rural-urbano se encontra revestido de novas complexidades que apontam para a superação da concepção do rural como espaço agrícola ou como uma área residual, bem como uma superação do urbano como o centro administrativo modernizante.

Neste ponto as análises de Martín-Barbero se tornam relevantes ao trabalho. No livro *Ofício de Cartógrafo*, o autor abre a seção dedicada ao tema das mudanças urbanas e das sensibilidades com uma citação do escritor mexicano Carlos Monsiváis:

*“O que é próprio da cidade é seu avanço voraz, seu não reconhecimento de fronteiras, seu esquecimento sistemático de tradições. O urbano torna-se agora o dom de harmonizar o oposto, o irreconciliável, o duro, o frágil, o marcado pelas gerações, o que em si mesmo começa e se consome”* (Carlos Monsiváis, apud Martín-Barbero, 2002, p. 279).

Aqui Martín-Barbero (2002) propõe pensar a cidade como uma narrativa que abarca suas territorialidades e desterritorialidades, seus medos, os jogos e o caos. Ao propor que o crescimento urbano se concretiza menos pela expansão do espaço asfaltado e mais em uma experiência temporal urbana, o autor propõe duas chaves para compreender o processo de modernização das cidades. A primeira delas é o fluxo de migrações, que chama de descentralização do sagrado que remete diretamente à ideia de movimento constante, tanto de pessoas como de visões de mundo. A cidade fica aqui configurada como um espaço de hibridação. A segunda chave de leitura da cidade proposta pelo autor é a da arte do quebra-cabeça que remete a uma tentativa de observar fissuras que separam as peças, e nos impedem de ver as junções do espaço e de ter noção do todo contribuindo para uma visão estanque da cidade como um sistema fechado. Para Martín-Barbero é preciso acompanhar os fluxos discursivos a partir de uma geografia de identidades buscando uma dinâmica de flutuações nas quais se gestam outras ordens. Superar a percepção fragmentária das cidades é, segundo o autor, a forma de perceber a cidade como um todo, não só territorial, mas também no que tange às experiências sociais, culturais e identitárias dos sujeitos que habitam este espaço.

Pelo viés do pensamento nômade e multidimensional, Martín-Barbero afirma que “nossas cidades são, hoje, o ambíguo, o enigmático cenário de algo que não é representado nem pela diferença excludente e excluída do autóctone, nem pela inclusão uniformizante e dissolvente do moderno” (2002, p. 279). Este pensamento configura o que o autor chama de

modos de estar e sentir juntos, que desarticula as formas tradicionais de coesão e modifica estruturalmente as formas de sociabilidade.

A reflexão proposta pelo autor é uma resposta à forma pela qual a cidade do paradigma modernizador é vista e pensada politicamente, espacialmente e socialmente. A realidade das regiões metropolitanas das cidades latino-americanas é a de que crescem como um avanço voraz a partir de uma urbanidade modernizadora que relaciona diretamente progresso a espaço asfaltado e esquece que as mobilidades espaciais e culturais são parte do mesmo fluxo. As fissuras se acentuam agudizando diferenças e hierarquias de uso e direito ao espaço. O que Martín-Barbero chama de massificação do urbano é parte fundante do que designa como modernidade-mundo, que produz o acelerado e ambíguo processo de globalização da economia e da cultura. A urbanização aqui representa uma ruptura com a sensibilidade e vai além do acesso a bens e equipamentos públicos como asfalto, água, luz, saúde, representa um desenraizamento, o crescimento da marginalização, a separação entre trabalho e vida e a perda de memórias sociais. Mas como poderíamos, a partir destas reflexões de Martín-Barbero, explicar a permanência da agricultura e de agricultores em territórios onde a expansão do urbano é um fenômeno latente e aparentemente tão impiedoso?

Encontro aqui uma forte ressonância deste pensamento nas reflexões levantadas por Santos (2006) sobre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica como “processo através do qual um dado fenômeno ou entidade local consegue difundir-se globalmente e, ao fazê-lo, adquire a capacidade de designar um fenômeno ou uma entidade rival como local” (Santos, 2006: 195). Segundo o autor, o discurso hegemônico é uma narrativa da história pelo ponto de vista dos vencedores, em sua maioria embasada pelo discurso científico, que utiliza como recurso de afirmação o desaparecimento de culturas locais. No entanto, Santos insiste em afirmar que frente ao processo de globalização hegemônica surge uma profusão de novos paradigmas emancipatórios, plurais e interculturais que privilegiam uma *ecologia de saberes*.

Não há divergência entre os dois autores e sim complementaridades. Enquanto Martín-Barbero aponta para a necessidade de refletir sobre a urbanidade como um processo narrativo, fruto de fluxos e hibridações culturais, ele ressalta que também há uma outra narrativa onde o urbano representa uma massificação de culturas e identidades, sustentada no fracionamento e na separação das peças do quebra-cabeça que formam o espaço da cidade. Estas mesmas peças separam a cultura hegemônica, das culturas contra-hegemônicas e separam o urbano e o rural, produzindo hierarquizações de sentidos para estas duas representações.

Relacionando as reflexões propostas pelos dois autores, podemos entender melhor a

permanência, em forma de resistência, da agricultura como atividade econômica e prática cultural na região metropolitana do Rio de Janeiro pelo viés da contra-hegemonia.

Outra elaboração de Santos (2006) que nos ajuda a pensar sobre a realidade da agricultura no Rio de Janeiro e sua problemática identitária em um espaço de fronteira entre rural e urbano são as ideias de *barroco* e *sfumato*. Para este autor a subjetividade barroca supera a lógica moderna e dualista onde as formações discursivas e performativas surgem da intensificação da mestiçagem, ou seja, quando duas ou mais referências, ações ou identificações sociais e culturais se interpenetram a ponto de criarem novas referências que se sustentam em uma herança mista (2006: 69). Para Santos os códigos barrocos pós-dualistas criam oportunidades novas para a reinvenção da emancipação social.

Os poderes hegemônicos que comandam a globalização neoliberal, a sociedade de consumo e da informação, têm vindo a promover teorias e imagens que apelam a uma totalidade. No entanto esta é uma totalidade que reduz a realidade ao que Martín-Barbero chama de tempo homogêneo e monótono da modernidade e que faz com que a cidade seja traçada por rotas previsíveis, vinculadas aos tráfegos rotineiros entre um centro e as suas periferias por caminhos que possuem usos puramente funcionais. Como uma solução para esta monotonia urbana o autor propõe o descentramento e a desurbanização das cidades, ou seja, a perda dos centros convencionais e sua substituição por uma configuração de cidade a partir de circuitos conectados em rede cuja topologia supõe a equivalência de todos os lugares e o reconhecimento da existência de uma cultura rural dentro do urbano, seja por fluxos migratórios ou por remanescência. Esta imagem hibridizada e matizada de cidade que propõem Martín-Barbero se sustenta fortemente na estética barroca de Santos onde o que predomina é a mistura de referenciais e uma não uniformização.

Outra imagem relevante elaborada por Santos é a do *sfumato*, uma técnica artística usada para gerar suaves gradientes entre as tonalidades, sem linhas ou fronteiras definidas. Esta técnica foi utilizada na pintura renascentista como uma forma de desafiar a nitidez e o foco e suavizar os contornos. Santos se utiliza da imagem dos contornos e fronteiras pouco definidos para refletir sobre situações sociais de onde é possível surgirem formas intermédias e novas dinâmicas identitárias, pois segundo o autor, o *sfumato* é “uma militância anti-fortaleza”. Neste sentido é possível aproximar estas reflexões, como metáforas, para pensar as fronteiras entre rural e urbano, assim como a permanência da agricultura na região metropolitana do Rio de Janeiro, como formas que se interpenetram adquirindo uma dinâmica própria.

O gradiente de cores e tons que compõem o *sfumato* do rural e do urbano também

constitui uma imagem forte para pensar a região metropolitana do Rio de Janeiro atualmente.

### **3.2– O problema da Invisibilidade e a produção da não-existência**

O problema da invisibilidade da prática da agricultura na RMJR frente ao modelo de urbanização que se apresenta como projeto político administrativo para a região será aqui interpretado à luz do pensamento crítico da razão cosmopolita de Boaventura de Souza Santos (2006), apresentada no cap 1, e a relação deste modo de produção da não existência com as elaborações de Jan Douwe Van der Ploeg (2009 e 2014) sobre as sete teses sobre a agricultura camponesa. Desta forma indicamos que a invisibilização destas práticas ou produção social da não existência da agricultura familiar na RMRJ acarreta profundos impactos na dinâmica identitária destes agricultores.

Aqui nos parece proveitoso retomar as proposições de Santos (2006) sobre a *sociologia das ausências* e analisar em profundidade o que o autor chamou de cinco modos de produção da não-existência: A monocultura do saber, a monocultura do tempo linear, a lógica da classificação social, a lógica da escala dominante e a lógica do produtivismo capitalista. Frente a estas cinco dimensões de exclusão e marginalização de determinado fenômeno social se encontra a proposta de uma abordagem por uma *ecologia de saberes*.

A monocultura do saber, segundo Santos (2006), se configura como o modo mais impactante de produção da não-existência e encontra respaldo no discurso científico hegemônico e na alta cultura como critérios únicos de verdade e qualidade estética. Aqui entendemos que a lógica de urbanização encontra profunda ressonância e sustentação neste sentido monocultural do saber, onde todos os processos sociais estão inseridos e se encontram dirigidos por um sentido de modernização urbana. Dentro desta lógica não seria possível conceber a permanência da agricultura em um território em processo de crescente urbanização. No entanto se a prática permanece viva e ativa, esta se dá a partir de sua invisibilidade. O que podemos observar na RMRJ é que a tensão entre a afirmação da existência da agricultura familiar e a sua invisibilização se encontra em um projeto político modernizador de cidade. Por outro lado a afirmação da existência desta prática se torna uma forma de luta particular que se traduz por uma revisão de paradigmas a proposição de uma visão nova de cidade que admita a multiplicidade e o fim das dicotomias.

Esta mesma lógica de urbanização também se sustenta no que Santos configurou como o segundo modo de produção da não existência, que é a monocultura do tempo linear. Apontando para um sentido único da história a partir da noção de desenvolvimento e

progresso a cidade está inserida neste processo histórico, essencializado e imutável de urbanidade, onde os resquícios de ruralidade estão fadados ao desaparecimento.

A terceira lógica de produção de invisibilidade se refere a classificação social e a naturalização da ideia de hierarquia social, onde as classificações raciais e sexuais se tornam igualmente inquestionáveis. Aqui posicionamos o processo de urbanização como algo natural em seu avanço sobre o território rural. E classificamos, segundo os critérios de modernidade e atraso a relação entre rural e urbano. Esta lógica de classificação social se relaciona com nosso imaginário mais usual e corriqueiro.

Do mesmo modo, a lógica da escala dominante prioriza processos globais e universais aos processos locais e particulares, onde estes ficam aprisionados em escalas que os incapacitam enquanto alternativas. A invisibilização não é fruto somente da incapacidade de enxergar determinadas lógicas diversas, mas um mecanismo que produz a exclusão. Se algo não pode ser analisado dentro de determinada lógica global então este mesmo processo é automaticamente antagônico a esta lógica e tem o poder de questionar seus pressupostos. Se há um pensamento estabelecido que determina que a agricultura familiar existe na RMRJ quanto um resíduo de uma atividade econômica anterior, esta está fadada ao desaparecimento. No entanto este pensamento determinista se estabelece a partir da folclorização do olhar sobre a realidade.

Da mesma maneira, a quinta e última lógica de produção da não existência proposta por Santos se relaciona ao produtivismo capitalista e está fortemente relacionada as noções de progresso e desenvolvimento econômico global. Neste ponto se faz necessário retomar as abordagens de Ploeg (2009) sobre a dificuldade da sociedade moderna em compreender e perceber o fenômeno de permanência da agricultura familiar nos processos de globalização hegemônicos. O autor aponta para um processo de recampesinização também interpretado como uma forma de resistência da agricultura familiar em um luta por autonomia na era da globalização.

Ploeg (2009) afirma que a principal diferença entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial está baseada na lógica do emprego dos recursos. Segundo o autor a agricultura camponesa está baseada no capital ecológico, principalmente na natureza viva que provêm de uma relação coesa com o território em que está inserida e no qual estabelece uma troca não mercantilizada com a natureza.

Outro ponto que difere a agricultura familiar da agricultura empresarial reside em uma condição camponesa dentro de uma luta por autonomia e progresso como forma de construção de um modo de vida rural. Este modo de vida, segundo Ploeg, se encontra

marginalizado em ambientes hostis que geram privação e insegurança para os agricultores familiares.

Ainda segundo o autor esta luta por autonomia implica a construção, uso e desenvolvimento contínuo de um capital ecológico, baseado em recursos não-mercantilizáveis, que são fruto de uma coprodução do ser humano com a natureza. Isso significa dizer que o ambiente no qual a agricultura está inserida influencia significativamente a condição de desenvolvimento do trabalho. Além do ambiente físico, solo, clima e recursos naturais o ambiente político-econômico, também possui grande influência no desenvolvimento da agricultura familiar. Segundo Ploeg, se o espaço político-econômico não estiver disponível, em razão de interações negativas entre agricultura e a sociedade à qual ela pertence, a capacidade de concretizar esses potenciais será bloqueada. Na mesma medida, o progresso constituído pelo camponês em determinada região reverte-se diretamente em crescimento em nível local e regional.

Neste ponto retomamos a proposição de que a agricultura familiar se relaciona com o território, tanto ecológica quanto socialmente em uma espaço vivo de experiências que sejam socialmente apreensíveis. Seria também oportuno relacionar estas proposições com reflexões de Woortman (1997) sobre a agricultura como prática sociocultural, detentora de estruturas de significados e sistemas de símbolos, que são socialmente estabelecidos. Através da organização dos espaços e das combinações de espécies e variedades vegetais, se formam ecossistemas construídos com base em modelos de saber e de conhecimento da natureza. Esta “ciência do concreto” é também um trabalho que possui “dimensões simbólicas que fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais” (WOORTMAN 1997, p. 145) e que, em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo.

Nesta perspectiva, o trabalho na agricultura é um sistema cognitivo composto de saberes e fazeres produzidos na relação com a natureza e no processo de transformá-la em espaço de cultivo. Neste sentido, ao trabalhar a terra o camponês realiza um trabalho ideológico (WOORTMAN, 1997), que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais. Este processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, que além de produzir cultivos, produz seus espaços sociais e culturais e dá corpo a esta dinâmica identitária.

Ploeg e Woortman apontam para uma dimensão do trabalho na agricultura que está além da produção mercantilizada de alimentos. Enquanto Ploeg aponta para uma relação baseada em uma lógica de troca com a natureza, ou seja, onde os recursos naturais sejam ao mesmo tempo meio e fim do processo de trabalho realizado pelo agricultor, Woortman

ressalta que a relação entre trabalho e natureza está mediada pela cultura e gera além de alimentos, produtos e novos recursos naturais, uma gama de conhecimentos.

Tanto em Ploeg quanto em Woortman, o capital ecológico, epistêmico e cultural gerado pela agricultura familiar camponesa são as principais condições de enfrentamento aos ambientes políticos e sociais hostis a existência da prática social, econômica e cultura da agricultura e a sua invisibilidade.

Retomando o conceito de recampesinização de Ploeg vemos que o mesmo aponta para a superação de dicotomias historicamente constituídas que geram interpretações empobrecedoras do processo sócio-histórico que enquadram a agricultura familiar camponesa em um lugar de atraso frente ao processo de modernização e formação dos grandes complexos industriais que formam o agronegócio como potência mundial. O que se convencionou chamar de modernização conservadora se caracteriza pela inserção completa da agricultura em uma lógica capitalista globalizante que gerou a grande marginalização da agricultura familiar e camponesa no mundo.

Além de situar a presença da agricultura familiar no processo histórico, a noção de recampesinização, segundo Petersen (2009), evidencia que o sentido desse processo não é unidirecional, ou como propõe Santos a partir da noção de monocultura do tempo linear, os processos de recampesinização não significam uma volta ao passado onde reside a noção de atraso e tradição. Pelo contrário, indicam caminhos para a superação de uma encruzilhada civilizacional na qual se insere a sociedade atualmente. Neste ponto aproximamos as reflexões de Ploeg e Petersen da noção de grau de campesinidade assim como apresentadas por Woortman, onde esta última se torna uma forma de olhar para este processo por uma perspectiva matizada e plural no qual a agricultura familiar constrói o seu potencial de emancipatório a partir do emprego de seu trabalho e se seus conhecimentos na valorização do potencial ecológico, social e cultural local. Agricultura familiar encontra a sua autonomia se inserida na lógica de um território vivido e dotado de sentido.

Neste ponto se faz necessário retomar as reflexões de Santos sobre o regime de dominação atual da globalização hegemônica. Neste autor o sistema global mostra-se cada vez mais violento e imprevisível, aumentando a vulnerabilidade de regiões, nações e grupos sociais subordinados. Bauman (1998) problematiza o uso do termo globalização como o sinônimo de um destino irremediável, um processo irreversível e que afeta a todos na mesma medida. Segundo este autor a ideia de globalização de pasteurizou e se uniformizou tanto como expressão se um sentido, quanto como forma de explicar processos e fenômenos sociais. Isto significa dizer que quanto mais experiências o termo pretende explicar, mais

opacas e invisíveis se tornam estas experiências, reforçando a ideia de uma globalização no sentido único e ortodoxo do termo. Bauman ainda alerta para o fato de que há mais sutilezas no processo de globalização do que o olho pode apreender e que se faz necessário olhar em detalhes tanto as raízes quando as conseqüências sociais deste processo, dissipando a névoa que cerca este termo e trazendo clareza à condição humana atual.

O avanço da urbanização em curso no território onde se desenvolverá esta pesquisa se encontra dentro desta lógica global opaca na qual as configurações territoriais locais como as práticas agrícolas ativas e presentes na região se encontram encobertas. Ainda em Bauman a globalização representa ao mesmo tempo a liberdade de determinados grupos sociais, e o destino indesejado e cruel para outros, vistos como localizados. Utilizando os referenciais dicotômicos próprios da modernidade, ser local em um mundo global é sinônimo de privação e degradação social.

Os processos de globalização são narrativas de situações exitosas, ou, nas palavras de Santos (2009), a história do mundo contada pelos vencedores. Os tais processos locais, são automaticamente colocados neste lugar menor e em seguida dados como extintos. Como alternativa a esta lógica, o autor aponta para a necessidade do surgimento de economias de pequena escala na forma de contra-hegemonia em contraponto aos processo de globalização vigente. A única maneira de garantir a sustentabilidade é fazer uma transição para o local.

Santos também nos apresenta o conceito de *terrenos de confrontação* entre a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica. O potencial emancipatório das lutas presentes nestes terrenos baseia-se na ideia de que uma política de igualdade centrada da redistribuição social da riqueza não pode ser conduzida sem um política de reconhecimento das diferenças étnicas, culturais, raciais e sexuais.

Neste sentido se intensifica a necessidade de transformar estratégias de sobrevivência em fontes de inovação, de criatividade, de transgressão e de subversão. Podemos aplicar este pensamento na reflexão sobre a relação entre rural e urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro, quando pensamos sobre a resistência das práticas agrícolas neste território. Aqui temos mais que uma fronteira física, ou geográfica, temos um fronteira epistemológica separando rural de urbano, onde o urbano se enquadra nas definições de globalização hegemônica e por oposição e consequência, o rural como globalização contra-hegemônica.

Este contato entre rural e urbano, ou a sobreposição dos dois de forma simultânea neste território cria os *terrenos de confrontação* onde visões de mundo diferentes lutam por uma política de igualdade.

Também podemos conduzir uma leitura que se assemelha ao processo de

reconhecimento do espaço, ou dos elementos de ruralidade presentes nestes terrenos de confrontação como assumindo a condição natureza, ou seja de exterioridade. Ou seja, nos processos de globalização hegemônica o avanço do urbano sobre o rural, seja este avanço territorial, político ou cultural, está relacionado com um disputa epistêmica onde se afirma a exterioridade da natureza e a supremacia do discurso científico hegemônico.

### **3.3 - A questão das identidades na fronteira rural-urbano-rural**

As identidades surgem a partir de processos históricos e sociais específicos, e sua condição contextual é fruto de formas estruturais e de organização social particulares (HALL, 1992). Além disso, são construções relacionais, simbólicas e sociais (WOORWARD, 2013). O pensamento pós-colonial tem no tema das identidades uma de suas discussões centrais, sobre o qual diversos autores têm dedicado grande interesse concentrando-se na tensão entre o essencialismo e o não essencialismo. O essencialismo, fundamenta suas afirmações, segundo Woodward, em justificativas históricas, naturais e biológicas. Já para Hobsbawm e Ranger (1997), este processo está enraizado em tradições inventadas e sustentadas por construções sociais.

O pensamento pós-colonial converge para o fato de que as concepções essencialistas, típicas do pensamento norte-sul/ocidente-oriente, sobre as identidades são ao mesmo tempo o alicerce e a consequência das lógicas de dominação social, econômica e política inerentes ao processo de globalização hegemônica (SANTOS, 2006). As identidades que são constituídas pela consolidação de estereótipos e pela cristalização de preconceitos são contestadas no pensamento contemporâneo e pós-colonial. Entende-se portanto, que para dedicar-se ao estudo das identidades faz-se necessário compreendê-las como parte de processo dinâmico de constante transformação da sociedade, onde pensamentos dicotômicos ou cristalizantes só contribuem para os essencialismos. Em oposição ao essencialismo propomos aqui as dinâmicas identitárias, o que significa refletir sobre os processos vividos pelos sujeitos em seu contexto social específico e sobre o impacto do mesmo na forma pela qual estes sujeitos refletem sobre si e sobre sua identidade.

O termo identidade, como é concebido por Hall nos remete a um ponto de encontro entre discursos e práticas que convocam o sujeito a assumir lugares sociais, ao mesmo tempo em que produzem subjetividades momentâneas com as quais se pode identificar. Estas reflexões nos convidam a vincular o sujeito aos fluxos do discurso, buscando entender as dinâmicas nas quais se articulam identidades sociais a partir de processos de diferenciação.

Silva (2000) também caminha por este território da relação intrínseca entre identidade e diferença, e afirma que aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do que está dentro e a afirmação da identidade pela diferença, é uma dinâmica constante, implicando em operações de inclusão e exclusão. No entanto, estabelecer diferenças significa também classificar e dividir e, em última instância, significa hierarquizar, distribuir privilégios e atribuir valores diferentes aos grupos assim classificados (SILVA, 2000). Ao questionar a identidade e a diferença como relações de poder, problematizamos também os binarismos sobre os quais elas se sustentam.

Segundo Hall, está se efetuando uma desconstrução do pensamento sobre as identidades em uma variedade de disciplinas, todas as quais, se posicionando criticamente frente a uma identidade integral e unificada. Nesta perspectiva o estudo das identidades caminha para uma abordagem discursiva na qual as mesmas são fruto de um processo, nunca completado, que envolve a marcação de fronteiras simbólicas articulando algo de dentro com algo de fora. Hall afirma que toda identidade tem, à sua margem, um excesso, uma sobra, um algo a mais. Neste sentido conclui que a aparente homogeneidade interna que o termo identidade muitas vezes assume, não é mais que uma construção.

Para bem compreender de que forma se dá a dinâmica identitária entre os agricultores da RMRJ, é necessário analisá-la a partir do contexto específico de um território que é fruto de processo de intensa urbanização e transformação social, que faz com que fronteiras entre o rural e o urbano estejam também em constante transformação. Haesbaert (2011), ao analisar a relação entre território e identidade na contemporaneidade, alerta que a essencialização do espaço tomado como fixo e absoluto leva conjuntamente a uma essencialização das identidades territoriais. O autor afirma que processos identitários adquirem feições diversas de acordo com a concepção de espaço à qual estão vinculados, e aponta para a necessidade de abordar a questão a partir do que Harvey (1980) chamou de espaço relacional que se constitui na relações entre objetos e sujeitos. Haesbaert afirma que as identidades sociais são também identidades territoriais quando o referente simbólico central na sua construção parte ou transpassa o território. O autor faz referência a Hetherington (1992) ao falar a partir de uma noção de território heterogêneo, rugoso, dobrado e incerto, ou seja, um território de complexidade.

Esta abordagem de território complexo, constituído pela fluidez de relações se aproxima do conceito de Milton Santos de território usado, assim como sintetizado por Kurka (2008) como uma categoria da análise social onde o espaço encontra a sua essência nas relações sociais. Para Kurka, território usado diz respeito a um conjunto de sistemas de

objetos, ações e intencionalidades. A perspectiva do território usado focaliza o espaço a partir das relações sociais e como resultado direto das transformações da natureza pelo ser humano. Isso quer dizer que o que dá sentido ao território são as relações que se estabelecem e que o constituem como espaço socialmente apreendido.

A fragmentação do território em rural e urbano, própria do pensamento positivista moderno, possui aqui uma intencionalidade de fragmentação também das identidades presentes neste território. Este movimento de separação e constituição de fronteiras territoriais desconsidera atravessamentos e ordens outras de onde surgem dinâmicas identitárias intermédias. Neste sentido, é necessário abordar aqui o tema das fronteiras.

Ao buscarem uma conceitualização da noção de fronteira a partir dos estudos pós-coloniais D'Ávila e Cavas (2014) destacam a interface da noção de fronteira com conceitos como identidade, hibridismo cultural e diáspora. Segundo estes autores o processo de hibridação cultural, tão relacionado à globalização, dá à noção de fronteira, assim como às identidades, um estado de fluidez, que se reflete na análise que faremos da relação rural-urbano-rural na RMRJ. Podemos assim considerar que o território em questão se configura como uma fronteira fluida entre o rural e o urbano, onde os mesmos não se encontram em oposição, mas sim em uma relação de continuidade em que elementos se entrelaçam em uma ordem fluida (MARTÍN-BARBERO 2002). Nas passagens entre rural e urbano não se enxerga a fronteira. Esta delimitação só pode ser percebida de longe, do alto, através de uma visão que é própria dos mapas tradicionais. De perto esta fronteira não perceptível e à ideia de delimitação dá lugar a ideia de continuidade ou como propõem Haesbaert (2011) de continuum de articulação territorial. Aqui, partiremos do pressuposto de que a condição de permeabilidade e de fluidez desta fronteira tem conseqüências definitivas na dinâmica identitária dos indivíduos que vivem neste território.

As concepções essencialistas das identidades sociais se baseiam principalmente nesta hierarquização e na concepção fixa de identidade e de subjetividade (WOODWAR, 2000). O essencialismo se configura como uma forma de dominação pela afirmação da diferença e do binarismo. Quando afirmamos a separação rural/urbano estamos fixando subjetividades e identidades em concepções estanques de paisagem, territórios e identidades. Aqui a hierarquização se dá por exclusão, pois a construção social do espaço urbano se dá pela negação dos elementos de natureza presentes no rural, ao passo que o rural se configura em uma completa negação: onde não há asfalto, onde não há equipamentos urbanos (luz, água, esgoto, serviços públicos), onde não há desenvolvimento, onde não há riqueza.

Segundo Gottdiener (1985) o pensamento social concentrou grande parte de suas

reflexões sobre o espaço e o sujeito na concepção de espaço urbano e o modo de vida urbana na diferença existente com sua contrapartida rural. Williams (1973) também ressalta que as diferenças entre “campo” e “cidade”, “rural” e “urbano” são ideais fundantes das vivências das comunidades urbanas. São termos sempre polarizados que nos remetem a dois tipos distintos de comunidades humanas e de civilizações. A ideia de rural se construiu por um lado vinculada ao bucolismo, a calma, inocência e virtudes simples da plenitude da natureza e por outro ao atraso, à ignorância e à limitação. Ao urbano remetemos as ideias das realizações da sociedade humana, ao capital, ao trabalho, mas também ao caos, barulho e desconexão.

Precisamos, como sugere Mignolo (2005), separar as palavras das coisas para compreender que tanto a ideia de rural como de urbano são construções binárias onde se sustentam essencialismos identitários. Assim, Mignolo nos convida a refletir sobre o “descobrimento” colonial do território além mar e sobre o processo de colonização e dominação implícito ao estabelecimento da América Latina no mundo ocidental moderno como periférica, inferiorizada e explorada. O autor sustenta que a compreensão do processo de construção do nome deste continente compõe um esforço maior de entender a situação colonial, questionar esta identidade imutável de colônia e buscar uma superação para o que Santos (2010) chamou de complexo de Caliban, ao criar uma analogia com a obra de William Shakespeare, *A Tempestade*, onde Caliban é um personagem que representa o nativo, bárbaro, subjulgado por um Duque europeu, o Próspero, com o qual estabelece uma relação de interdependência.

O que se constitui na dicotomia rural/urbano assim como na Europa/América Latina, é uma fronteira que separa e divide mundos e identidades a partir de hierarquias e relações de dominação. O pensamento pós-colonial se estabelece aqui como uma proposta de superação, tanto de reconhecimento desta dinâmica e dos seus impactos negativos, quanto da superação desta noção de dominação a partir do reconhecimento de dinâmicas novas e intermédias, onde as fronteiras possam se mostrar mais permeáveis e acolher identidades mais híbridas e fluidas.

Questionando as concepções binaristas, o pensamento pós-colonial aciona metáforas significativas que contribuem para a ideia de fluxo. Ao aproximar a noção de fronteira do tema nas identidades, vemos que em Pratt (1992), assim como em Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2000) a noção de fronteira se constitui como a delimitação dos territórios a partir de uma cartografia colonial. Esta presença da colonialidade expõe relações de dominação, onde o eu e o outro se encontram na diferença. Explicitando as relações de dominação próprias dos encontros coloniais, Pratt (1992) aproxima a ideia de fronteira da noção de zonas de contato onde as relações sociais são caracterizadas por assimetria. Costa (2002) também reflete sobre

estes processos de transformação territorial e cultural e ressalta que o alargamento e a intensificação do processo de globalização produzem uma dinâmica de interligações e intercâmbios de comunicações e culturas, que envolvem uma inesgotável diversidade de modalidades intermédias e ambivalentes de identificações sociais e culturais. Neste sentido as identidades culturais diferenciadas em vez de se abaterem ou desintegrarem, tendem a proliferar-se e acentuar-se.

As reflexões de Costa (2002) se aproximam muito dos pensamentos de Santos (2006) no que se refere à diferenciação que o autor faz entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica, exposta na seção anterior. Segundo o autor o discurso hegemônico é uma narrativa da história pelo ponto de vista dos vencedores, em sua maioria, embasada pelo discurso científico, que utiliza como recurso de afirmação o desaparecimento de culturas locais. No entanto, Santos insiste em afirmar que frente ao processo de globalização hegemônica surge uma profusão de novos paradigmas emancipatórios, plurais e interculturais e que privilegiam uma ecologia de saberes.

Em cenários de instabilidade identitária, as pessoas estão constantemente cruzando fronteiras e transitando em busca de formas para a constituição de identidades culturais e sociais. Neste sentido as identidades não podem ser compreendidas somente em conexão com a produção de uma diferença ou oposição e sim como um processo social discursivo que busca a construção de algo inédito.

Quando pensamos nos processos de urbanização, sempre somos levados a crer que este se dá pelo avanço da fronteira do urbano sobre o rural, e que nunca poderemos observar o caminho inverso. No entanto proponho aqui uma leitura do espaço a partir dos discursos destes atores sociais que se encontram exatamente nesta fronteira. O avanço das áreas urbanas sobre as rurais é entendido como a reconfiguração de uma fronteira, mas não pode significar o fim das constituições identitárias destes sujeitos, e sim um processo de reconfiguração das mesmas.

É fundamental considerar que estes espaços de troca de experiências entre agricultores nos indicam que as identidades se revelam como algo a ser construído, e não descoberto (BAUMAN, 2004), como um processo que está em curso a partir das transformações políticas, sociais e territoriais vividas. Neste sentido sustentamos que o “pertencimento” e a “identidade” são condições negociáveis, susceptíveis às decisões que o indivíduo toma e aos caminhos que percorre. Neste plano, estes elementos representam, entre outras coisas, a produção e a reprodução do conhecimento e dão corpo ao processo de constituição das identidades psicossociais destes sujeitos.

Abordamos aqui a relação entre identidades e fronteiras, mas também podemos estabelecer uma relação destes temas com o trabalho. Para tal utilizaremos Ellen e Klaas Woortmann e a discussão que realizam acerca da dimensão simbólica da identidade do agricultor familiar examinando o processo de trabalho de famílias de agricultores, buscando revelar sua lógica interna. Os autores destacam que, através da organização dos espaços e das combinações de espécies e variedades vegetais, se formam ecossistemas construídos com base em modelos de saber e de conhecimento da natureza. O que eles chamam de “ciência do concreto” é o que fundamenta a prática da lavoura, mas é também um trabalho que possui “dimensões simbólicas que fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais” (1997, p.145) e que, em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo.

Os autores destacam que o processo de trabalho na agricultura está fundado na relação que o homem estabelece com a natureza, cuja existência é ideal, uma vez que não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida, mas que, por outro lado, é parte de um processo de relações sociais que transformam esta natureza. Pretendem assim entender a construção do “roçado” a partir da dimensão simbólica e da dimensão das relações sociais presentes no trabalho agrícola que se dá pela articulação de forças produtivas com relações sociais de produção. A noção de forças produtivas, tal como é utilizada pela sociologia, significa o conjunto de fatores de produção: recursos disponíveis, seres humanos e instrumentos de trabalho empenhados em determinada tarefa (WOORTMAN e WOORTMAN, 1997: 10). Com base nesta formulação, argumentam que é importante compreender estas forças produtivas como elementos socialmente construídos, uma vez que sua utilização é fruto de um saber produzido socialmente, e é a cultura que lhes dá significado para além da materialidade e da instrumentalidade prática.

Apoiando-se na formulação de Geertz (1978) de que é através das ações sociais que as formas culturais encontram articulação, Woortmann e Woortmann (1997) sustentam que a agricultura, como prática sociocultural, possui suas estruturas de significados e sistemas de símbolos que são socialmente estabelecidos. A cultura é um universo de representações de um grupo ou sociedade e também um conjunto de textos ou discursos que formam um sistema no qual diferentes núcleos de representação estão em comunicação uns com os outros, formando uma “teia de significados”. Para estes autores, terra, trabalho e família estão no cerne desta teia que relaciona também outros elementos, como solidariedade, reciprocidade, honra e hierarquia. É a partir destes elementos que o autor constrói sua noção de *campesinidade*.

Observamos aqui que a dinâmica identitária entre os agricultores e agricultoras da região metropolitana do Rio de Janeiro possui um sistema complexo de significados. Os

principais elementos que compõem esta rede se relacionam com a dinâmica territorial em que estão inseridos estes atores sociais, com valores que transitam constantemente na fronteira fluida entre o rural e o urbano, mas também com o processo de trabalhar a terra. O trabalho a que nos referimos, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas e afetivas, que além de produzir cultivos, produz seus espaços sociais e culturais e dá corpo a esta dinâmica identitária.

## Parte 2 – A PESQUISA SE DESENROLA

### Capítulo 4 – Os caminhos da pesquisa

Cantou Serrat:

*“Caminante, no hay camino  
Se hace camino al andar”*

*(Antônio Machado)*

Considerando que a natureza de minha inserção no campo de pesquisa se dá a partir de uma relação de trabalho e militância com os grupos pesquisados, em um campo onde os métodos participativos sempre estiveram presentes e sempre foram constitutivos do trabalho realizado com estes grupos, não havia como conceber outra forma de realizar esta pesquisa que não fosse através da participação.

No curso da realização desta pesquisa o pensamento pós-colonial também se torna uma forte referência para sustentar a opção epistemológica e metodológica por uma abordagem interdisciplinar. Em um primeiro momento esta opção se dá na medida em que a minha própria formação enquanto pesquisadora é de natureza interdisciplinar, fazendo com que a estratégia encontrada para a realização desta pesquisa utilize métodos, técnicas e recursos que também estejam imersos no território da interdisciplinaridade. Para além das reflexões acerca da problemática das dinâmicas identitárias entre agricultores no território de fronteira rural-urbano-rural, esta pesquisa busca problematizar o tema das identidades a partir da proposta da auto-representação no processo de produção do retrato compartilhado. Na medida em que transito entre a formação e atuação profissional como fotógrafa e pesquisadora nas áreas de fotografia e da psicossociologia, o processo e o impacto da produção do retrato partilhado entre fotógrafo e fotografado está no centro do debate.

Neste sentido, esta pesquisa se estrutura como um exercício metametodológico onde a reflexão sobre o método se torna também um objeto de estudo e reflexão. Nesta seção abordaremos o tema da interdisciplinaridade a partir do viés teórico do pós-colonialismo com o objetivo de sustentar que este paradigma crítico fundamenta abordagens disciplinares múltiplas, que se sustentam em abordagens próprias da complexidade. Neste sentido, afirmar a interdisciplinaridade constitui para esta pesquisa uma exigência epistemológica crítica e política.

#### **4.1 – trajetórias da pesquisadora na comunicação e na psicossociologia – notas sobre interdisciplinaridade**

Apontar para o campo da psicossociologia é uma consequência da compreensão de que o fenômeno da subjetividade não pode estar ausente dos saberes e fazeres que envolvem o humano e suas relações sociais. Por outro lado, a opção por utilizar como principal ferramenta de pesquisa a fotografia, bem como propor uma reflexão mediada por uma abordagem de construção dialógica e participativa destas imagens, mais uma vez afirma esta opção interdisciplinar. O campo de produção imagética já é, por natureza, um campo interdisciplinar, pois reúne conhecimentos que derivam de diferentes áreas do conhecimento em uma trama onde cada uma destas áreas possui importância equivalente. Da física à filosofia a fotografia se sustenta no paradigma de uma abordagem complexa.

Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a psicossociologia também, assim como a fotografia, aparece como um lugar privilegiado para a pesquisa interdisciplinar, pois reúne ação e reflexão em contextos bem definidos. Além disso, em seu percurso histórico incorporou diversas disciplinas que contribuíram para formar seu *corpus* atual - as disputas paradigmáticas que se sucederam deixaram um lastro de possibilidades bastante propício a composições originais, às vezes rivais, mas sempre compatíveis com o cenário das novas diplomacias exigidas pela pós-modernidade.

Segundo Santos (2007), é necessário reinventar as ciências sociais no sentido de repensá-la epistemologicamente e superar o que chama de racionalidade indolente, que desperdiça experiências múltiplas ao se considerar como forma única e exclusiva de abordar determinada situação social e não se exercita o suficiente para ver a riqueza inesgotável do mundo. Segundo Santos, a razão indolente se manifesta de duas formas: enquanto razão metonímica, contrai o presente até sua subtração e enquanto razão proléptica, expande o futuro infinitamente até que este se perca de vista. O autor propõe, portanto, o exercício de ampliação do presente e contração do futuro, como forma de ampliar as experiências epistêmicas, bem como a relação entre as mesmas.

Neste sentido podemos utilizar como uma experiência epistemológica da complexidade o conceito de Santos de *ecologia de saberes*, como uma contraposição às diversas monoculturas mentais que reduzem e invisibilizam campos importantes do conhecimento, que deveriam atuar conjuntamente ao invés de brigarem pelo reconhecimento como campo principal. Segundo Santos de acordo com a proposta da ecologia de saberes não se trata de descredibilizar o fazer científico e nem de propor um fundamentalismo

essencialista “anticiência”, mas fazer um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica. A possibilidade de que a ciência entre, não como uma monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que os diversos saberes científicos possam dialogar entre si e que estes possam também dialogar com os saberes “marginais” ou não científicos, populares, indígena, camponês.

Vasconcelos (2004) propõe que a discussão sobre a interdisciplinaridade tenha na complexidade um conceito-chave. No entanto, aponta para algumas questões que precisam ser tratadas quando se inicia um debate sobre interdisciplinaridade: a crítica da fragmentação e superespecialização do saber implicaria a defesa de um conhecimento enciclopédico e totalitarista? A interdisciplinaridade implicaria em acabar com as especificidades e a autonomia das diversas disciplinas? Significaria a possibilidade de colocar as diversas dimensões da vida humana e social sob um mesmo campo teórico ou disciplinar?

Na busca pelas respostas para estas questões o autor recorre ao pensamento de Edgar Morin (1990) sobre o “paradigma da simplicidade” e a sua contraposição, o “paradigma da complexidade”. Os problemas essenciais do “paradigma da simplicidade” residem na especialização própria do pensamento cartesiano que fragmenta o mundo “objetivo” em unidades mais simples para seu exame e separa este mundo “objetivo” do mundo “subjetivo”. Esta perspectiva separa as dimensões do conhecimento em diversos departamentos das ciências e faz com que as mesmas apresentem progressos dispersos, fragmentados e limitados. O enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade e da solidariedade ao “abs-trair” ou extrair o objeto, ou sujeito, do seu contexto. Ainda nesta reflexão, o problema da redução utiliza uma lógica mecânica e determinista de exclusão de tudo aquilo que não seja quantificável ou mensurável, a exemplo de questões relativas a subjetividade humana que envolvem emoções e questões próprias do inconsciente.

Como um contraponto ao “paradigma da simplicidade” Morin (1990) propõe uma abordagem da complexidade pela qual entende um processo de tecer em conjunto elementos que não podem ser separados e que constituem um todo que ao mesmo tempo representam unidade e multiplicidade. Segundo este autor a complexidade expõe fenômenos complicados e que necessitam de métodos complexos para serem explicados. Estes fenômenos complexos unem a ordem e a desordem em um processo de interação contínua de forma antagônica e complementar. Fenômenos complexos são marcados por processos de emergência, pelos quais novas propriedades surgem a partir da interação das partes ou dos diferentes níveis de realidade ou organização, marcando a necessidade de diferentes epistemologias para estas abordagens.

De acordo com o paradigma da complexidade, a produção do conhecimento depende fortemente da experiência sócio-histórica, pessoal e subjetiva dos pesquisadores. O desenvolvimento da criatividade e da inovação nesta esfera se sustenta na capacidade dos pesquisadores assumirem o processo de troca permanente entre suas singularidades em diferentes áreas do conhecimento como um esforço de produzir esta trama complexa, conforme é proposta por Morin (1990), onde as diferenças emergem e se complementam na solução, análise e abordagem de realidades complexas próprias da pós-modernidade.

É neste cenário de complexidade que situo o debate metodológico desta pesquisa buscando abordar o tema das identidades a partir de dois caminhos que se complementam, os sentidos e os sentimentos que formam a dinâmica identitária de sujeitos que vivem do trabalho da agricultura no Rio de Janeiro, imersos em uma realidade complexa onde o rural e o urbano se apresentam no espaço e na vida de forma também dinâmica. Ainda completando este cenário de abordagem complexa, a fotografia se apresenta como o instrumento de coleta de dados principal, mas não somente o instrumento, como se torna o caminho para a expressão destas identidades. A imagem fotográfica nesta pesquisa, mais do que o ofício principal da pesquisadora, é o meio, o espaço onde o diálogo entre pesquisador e pesquisado acontece. Através da produção das imagens os dados surgem e tomam forma, são dinamizados em análise e formam o canal de comunicação entre os participantes. Os dados surgem também na análise destes retratos e na reflexão sobre estes momentos complementares, o fazer a pose, a escolha do retrato, a análise do produto final.

Retomemos as propostas críticas da razão cosmopolita (SANTOS, 2006) e trazendo os questionamentos sobre as racionalidades estreitas e uniformizantes da razão metonímica relacionamos com o que Becker (1999) chamou de processo de industrialização das ciências sociais que fez da metodologia de pesquisa em ciências sociais uma “especialidade proselitizante” que se restringe a apregoar a maneira certa de fazer pesquisa em um caminho para a melhor ciência. Contra esta tendência uniformizadora do fazer científico, Becker propõe a retomada de um modelo artesanal de ciência onde o pesquisador ativo busca soluções adaptáveis à realidade que pretende pesquisar.

O caminho percorrido na realização da pesquisa também configura uma contribuição para a ciência; a inventividade e adaptabilidade presentes neste processo também podem se tornar formas de construção de conhecimento em um contexto de contra-hegemonia e da emergência de novas epistemologias. No que tange o encontro dos conhecimentos populares com o conhecimento acadêmico formal científico, como proposto por Santos, encontramos ressonância nas reflexões de Demo (1989) sobre a pesquisa participativa como um encontro

entre sujeitos. Sujeito pesquisador e sujeito pesquisado.

O profundo questionamento sobre a centralidade da ciência está presente na tentativa de diferenciar a pesquisa participativa dos métodos positivistas, hegemônicos até os anos 1960 (ANDRADE e MACEDO, 2014). A pesquisa participativa pressupõe não somente um processo circular onde o saber científico é um entre outros saberes locais, mas também a busca pela participação dos sujeitos na análise de sua realidade, configurando o processo de produção de conhecimento em um processo educativo, conscientizador e transformador (THIOLLENT, 2000).

A ruptura com o paradigma positivista e com a hegemonia do saber científico traz consistência teórica para o debate metodológico em torno das pesquisas em ciências humanas. A busca por uma democratização do saber não se dá apenas no momento da divulgação dos resultados, ou o que se convencionou chamar de devolução dos resultados para a comunidade, mas se concentra no processo de produção destes dados. Aqui também se destaca a dimensão ética e política da pesquisa participante com as questões levantadas na pesquisa e que são latentes na comunidade. Aqui aproximamos a proposta da pesquisa participativa do caminho da contra-hegemonia científica configurando um método que promova uma relação com o outro próxima da ideia de comunidades interpretativas (SCHIMIDT, 2006) e da tarefa da tradução defendida por Santos (2006) como o terceiro e último procedimento da razão cosmopolita onde a pesquisa, se configura em um processo de convergência de sentidos de onde possa surgir o diálogo entre discursos e práticas próprios dos processos emancipatórios.

Para Minayo (1998) a subjetividade e a criatividade se tornam atravessamentos inerentes à pesquisa social qualitativa. O que implica dizer que a pesquisa surge do interesse do pesquisador e seus questionamentos em um encontro com os sujeitos ou o grupo pesquisado, sua visão sobre sua realidade e suas necessidades resultando em uma inserção do pesquisador no campo a partir de um reconhecimento com a causa política vivida pelo grupo pesquisado. Neste sentido o pesquisador que assume uma postura participativa junto ao grupo pesquisado busca uma aliança e um compromisso político com o grupo pesquisado que se dá através do compartilhamento de todas as etapas da pesquisa. Este compartilhamento traz para a pesquisa participativa um elemento importante que é a imprevisibilidade em relação às estratégias e aos instrumentos que serão utilizados ao longo do processo.

## 4.2 – O campo da pesquisa interdisciplinar e participativa com fotografia

A fim de promover um processo de reflexão sobre os diferentes significados relativos à prática da agricultura, bem como suas representações culturais e psicossociais dentro do contexto da fronteira rural-urbano-rural, a investigação deu-se partir de um grupo formado por agricultores e agricultoras, que residem em áreas onde a paisagem rural e a urbana se confundem. Estes sujeitos se mantêm ligados à prática da agricultura, não somente como uma atividade econômica, mas também como uma prática cultural<sup>4</sup> e muitas vezes intercalam atividades urbanas e rurais, ou seja, trabalham com a agricultura, mas também mantêm atividades laborais não agrárias.

Foram utilizadas duas estratégias de abordagem dos dados que se integraram de forma indissociável. Os relatos orais dos sujeitos se relacionaram diretamente com cada participante, suas visões de mundo, opiniões, histórias de vida e trabalho na agricultura com o objetivo de levantar os sentimentos atribuídos às experiências destes sujeitos em seus modos de existência. Após cada entrevista os sujeitos participaram ativamente da produção dos retratos fotográficos onde a imagem resultante representou o fruto da negociação de sentidos éticos e estéticos entre a pesquisadora/fotógrafa e os participantes. Estes retratos foram então analisados a luz dos relatos orais buscando encontrar nestas duas formas de narrativa pontos de entrelaçamento de sentidos. Nesta pesquisa, tanto os dados narrativos, quanto os dados imagéticos forma produzidos em um processo que privilegia a iteração entre o pesquisador e os participantes da pesquisa.

Segundo Schmidt (2006), no que tange a autoria, a pesquisa participante admite ativamente a co-autoria que inclui em muitos casos a discussão sobre o tema e o objeto do estudo e sua relevância para a comunidade ou grupo pesquisado. A co-autoria também se revela nas conversas e coletas de dados orais e imagéticos, bem como na revisão destes dados e na elaboração de conclusões a partir dos mesmos. Aqui é importante ressaltar que, segundo a autora, a consequência mais radical da pesquisa como dialogo se dá na atribuição de créditos, por ocasião de publicações, aos colaboradores “leigos” e no uso dos nomes próprios dos narradores e interlocutores da pesquisa. Schmidt ainda conclui que não se deve subestimar as funções políticas do texto e resultados da pesquisa, pois expressa a opção política do trabalho de campo como um caminho reflexivo que leva a emancipação do grupo pesquisado.

---

4 A pesquisadora mantém relações profissionais estreitas com diversos grupos de agricultores presentes no referido território. O grupo organizado para esta pesquisa será composto por agricultores de dois diferentes municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, Magé e Rio de Janeiro.

O tema da participação e engajamento da comunidade na pesquisa é amplamente discutido por D'Avila Neto e Nazareth (2008) em artigo que apresenta o trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Imagens no programa EICOS UFRJ onde o presente projeto foi realizado. Segundo as autoras a pesquisa sobre desenvolvimento, seja ele social, comunitário ou local, requer uma abordagem participativa onde os sujeitos se tornam co-autores do processo estando incluídos na produção dos dados e resultados de pesquisa. Esta abordagem proposta privilegia o registro visual como um instrumento associado aos dados textuais e orais de campo valorizando a sua potencialidade da imagem de permitir acesso a traços culturais que extrapolam o âmbito não verbal. A imagem, em seu potencial mobilizador e sensibilizador, é aqui entendida como um instrumento que amplia a participação e o engajamento dos grupos nas pesquisas.

Refletindo sobre o trabalho de pesquisa e a produção de imagens, podemos nos apoiar também em Clifford (2002) para discutir de que forma a relação entre o pesquisador e o seu sujeito de estudos determina a forma final da pesquisa. Para o autor, torna-se necessário conceber a pesquisa como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais sujeitos conscientes e politicamente significativos. Clifford argumenta ainda que o resultado deste processo de trabalho representa uma estratégia textual alternativa, uma utopia da autoria plural que atribui aos colaboradores não apenas o status de enunciadores independentes, mas de escritores. Neste sentido, propomos procedimentos dialogados na produção das fotografias, na escolha das imagens mais representativas e no processo de atribuição de títulos e de legendas descritivas para as mesmas. Todo este procedimento descrito fez parte das atividades com o grupo e, a partir deles, se desencadearam as análises psicossociais sobre as dinâmicas identitárias presentes no contexto pesquisado.

Ainda sobre o tema da co-autoria encontramos em Martins (2008) uma ressonância no que tange a produção compartilhada de imagens. O autor ressalta a relação permanente entre fotógrafos e fotografados na produção de um retrato como um processo no qual o artista e o modelo geralmente se “fazem cúmplices” com o objetivo de produção de um sentido através da pose, da vestimenta e do uso de elementos para compor uma imagem dentro da foto. O compartilhamento do ato fotográfico discutido no capítulo anterior, é lido por Martins como uma forma de co-autoria.

As fotografias, principalmente os retratos, são fruto de um processo de negociação que envolve tanto o fotógrafo quanto o fotografado (MARTINS, 2008). A escolha do enquadramento, luz, cenário e momento do clique, são atribuições de quem fotografa, mas são elementos que estão em relação profunda e indissociável com a escolha da roupa e a formação

da pose pelo fotografado. Esta racionalização vestimental (MARTINS, 2008) produz uma imagem onde os principais elementos que a compõem fazem-se entender pelo “leitor” da fotografia. Neste processo o fotografado assume uma atitude de participação ativa na produção de sua imagem, onde a preocupação é de transmitir uma mensagem ao leitor a respeito de si através da pose, da roupa, maquiagem, e outros elementos que comuniquem identidade e representação. O ato fotográfico se configura, assim, como uma ação negociada cujo objetivo é produzir uma imagem que está além da fotografia e que transborda o suporte físico do papel para construir imagens sociais para o sujeito fotografado.

A utilização da metodologia de produção e análise de imagens fotográficas pelo grupo estudado tem objetivo de investigar os diversos sentidos e significados da agricultura como uma expressão cultural no contexto de contato entre meio urbano e rural. A partir desta dinâmica algumas questões de fundo aparecem: Quais são os principais referenciais estéticos desta prática? Como estes sujeitos expressam em imagens as atividades agrícolas ou os referenciais de ruralidade? Como se expressam esteticamente as fronteiras entre o rural e o urbano? E por último, quais são as relações possíveis entre as representações estéticas e as representações psicossociais?

Meneses (2005) define como *iconosfera*, um ambiente visual ou conjunto de imagens-guia de um grupo ou sociedade num dado momento e com o qual ela interage. Para o autor, captar esta *iconosfera* é identificar os sistemas de comunicação visual, as imagens que são referências, que transmitem informações e que também podem ser chamadas de imagens identitárias .

A produção de imagens fotográficas no contexto desta investigação dar-se-á em conformidade com uma reflexão proposta por Guran (2000), onde a fotografia é focalizada a partir de duas formas possíveis de utilização, que se sintetizam nas expressões “fotografar para descobrir” e “fotografar para contar”. Segundo este autor a utilização de imagens para descobrir e para contar compreende dois momentos distintos da pesquisa, em que elas também possuem finalidades também distintas. “Fotografar para descobrir”, segundo o autor, envolve um uso da imagem com o “objetivo de se obter informações”, enquanto “fotografar para contar” implica utilizar a imagem como espaço da demonstração e enunciação de conclusões.

A fotografia nesta pesquisa se inscreve simultaneamente nas finalidades de descobrir e contar, pois foi utilizada como um instrumento que remonta recortes da realidade destes sujeitos de forma que produzam uma nova narrativa que ajude a desvelar as representações

culturais e psicossociais sobre sua identidade (HARTMAN, 2004). A imagem também é uma fonte de análise de dados que revelam expressões não verbais a respeito das dinâmicas identitárias do grupo pesquisado.

A fotografia constitui um vínculo que estabelece relações, compartilha sentidos e acaba por se tornar um poderoso instrumento de desconstrução dos modos tradicionais de fazer pesquisa (NOVAES, 2014). Brandão (2005) se dedica a reflexões a respeito tanto da imagem quanto da pesquisa participativa e destaca que a fotografia como um instrumento de pesquisa participativa se incorpora como uma linguagem múltipla ao trabalho de pesquisa, pois privilegia a interação e a intersubjetividade entre pesquisador e as pessoas com quem ele trabalha a partir de uma experiência de intercomunicação e intervivência durante a pesquisa. Brandão (2005) ressalta também o potencial da imagem em revelar um sujeito de pesquisa com rosto, ou seja, visível, destacando a urgência de uma produção de imagens junto com a produção de conhecimento sobre este sujeito. No que toca este projeto de pesquisa, a imagem se torna mais um caminho para a visibilidade deste sujeito tão invisibilizado pelas visões modernizantes de cidade e urbanidade em curso na globalização hegemônica. Não só a fotografia, mas a opção por sua utilização em uma pesquisa participativa, se configuram como uma opção politicamente engajada na luta pelo reconhecimento da prática da agricultura e pela visibilização da permanência desta atividade econômica e cultural em um território eminentemente urbanizado. Finalmente, a fotografia como instrumento de pesquisa sobre as identidades psicossociais de agricultores na região metropolitana do Rio de Janeiro traz a tona uma realidade de pesquisa que é ao mesmo tempo visual, plástica, interativa, participativa e performática.

## Cap 5 - Personagens histórias e Imagens

*“Posando diante da objetiva (quero dizer: sabendo que estou posando, ainda que fugidamente), não me arrisco tanto (pelo menos por enquanto). Sem dúvida é metaforicamente que faço minha existência depender do fotógrafo.”*

*Roland Barthes (A Câmara Clara, 1980).*

Barthes (1980) descreve de forma inquietante a relação entre o sujeito que se deixa fotografar e o fotógrafo que captura sua imagem. Neste instante onde um está produzindo uma pose que possa expressar algo sobre si, que produza uma mensagem legível imageticamente, o outro busca interagir com esta linguagem através da composição de um quadro que encontre ressonância neste discurso produzido. O retrato que surge é a união de desejos de representação, são múltiplos discursos unidos em uma só narrativa.

Neste capítulo discuto as narrativas orais dos sujeitos que compõem o campo da pesquisa, transformadas em narrativas visuais através desta relação única que se estabelece entre nós no momento do click, ou melhor, dos vários momentos em que apertei o botão do obturador da câmera, fixando no tempo e no espaço uma pose e um quadro que pudesse contar uma história. Considero que neste momento de produção da imagem fotográfica, os sujeitos se tornam personagens de uma história que é narrada e figurada. Para Barthes (1980) a fotografia tem o poder de evidenciar este status de persona que o sujeito possui. Através da imagem ele pode, conforme destaca o autor, se transformar de forma ativa e se imortalizar. O sujeito se fabrica em outro corpo em um jogo social (BARTHES, 1980) que não altera em nada a essência do “eu”, do indivíduo, na medida em que ela não existe como uma essência.

Em um primeiro momento farei um relato sobre os encontros que tive com os participantes e sobre as situações vividas junto com eles, relatando as histórias que recolhi para que em um segundo momento possa conjugar estas histórias com as imagens produzidas nestes encontros.

Estas fotografias, que são mais como encontros imagéticos, se deram de formas variadas, todas mediadas e compartilhadas por narrativas e desejos de representação, meus e dos sujeitos que compõem o campo desta pesquisa. Busquei respeitar a singularidade de cada indivíduo e de cada situação retratada e me adaptar de forma sensível à forma pela qual cada

um se relacionou com a câmera e com a foto produzida nesta mediação. Em alguns momentos a interação com a produção da fotografia se dava de forma mais ativa e efetiva, ou seja, sugerindo temas, enquadramentos e posando mais incisivamente enquanto eu me colocava diante das situações a serem registradas. Em outros momentos cabia a mim propor imagens e até fotografar intuitivamente, produzindo alguma imagem que me parecia forte e reflexiva. Entendo que o ato fotográfico negociado é um posicionamento do fotógrafo e do fotografado em uma relação que é dinâmica e complexa, de diálogo e troca, mas que pode se dar de formas variadas de acordo com a situação que se apresenta. Busco aqui me inspirar por esta proposta de relação imagética com os sujeitos na produção de uma fotografia.

Assim como na produção das fotografias, as situações de campo que compõem esta pesquisa também são variadas e múltiplas. Desde a conversa e a produção de fotografias com um só indivíduo, que proporcionou uma experiência de mergulho intenso, tanto no relato, quanto nas imagens, até a minha participação em dois eventos onde havia muitas pessoas diferentes, que me apresentaram a possibilidade de um relato mais polifônico e menos individual sobre os temas tratados. Esta multiplicidade de vozes também se revelou no processo de produção de imagens, que em alguns momentos foi mais coletiva e, em outros, mais individualizada.

Entendo que a riqueza desta pesquisa também se encontra na multiplicidade de encontros e de situações onde há uma diversidade de possibilidades de atravessamentos de relatos, impressões e imagens.

No capítulo anterior afirmo o lugar desta pesquisa como um estudo meta-metodológico, ou seja, onde a reflexão sobre o compartilhamento do ato fotográfico se torna central enquanto método, e que possui um lugar significativo dentro das análises que pretendo fazer. Neste sentido nas seções que se seguem farei a descrição do campo de pesquisa enquanto discuto o método utilizado e os caminhos que tomei ao utilizá-lo.

É preciso destacar que esta pesquisa cumpriu todos os quesitos éticos. Os participantes foram informados sobre os procedimentos e os objetivos da pesquisa e aceitaram participar e ter duas imagens registradas em fotografias e suas fala gravadas. Os participantes serão apresentados por seus nomes reais por escolha deles próprios, uma vez que trata-se de um campo e de sujeitos que lutam pela sua visibilidade.

## **5.1 – O início**

### **Dona Juliana – Juliana de Medeiros Diniz**

#### **Sítio Santa Barbara. Cachoeira Grande. Magé.**

Conheço Juliana, Dona Juliana ou Juju, desde 2009 e nos encontramos com frequência nos eventos promovidos pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro AARJ e pela AS-PTA. Quando iniciei a pesquisa já pensava na participação da Juju, pois sua história é instigante e abre possibilidades para muitos caminhos, mas também porque Juliana é uma pessoa cheia de energia e muito participativa na rede de agricultura urbana. Conversamos muitas vezes sobre a pesquisa pessoalmente, mas por telefone eu fiz o contato formal, apresentei a proposta da pesquisa e marcamos a data do encontro. Juju é muito ativa no Facebook, sempre coloca fotos do sítio e de atividades em que está presente participando. Aproveitei sua atividade nesta rede social, e antes de ir, mandei algumas fotos que tinha feito de um grupo de agricultores no qual ela estava presente. Ela curtiu e outras pessoas também. Assim entendi que estaria criando um clima que desmitificasse este momento sóbrio e cheio de expectativas que rodeia o fazer da pesquisa e da fotografia. Ao telefone, Juju foi muito aberta para participar e me disse que eu poderia ir quando fosse melhor para mim, que me receberia para um café e depois almoçaríamos juntas. Fiquei de levar algo para este café.

O trajeto de carro foi bem simples até o momento de sair de Piabetá, que é o centro urbano de Magé, e buscar a estrada Municipal em direção à Cachoeira Grande. Descobri que não sabia chegar e que, mesmo tendo ido outras vezes, sempre estava acompanhada de alguém que me indicava o caminho. Me perdi algumas vezes e decidi parar para perguntar. Na Loja de bicicletas perguntei pelo Distrito Agrícola e o rapaz, bem jovem, disse simpático que não tinha idéia de onde ficava este lugar. Riu e disse que sempre morou em Magé, mas que não sabia que tinha um lugar com agricultores. Perguntei pela Cachoeira Grande e neste momento ele soube onde ficava e disse ainda: “É mesmo, tem plantação por lá”. Achei ótimo começar desta forma. Com a indicação do rapaz, me perdi novamente e decidi perguntar a um senhor que vendia aipim com um carrinho de mão na calçada. Este soube precisamente me explicar onde tinha que ir.

Segui pelo caminho indicado e logo passei do urbano ao rural de Magé. Atravessei a ponte e, como o senhor havia indicado, estava dentro do distrito agrícola. A paisagem de casas e muros deu rapidamente lugar a espaços abertos, sem muros, com plantações de milho e mandioca. Passo pelo empreendimento de construção de casas populares do Minha Casa Minha Vida e depois não vejo mais nada além das plantações, sítios, estradas de terra,

carroças, e todos os elementos que compõem meu imaginário de paisagem rural. Isso tudo ao atravessar a ponte. Eu já estive neste lugar antes muitas vezes, mas nunca como agora. Meu olhar buscava estas referências e cada vez que cruzava com uma carroça puxada por cavalos, um trator ou passava por uma roça de mandioca reafirmava que estava nesta fronteira rural-urbano-rural e que minhas questões de pesquisa estavam cada vez mais latentes. Algumas porteiras têm placas com avisos de venda de ovos caipiras, frango e outros produtos. Também passo por bares e vendinhas, igrejas e escolas. Cruzo algumas pontes até chegar na que diz Cachoeira Grande, como Juliana havia me indicado, entro na primeira rua de chão de barro e sigo até passar pelo clube agrícola e em seguida vejo a placa com o nome da rua. Os números das casas e dos sítios não estão em ordem e tenho alguma dificuldade de encontrar. Ao telefone, Juliana havia me dito que até os cachorros conhecem ela e seu sítio e logo vejo uma senhora na janela de casa e paro para perguntar. Ela conhece a Dona Juliana e me indica a entrada.

Me aproximo de carro lentamente e vejo um roçado de mandioca, muitas árvores, um grande pé de urucum e logo depois a casa. Dona Juliana havia ouvido o som do motor e já vem em minha direção. Salto do carro e sou recebida com um abraço apertado, “Você se perdeu, né? Assim é bom, não se perde nunca mais.” Juju é pequena, magrinha e cheia de energia. Fala com agilidade e faz muitas coisas ao mesmo tempo. Um rapaz alto, com aparência e sotaque de estrangeiro está de saída e ela me apresenta como sendo parte da Articulação (Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, uma junção de grupos, instituições e pessoas que trabalham para a promoção e incentivo da agricultura familiar e pela agroecologia no estado do Rio de Janeiro). O rapaz é assessor de uma ONG que realiza trabalhos com agricultores de Magé. Faço uma correção breve de que neste dia estou como pesquisadora na UFRJ. Para mim parece importante marcar esta diferença, mas para Juliana isto parece não importar muito.

Nos despedimos do rapaz e entramos. Ainda na varanda sou apresentada ao filho e à netinha, que estão no computador vendo fotos no facebook, e ao irmão de Juliana que está descascando mandioca. Mais uma cena da fluidez do rural-urbano-rural, penso automaticamente em Martin-Barbero (2002) e na tarefa que chama de “arriscada e fecunda de redesenhar os modelos”, para que estes possam expressar com mais tranquilidade as diferentes realidades. Juju pergunta se está com sinal de internet e o filho responde que está um porcaria como sempre. A cozinha já está a todo vapor com panelas no fogão de onde sinto um cheiro de galinha cozinhando. Ela logo pergunta se eu gosto de frango de quintal com batatas. Tudo parece maravilhosamente cheiroso e me encanto pela multiplicidade de

referências que se apresentam para mim nesta primeira cena do campo de pesquisa. A galinha de quintal com batatas e a conversa sobre o sinal de internet são referenciais potentes de que a questão da pesquisa está latente e de que não poderia ter escolhido começar de forma melhor. Sentamos para tomar café com beiju e conversamos informalmente sobre as viagens que Juliana tem feito com o grupo de agricultores da AARJ para Minas Gerais e para a Paraíba. Aos poucos vamos entrando no clima da conversa da pesquisa.

Quando sinto que já é hora de começar, apresento formalmente a proposta da pesquisa, mostro o termo de consentimento que ela deve assinar e explico a importância do documento. Lemos juntas, ela assina e peço para gravar a conversa. Explico que não é uma entrevista, somente uma conversa e que depois dela sairemos para fotografar. Torcemos juntas para que a chuva fina pare antes da nossa seção de fotos.

Eu falo que o que motivou a pesquisa foi a realização do documentário Agricultura Mora em Mim, para o qual entrevistei Juju em 2012. Lembrei da parte onde ela falava de como tinha vindo para o Rio e sua trajetória até chegar no sítio em Magé e pergunto se ela sempre foi agricultora. Eu já sei a resposta, e ela sabe que eu sei e nesta intimidade entramos no jogo da pesquisa com tranquilidade e franqueza.

Juju começa me contando sua história e a vida no interior da Paraíba, em Coité. Seu avô, segundo ela, teve até escravos e toda a família era da roça. Todos sempre trabalharam com agricultura e ela veio para o Rio depois que casou. Já tinha dois filhos. O marido veio em busca de trabalho com obra, pois tinha família no Rio de Janeiro. Logo depois a trouxe e aos filhos. Moraram em muitos lugares, todos urbanos, Botafogo, Caxias, Bonsucesso, Queimados, Honório Gurgel e Jacarepaguá, onde ela ainda tem uma casa grande que é quase um sítio. Juliana conta que vive em Magé trabalhando no sítio há 19 anos somente. Juliana trabalhou com diversas coisas e em muitos lugares. Serviu cafezinho na Rádio Tupi, Radio Globo, TV Globo e Ponte Rio Niterói. Trabalhou no Instituto Felix Pacheco e no curso CCAA. Trabalhou em uma fábrica de costura, depois como vendedora do Angu do Gomes, finalmente montou, com os filhos, uma confecção caseira nesta casa grande de Jacarepaguá. Seu último emprego urbano foi como acompanhante de idosos, trabalho que manteve quando veio morar em Magé e que foi uma transição para o trabalho exclusivo na agricultura.

Quando chegou neste sítio o local só tinha a casa e um grande capinzal. Eles foram limpando aos poucos e plantando aipim, fruteiras e algumas verduras, que Juliana vendia informalmente no Rio quando voltava para sua casa em Jacarepaguá. Ela conta que sempre teve muitos agricultores em Magé, mas que os sítios eram maiores e produziam mais. Ela diz que sempre gostou da agricultura.

*“A agricultura sempre existiu na minha vida. Quando eu vi este sítio eu disse que não ia sair mais daqui. Eu vinha pra cá sozinha, trabalhava e plantava milho, feijão, batata-doce.”*

Durante três anos ela trabalhou no Rio e morou no sítio e quando a senhora de quem era acompanhante faleceu ela decidiu se aposentar dos trabalhos urbanos e viver somente da agricultura. Juliana procurou o sindicato dos agricultores e teve a notícia de que não poderia se sindicalizar, porque não era agricultora. Algum tempo depois deste episódio, ao voltar para casa, percebeu que estava acontecendo uma reunião no clube agrícola onde uma ONG discutia com agricultores a possibilidade de oferecer cursos e formar um projeto para trabalhar com agricultores familiares. Juliana se inscreveu para o curso de fruticultura e piscicultura e como já tinha feito um curso de doces, se juntou a um grupo de doceiras para formar uma cozinha coletiva com outras cinco mulheres doceiras da Vala Preta.

Eu interrompo para que ela fale mais sobre não ser reconhecida como agricultora pelo sindicato e em seguida fazer parte dos cursos oferecidos pela CISV, esta ONG que havia mencionado. Ela diz que nunca ligou muito para o fato de não ter tido este reconhecimento e cita outro momento em sua vida, mais recente, em que não conseguiu tirar a DAP (declaração de aptidão ao Pronaf) junto a EMATER (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural) sob a alegação de que seu sítio era muito pequeno e que não poderia ser considerado uma propriedade rural voltada para a agricultura. Juliana demonstra, em sua fala, o sentimento de frustração e de descontentamento com o fato de não ser reconhecida como agricultora pelo tamanho de sua propriedade.

A fala de Juliana me remete ao que Santos (2006) define como os cinco modos de produção da não-existência, mais especificamente ao quarto e ao quinto modos, que se referem à lógica da escala dominante e à lógica do produtivismo capitalista. Aqui podemos utilizar estas duas lógicas de forma complementar, pois enquanto a lógica da escala dominante prioriza os processos globais às custas de invisibilização e exclusão de processos locais, a lógica do produtivismo capitalista está vinculada a noção hegemônica de progresso e desenvolvimento econômico. No entendimento do órgão governamental citado, o sítio Santa Bárbara e o trabalho desenvolvido por Juliana não podem ser enquadrados nos padrões estabelecidos de uma lógica hegemônica de alcance global e de produção econômica, vinculada a volume de renda monetária. No entanto para Juliana não é o tamanho da propriedade e nem o volume de sua produção que tem o poder de defini-la como agricultora.

Ela destaca em sua fala que se sente agricultora, porque a agricultura sempre existiu na sua vida e é parte de sua história e da sua família. Não há dúvidas na afirmação feita por ela, mas é relevante destacar aqui que e a mesma lógica que não enxerga o trabalho de Juliana em relação às políticas públicas, é na verdade a própria produção de sua invisibilidade. Juliana não é considerada agricultora por não estar dentro de um padrão que se estabelece no próprio jogo da invisibilização. Os processos locais, que não se enquadram na escala econômica dominante são invisibilizados para que outros processos se tornem hegemônicos e sejam vistos como uma lógica única e monocultural.

Aproveitando este tema do reconhecimento externo como agricultora, pergunto se houve algum momento em que se sentiu reconhecida. Juliana conta que este reconhecimento veio na primeira Feira Nacional da Agricultura Familiar (FENAFRA) em 2009. Quando esteve presente a uma reunião de um grupo de agricultores ela se ofereceu para levar seus doces e vender na barraca da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro), mas como não tinha DAP, ela correria o risco de ter seus produtos apreendidos. Ela foi mesmo assim dizendo que seria um absurdo que uma agricultora fosse barrada em uma feira da agricultura familiar. Segundo Juliana parecia que a FENAFRA dava mais importância aos agricultores de outros estados do que os do Rio de Janeiro, porque achavam que no Rio não tinha agricultura. Ela diz que este movimento de levar os seus produtos a levou a conhecer e se aproximar da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e da ANA. Se sentiu respeitada e valorizada por estas duas redes por ter tido a coragem de levar seus produtos mesmo sendo uma situação arriscada. Perguntei que importância tinha este acontecimento na sua vida e ela responde que foi aí que ela sentiu que entrou para a Articulação (AARJ e ANA) e viu como era importante participar do movimento.

Esta fala de Juliana mostra que a inserção dela em uma rede de agricultores tem um valor, ao mesmo tempo, simbólico e objetivo. Ser agricultora, na fala de Juliana, também passa por fazer parte de um grupo e de uma luta específica e estar junto com outros agricultores. Podemos observar um sentido dado a agricultura ligado a luta do movimento da agroecologia e a mobilização pela valorização da agricultura familiar, ou conforme afirma Ploeg (2009) a inserção em uma luta por autonomia e afirmação de um modo de vida camponês difere a agricultura familiar da agricultura empresarial.

Este pensamento encontra ressonância no que Santos (2006) chamou de trabalho da tradução, um procedimento que permite um campo de inteligibilidade recíproca entre experiências do mundo, que encontram espaço para serem reveladas. Podemos entender estas

redes de participação como AARJ e ANA como os espaços onde as experiências, invisibilizadas pelo processo global hegemônico, possam encontrar caminhos para visibilidade através do trabalho da tradução.

Quando se refere a Articulação, seja do Rio, seja a Nacional (ela não faz distinção entre elas) Juliana demonstra um carinho pelas pessoas que fazem parte do movimento e fala que gosta de participar pois sente que todos estão juntos por algo maior do que disputas de poder. Ela se refere muitas vezes aos amigos que fez na Articulação e fala como uma família onde as pessoas trabalham juntas e festejam juntas. Ela lembra das viagens e visitas que fez, através da participação nestas redes, visitando e conhecendo experiências de agricultores de outros estados do Brasil. Sua fala mostra a importância em trocar experiência com outros agricultores e conhecer realidades diferentes da sua. Posso observar que fazer parte da articulação é uma forma de Juliana se sentir segura como agricultora e ser valorizada por seu trabalho.

Eu pergunto se ela percebe outros momentos em que sentiu que era reconhecida como agricultora. Juliana relata que quando foi tentar novamente ter a DAP, já tinha participado da FENAFRA e os técnicos da EMATER já conheciam a história dela e do ato de coragem que demonstrou em levar seus produtos. Uma técnica desta instituição propôs que Juliana anotasse tudo o que produzia no sítio e tudo o que vendia em um mês e que se a renda proveniente destes produtos somasse pelo menos 70% da renda total da família, que ela teria a DAP. Juliana contabilizou e ficou muito orgulhosa em dizer que mais de 70% da renda da família vinha dos produtos do sítio. Então conseguiu a DAP.

Perguntei se ela se sentiu mais agricultora com a DAP e Juliana me surpreende dizendo que não, que ela sempre se sentiu agricultora e nunca foi diferente. Ela conta que a DAP só serviu para vender na FENAFRA, pois nunca acessou crédito nenhum com este documento. Quando perguntei sobre o sentimento que teve no momento ela falou em orgulho por poder provar que estava certa do que estava fazendo.

Entendo desta fala de Juliana que vender e participar da FENAFRA tem um peso mais simbólico do que econômico. Ela fala que a participação no evento dá visibilidade ao trabalho e ressalta que não é uma visibilidade para o seu trabalho individual e sim para a rede de agricultores. Juliana ressalta que é importante mostrar que existe agricultura no Rio de Janeiro e valorizar o trabalho dos agricultores. As colocações de Juliana me remetem ao que Woortman (1997) definiu como grau de campesinidade, ou seja, como um potencial emancipatório da agricultura a partir do emprego do trabalho e da valorização do conhecimento e do reconhecimento da agricultura também enquanto cultura que se estrutura

em um território vivido e dotado de sentido. Para Juliana não há distinção entre ser ou se tornar agricultora, ela afirma a sua condição baseada no trabalho que desenvolve, mas também no sentimento relacionado a sua história de vida e a sua formação cultural. Esta afirmação identitária está como propõe Hall (1992) em um ponto de encontro entre discursos e práticas que convocam o sujeito a assumir lugares sociais, ao mesmo tempo em que produzem subjetividades momentâneas.

Mudamos de assunto e peço para que ela conte sobre a sua produção e sobre as feiras onde trabalha. Juliana volta para o momento da FENAFRA e diz que foi um marco que este momento de vender em feiras. Seus produtos tiveram visibilidade e foi uma oportunidade de formar a feira da UFRJ (Fundão) que foi a primeira feira freqüente que juntou agricultores de Magé.

Também é possível perceber em sua colocação que as feiras são um espaço de afirmação deste sentido de ser agricultora e que a venda de produtos são como o passo final de todo o trabalho que ela realiza no sítio. Uma conclusão do processo cognitivo que está envolvido na agricultura e que representa um componente identitário muito forte. Me questiono se este sentido de afirmação passa pelo reconhecimento dos consumidores e fortalece este duplo identitário entre o sujeito e o outro com o qual se relaciona.

Atualmente Juliana vende na Feira da Freguesia seus doces, farinhas e alguns produtos frescos. Pergunto como se sente neste espaço, trabalhando e no contato com os clientes e como se relaciona com as pessoas. Ela conta que sempre se apresenta como agricultora, mesmo quando não está na feira:

*“Minha profissão é ser agricultora. Eu só faço isso hoje. Para mim, ser agricultora é tudo na vida. Primeiro, olha que beleza, você alimentar uma pessoa com aquilo que você fez com suas próprias mãos. Plantar, ver crescer...é uma coisa diferente. E saber que alguém vai se alimentar daquilo.”*

Aproveito o assunto para entrar mais neste sentimento relacionado ao trabalho na agricultura, no que tange a produção de alimentos e a venda deles nas feiras e sua fala mostra que existe um componente simbólico que está fortemente relacionado ao lado objetivo da produção artesanal.

*“Quando eu faço um doce eu faço com tanto carinho, que isso é que dá o sabor. As minhas farinhas servem de remédio para tanta gente e eu faço com amor.”*

Juliana conta que a relação com os consumidores na feira é muito positiva, pois pode expor estes seus sentimentos em relação ao seu trabalho e que estas pessoas a reconhecem por isso.

*“Ser agricultora é uma coisa que eu agradeço todos os dias”*

Juliana se diz realizada com a venda direta de produtos nas feiras e conta que já se sentiu muito enrolada por atravessadores, que ganhavam dinheiro fácil com os agricultores na região.

*“Eles não tem respeito pelo trabalho.”*

Atualmente, além do trabalho nas feiras, Juliana organiza a entrega de cestas de produtos em Botafogo, onde mora uma de suas filhas. Os clientes fazem encomendas pelo site e facebook. Juliana disponibiliza uma lista de produtos e os clientes escolhem entre 5 e 10 itens. A cesta tem produtos variados não só de seu sítio, mas de agricultores vizinhos, para os quais Juliana paga, segundo ela, o preço justo, sem desvalorizar o produto como fazem os atravessadores.

Aproveito este tema para puxar o assunto sobre os outros agricultores de Magé e sobre a conversa que tive com o rapaz no centro de Piabetá, que não sabia onde ficava o distrito agrícola. Juliana demonstra que domina este tema e diz com precisão que são mais de 1.000 agricultores no Distrito Agrícola, mas que no centro as pessoas não conhecem e não sabem onde vivem estas pessoas. Ela diz que não se sente isolada porque participa das redes de agroecologia:

*“Eu me sinto feliz junto com as pessoas. A gente troca as coisas boas e é importante ver que há união dentro dos grupos. Isso fortalece o trabalho.”*

*“A maior família que eu tenho é a Articulação.” (Em número de pessoas, segundo ela)*

Redireciono mais uma vez a conversa com ela levantando um tema que está fortemente relacionado com esta questão de um suposto isolamento dos agricultores no meio rural. Pergunto se ela se sente na roça ou na cidade quando está no sítio.

*“Aqui é roça, mas já está muito povoado. Estamos correndo perigo de virar uma cidade. Estão querendo que eu pague IPTU, mas eu não vou pagar não, se eu pagar IPTU eu vou virar urbana. Se aqui virar urbano, vai ficar igual Piabetá e vai acabar tudo.”*

Juliana fala de transformações ambientais importantes na região e ao redor do seu sítio. Fala que o rio que passa ao fundo do sítio já é bem menor do que era quando chegou lá. Conta que há invasões de terrenos e que os sítios antigos estão sendo loteados e diminuindo em tamanho. A redução do tamanho das propriedades faz com que a Prefeitura cobre IPTU pelos terrenos. Juliana fala também que a violência está mais perto e mais presente. Mas a proximidade com a cidade e as transformações no território onde vive e trabalha não tem somente um lado ruim. Juliana ressalta que o maior fluxo de pessoas na zona rural de Magé melhora a venda dos alimentos produzidos no sítio e por estar próxima do centro de Piabetá ela pode acessar algumas facilidade como fazer compras e também porque facilita sua ida para a feira vender seus produtos.

*“Tudo que você tem (plantado), você vende. As pessoas podem até vir aqui buscar para comprar.”*

Finalizamos nossa conversa tratando das fotos que vamos tirar juntas. Neste momento reforço a importância dela me dizer o que gostaria que fotografássemos e que ela deve estar presente nestes retratos, além do fato de que vamos ver as fotos produzidas e que ela também me ajudará a escolher as que melhor representam a sua história. Juliana começa dizendo que é importante que todas as fotos mostrem o cuidado com a terra. Ao afirmar que “agricultor tem que cuidar da terra”, reforça que este componente dá sentido a sua prática e até a sua identidade. Juliana reforça que é importante mostrar a diversidade do sítio e destaca que temos que fazer uma foto do seu banco de sementes pois gosta de ser reconhecida como uma agricultora guardiã de sementes. Juliana demonstra que é importante ter este reconhecimento mostrando o trabalho que ela realiza em preservar as sementes.

*“O banco não precisa ser uma garrafa (fazendo referência aos bancos de sementes tradicionais onde agricultores armazenam sementes secas para plantar nos anos seguintes). Aqui o banco é na terra, porque chove o ano todo e a gente planta o ano todo.”*

Juliana destaca a fava que trouxe em visita a agricultores da Paraíba e o sorgo que

trouxe do Pernambuco. Ela diz que trouxe somente um punhado de sementes e vem multiplicando estes grãos e preservando estas espécies. Combinamos que vamos fotografar estas duas plantas.

Mas ela diz que precisamos começar as fotos pela cozinha onde processa seus doces, farinhas e biscoitos, que são o que chama de carro-chefe de seu trabalho nas feiras. O espaço da cozinha “Colher de Pau” é uma conquista recente, apesar dela fazer doces desde que começou a trabalhar no sítio, e foi feita por conta própria com investimento pessoal e construída pelos familiares. “Colher de Pau” é a marca criada por Juliana para vender seus produtos e o espaço da cozinha industrial, com seus equipamentos, foi recentemente construído. A cozinha representa um espaço de transformação de seu trabalho, onde tudo que é produzido no sítio ganha outras formas, cheiros e sabores.

Ela pede para que eu espere um tempo para que possa vestir a touca e a máscara, pois só trabalha na cozinha usando os equipamentos de proteção. Entramos juntas e ela começa a trabalhar, liga uma máquina trituradora e inicia o processamento de uma farinha. Ela me diz que está triturando jiló para fazer uma farinha que vende na feira e que tem grande procura pelos fregueses e explica todo o processo de produção. Pergunto para que serve e Juliana me diz que traz muitos benefícios para o aparelho digestivo. Entendo que Juliana quer que eu faça as fotos do processo de produção da farinha e tiro as fotos das etapas que ela me descreveu. Em seguida ela me leva até o escritório que fica ao lado da cozinha e me mostra a embalagem da farinha de jiló pronta para venda. Ela abre um sorriso, mostra a embalagem e eu faço a foto. Juliana entrou no jogo comigo e está gostando desta relação de produzir as imagens de forma compartilhada. Me deixo guiar por ela pois sinto que estamos em sintonia.



FOTO 1



FOTO 2



## FOTO 3

Da cozinha seguimos para a roça. Logo ao sair Juliana me pede para fotografar uma cesta cheia de ararutas recém colhidas no sítio e conta que está muito feliz com esta colheita, não somente pela quantidade que está produzindo, mas principalmente por estar fazendo o polvilho da araruta, que é um produto que anda escasso nas feiras. Ela conta que faz o polvilho e o biscoito para vender e que a procura é muito grande. Juliana levanta a cesta e mostra o peso do objeto cheio de raízes e abre mais um sorriso convidativo ao clique. Mais uma vez em faço a foto. A pose e a foto que se seguiu foram tão precisas que eu só produzi uma única imagem desta cena, contrariando os meus próprios hábitos de fazer pelo menos TRÊS imagens diferentes com pequenas variações no enquadramento e na luz para que possa fazer uma escolha posterior. Em seguida viro o visor da câmera para Juliana e mostro a imagem buscando uma aprovação, que vem de imediato. Ela se anima com esta dinâmica, solta o cesto e me chama para ver uma bacia com uma pasta feita com outras raízes de araruta que estão no processo de virar polvilho. Ela põe a touca, segura um pano cheio desta pasta e começa a espremer. Eu volto a tirar fotos da cena pensando em contar mais um pouco desta história de processar as raízes na produção de um polvilho que vira um biscoito com gosto de infância na feira livre. Juliana diz espontaneamente, e com um sorriso entre os lábios, que deveria ter colocado a máscara. Ela havia cometido um deslize em se mostrar sem a vestimenta completa que garante a higiene para a produção dos alimentos.

*Eu- Juju, mas a foto ficou tão linda.*

*Juliana- É verdade. E eu não estou dentro da cozinha, estou no meu quintal.*



FOTO 4



FOTO 5

Nesta troca de acordos travamos uma relação de confiança em relação a produção das imagens. Assim como eu respeitaria e estaria sempre atenta aos sinais para que a foto fosse produzida, para o momento do clique, nós poderíamos, juntas, decidir se uma foto seria apagada ou não. Começo a perceber que o diálogo e o compartilhamento estava acontecendo de diversas formas, fosse por sinais mais sutis como um sorriso e uma pose, ou em uma conversa a partir de uma foto produzida e que ainda figurava no visor da câmera.

Seguimos conhecendo o restante do sítio e Juliana me mostrou diversas plantas cultivadas. Ela seguia uma espécie de padrão, me mostrava o que tinha plantado, se colocava perto da planta e fazia uma pose. Algumas poses eram mais sutis, como podemos observar na



foto 6, que mostra ela junto com o sorgo. Juliana contou a história desta planta dizendo que havia trazido esta semente de uma visita a um agricultor no Pernambuco e que vinha tentando multiplicar em seu sítio. Lembrei de sua fala sobre a importância de ser reconhecida como guardiã de sementes e senti que deveria tirar uma fotografia de Juliana com o sorgo. Juliana não posou como havia feito na ocasião da foto 4, mas simplesmente se colocou ao lado da planta e começou a falar sobre o processo de multiplicação das sementes.

FOTO 6

Juliana me leva até a sua plantação de cúrcuma e conta que grande parte de sua renda vem desta planta, que ela colhe, seca e processa em um pó fino que vende nas feiras. A cúrcuma, segundo ela, vende muito, e como ela faz o processamento ela pode vender o produto por um preço bom, pois em pó é mais fácil de ser utilizado. Comento com ela que sempre compro cúrcuma na feira e que muitas vezes o preço é bem alto, ela concorda com um sorriso no rosto e diz que não é simples de produzir. O sorriso me passa o sentimento de orgulho por sua produção, então faço a sugestão de tirar uma foto desta planta. Juliana diz que quer arrancar um pé para que eu possa mostrar a quantidade de raízes (que são o produto que é processado e vendido na feira) que tem por cada pé, e para que possa fotografar o quanto a



plantação dela é produtiva. Ela arranca um pé da planta, mostra para mim e abre novamente seu sorriso convidativo. A foto vem em seguida.

## FOTO 7

Continuamos o passeio e a produção de retratos pelo sítio e Juliana diz que quer que eu fotografe a fava que ela trouxe da Paraíba e que representa uma parte importante de sua história como agricultora no Rio de Janeiro. Juliana me mostra um grande arbusto, frondoso e verde escuro e diz que as sementes desta fava ela trouxe da Paraíba e que vêm cultivando, multiplicando e replantando há muitos anos em seu sítio. A fava tem uma simbologia importante, segundo ela, pois é um alimento típico de sua terra. Ela diz que muita gente não acredita que ela tem esta semente, mas sempre que vem gente do nordeste para conhecer seu sítio ela leva para conhecer seu pé de fava. Uma vez por ano ela colhe e cozinha para família e amigos. Ela diz que é uma pena que não esteja na época das sementes, as pede que eu faça a foto mesmo assim. Se coloca ao lado da planta, aproxima o rosto das folhas e abre o sorriso para a foto.



## FOTO 8

A foto 9 deste ensaio também é um pedido especial de Juliana em mostrar a diversidade de seu sítio.

*Juliana – Você acredita que eu tenho cacau?*

*Eu – Não. Sério?*

*Juliana – Sério. Vem ver...*

E colhe uma fruta para me dar de presente. A foto saiu sem pose, pois Juliana logo que colheu o cacau, me entregou e disse que era para eu levar pra casa. Fiz a fotografia neste momento entre ela tirar a fruta do pé e me entregar.



FOTO 9

Juliana me diz que estamos chegando no fim do passeio e peço para ela pensar se quer que faça mais alguma foto. Ela diz que quer ainda me mostrar o pé de urucum e seguimos até ele enquanto ela me conta a história desta planta. Juliana conta que quando chegou ao sítio, tinha muito capim e este pé de urucum, bem na entrada. Ela levou muito tempo substituindo o capim por ramas de aipim, tratando a terra e plantando verduras que demoraram um tempo

grande para serem colhidas e começarem a dar alguma renda para ela. Enquanto isso ela colhia as sementes de urucum e fazia o colorau que vendia e com isso conseguia pouco, mas sempre algum dinheiro. Juliana diz que este pé de urucum dá flores e frutos durante quase todo ano e que está sempre lindo. Ela tem um carinho enorme por esta planta e diz que ela conta sua história como agricultora, além do fato de que a produção de colorau ainda é uma marca forte dos produtos da cozinha colher de pau.



FOTO 10 – Depois da foto pronta, mostro a imagem para Juliana e peço para sugerir um título, como uma brincadeira, e Juliana sugere que a foto se chame “ As cores da minha história”.

Eu peço para, então, fazermos uma foto bem inspiradora dela com a planta e Juliana faz a melhor das poses que conseguimos em todo o nosso ensaio de fotos. Com um gesto delicado, ela reverencia os frutos que representam um episódio tão importante de sua história.

Agradeço a ela pelas imagens tão lindas que produzimos juntas e sentamos para ver as fotos. Juliana gosta de todas, mas se entusiasma com algumas em especial e escolhemos as fotos que melhor descrevem os momentos que vivemos. Ao final, ela pede mais uma foto.

Chama sua neta e pede que eu tire uma foto das duas junto com os frutos de café que foram recém colhidos e que estão secando em uma mesa. As duas olham diretamente para a câmera e eu faço a foto. Fico feliz em ser requisitada para produzir esta imagem, pois entendo que este pedido demonstra que Juliana entrou no jogo de produção de retratos e que está gostando desta brincadeira. Em seguida mostro a foto para as duas e ela sugere que seja a última foto do ensaio, pois mostra que ela está deixando uma herança no mundo ali representada por sua



neta.

FOTO 11

## **5.2 – Redesenhar modelos e redefinir o caminho**

### **Beth e Callado**

#### **Sítio Esplendor, Magé.**

Logo que saí do sítio Santa Bárbara, liguei para Beth e marquei o encontro. Havíamos combinado por telefone que nos encontraríamos nesta tarde depois da visita e conversa com Juliana.

Marcamos em frente a sede da COOPAGE (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Magé) e seguimos de carro até o sítio. Beth e Callado vivem em um pequeno sítio na área urbana de Magé, em um local já bastante urbanizado, mas com ilhas mais rurais, ou sítios maiores. No caminho pude ver construções novas, muitas obras e reformas em residências e casas pequenas. Me surpreendi, pois tinha uma impressão de que a área era mais rural. Eu já estive na casa deles antes, em 2009, e a mudança na paisagem me impressionou. O sítio é um refúgio, muito arborizado, com um grande quintal com galinhas, porcos, fruteiras e muitas plantas ornamentais que Beth cultiva e vende. Eles também trabalham em outra área mais distante dali onde cultivam os alimentos que vendem na feira.

Sentamos para conversar em uma mesa que tinha um arranjo de flores, uma bacia com tangerinas e um tablet ligado com a página do sítio onde eles colocam informações sobre o trabalho que desenvolvem com o objetivo de informar os consumidores da feira onde vendem os produtos. Impossível não lembrar da cena do filho de Dona Juliana com a neta pequena vendo fotos no facebook. Ver a imagem do Tablet sobre a mesa junto a bacia de tangerinas me mostra que tanto as tangerinas quanto a página da internet são produtos do Sítio Esplendor. São produtos do conhecimento de pessoas que sabem qual trabalho realizam e se apropriam dele como produtor de cultura e conhecimento.

Estas duas cenas se juntam à informação de que Juliana vende seus produtos pelo facebook e me fazem pensar que é urgente abandonar as noções essencializadas que atribuem valores rurais e urbanos a determinados símbolos e me fazem retornar a urgência da redefinição de modelos proposta por Martin-Barbero (2002). Ou eu reformulo os modelos no ato da pesquisa ou eu mudo de vez meus referenciais teóricos. Sim, reafirmo a importância dos referenciais teóricos escolhidos para esta tese ao desconstruir esta ideia de que existem elementos urbanos e elementos rurais. Existem elementos que são apropriados em nome de uma categorização de universos que se opõem e se distinguem.

Apresento a proposta da pesquisa, apesar de já termos conversado sobre este assunto em outras duas oportunidades. Os dois assinam o termo de consentimento e começamos a conversar. Peço para que contem suas histórias de vida de forma livre.

Callado conta que nasceu em Caxias e quando criança lia e gostava muito das histórias do sítio do Picapau-Amarelo.

*“Recentemente fiz uma retrospectiva sobre o quê que tinha despertado para eu sair da cidade e virar agricultor. O começo foi quando apareceu esta série do sítio do Pica-pau Amarelo.”*

Disse que, com 10 ou 11 anos ele passava as tardes depois da escola cuidando dos porcos e das galinhas na casa da vizinha. Quando tinha 14 anos a mãe comprou o sítio onde o casal mora hoje. Este sítio era um pequeno terreno vizinho a um sítio grande onde vivia a família da Beth. A história dos dois se mistura muito ao longo da narrativa. Callado conta que o local onde é o sítio era uma grande área rural e que tinha muito mais mato fechado em volta, com poucos vizinhos. Muitos eram agricultores, os que não eram exclusivamente agricultores, plantavam muita coisa.

*“Quando eu cheguei aqui foi a primeira vez que vi um coelho do mato e eu adorei o lugar, a natureza. Eu fazia (curso) técnico em educação física e tranquei a matrícula e decidi morar no sítio com 17 anos de idade.”*

Neste momento a mãe perguntou o que o filho queria ser, e ele respondeu que queria ser agricultor.

*“hoje em dia, como agricultor agroecológico, eu percebo que a agroecologia existe há muito tempo e o homem destruiu muito. A primeira pessoa que me ensinou a agricultura foi a avó dela (Beth).”*

*“Esse terreno era todo plantado de abóbora, aipim, quiabo. Eles plantavam tudo e me ensinaram muito.(sobre os avós de Beth)”*.

Callado é uma pessoa muito expressiva e gosta de contar histórias, fala alto e gesticula muito. Beth já é mais reservada e fala pouco, sua timidez é evidente. Peço para que Beth conte sua história também e aproveito um momento de pausa na fala do marido para perguntar se ela sempre viveu em Magé. Beth conta que nasceu e viveu o tempo todo em Magé e que os pais e avós plantavam muito no sítio. A roça, segundo ela, ajudava muito como complemento de renda e fornecia produtos saudáveis para alimentar a família. Seu pai e seu avô trabalhavam na fábrica de tecidos, mas sempre trabalharam também no sítio e sua avó plantava de tudo um pouco e criava galinhas e porcos.

*“Meu pai plantava um pouco de cada coisa, milho, feijão, aipim, abóbora, jiló.”*

Beth conta que a cidade de Piabetá via os agricultores de maneira diferente e respeitava o trabalho deles. Segundo ela, tinha muita gente que plantava, mas quando o centro de Piabetá cresceu os agricultores passaram a não ser valorizados. As propriedades foram

sendo divididas e os sítios diminuíram de tamanho.

*“Não tinha mercado e sacolão antigamente e todo mundo plantava, tinha galinha, porco, os agricultores vendiam seus produtos de porta em porta.”*

*“Quando Piabetá cresceu começaram a se desfazer dos agricultores, e as pessoas foram parando de plantar.”*

Beth e Callado se conheceram ali mesmo e se casaram depois de 2 anos de namoro, ele com 20 e ela com 17 anos. Ele conta que fez muitos outros trabalhos, por perceber que não conseguiria viver somente da agricultura. Trabalhou tirando areia, foi sacoleiro que trazia produtos do Paraguai, foi feirante em Caxias e trabalhou em uma transportadora.

*“Nada disso me agradava”.* Disse Callado

Ele conta que ouviu falar que os japoneses, da família Takaki, produziam muito em seu sítio em Magé e foi trabalhar para eles plantando batata-doce e aipim sem uso de veneno, aprendeu muito sobre agricultura. Callado trabalhava em outros dois sítios como meeiro. Ele plantava, colhia e vendia a produção, ficando com uma parte do dinheiro. Com isso, conseguiu juntar o suficiente para comprar um outro sítio para ele. Callado conta que nesta época chegou em Magé uma praga chamada de jacaré que acabou com a produção de aipim em toda região, inclusive com a dele e os agricultores passaram a usar muito agrotóxico para conseguir cultivar. Neste momento ele conheceu o trabalho da CISV (2003, 2004), uma ONG que oferecia assessoria com projetos para impulsionar a agricultura familiar na região oferecendo cursos para os agricultores e trabalhando para a diminuição do uso de veneno nas plantações. Dona Juliana havia me contado sobre a mesma instituição e sobre os cursos que fez.

Nesta época, Callado já trabalhava no seu sítio, mas usava muito veneno, por conta da praga e Beth trabalhava em um comércio no centro de Piabetá. O uso de veneno o incomodava, mas ele conta que não via outra alternativa. Eles vendiam o aipim para atravessadores e não ganhavam muito com as vendas e aos poucos ele foi sentindo que o uso de veneno estava fazendo mal a sua saúde. Ele sentia tonturas, fraqueza e um grande desânimo. Conversando com um técnico da CISV sobre a ideia de diminuir e até parar de usar veneno, este técnico sugeriu que ele usasse o esterco dos porcos para adubar o roçado de aipim e isso foi melhorando a produção e ele foi deixando de usar o agrotóxico e aplicando

técnicas mais naturais de plantio. Callado e Beth foram experimentando o cultivo de outros alimentos e o uso de novas técnicas de adubação e de manejo da roça. Ao mesmo tempo eles contam que começaram a participar de reuniões com outros agricultores onde trocavam experiências, aprendiam com as dificuldades e com as soluções dos outros. Mas ele diz que queriam poder viver somente do que plantavam, sem que Beth precisasse trabalhar na padaria.

Callado conta que, quando eles conseguiram um espaço para vender na feira da UFRJ (Campus do Fundão) começou uma mudança na vida deles. Eles produziam mel, própolis, pólen e outros produtos processados como pimenta e molhos. Já tinham palmitos plantados, laranja e tangerina e já faziam muito adubo com o esterco dos porcos do quintal. Mas na feira só vendiam os produtos processados, pois os outros agricultores vendiam verduras e frutas e eles haviam combinado de não vender os mesmos produtos, pois a feira era bem pequena e tinha ainda poucos consumidores.

Eles vendiam muito mel e outros produtos apícolas, e assim conseguiram comprar um carro usado. Callado afirma que o transporte próprio é algo muito significativo para os agricultores, pois não tem como sair de Magé com os produtos sem um carro. Eles contam que viveram um tempo de muita alegria, pois ele conseguiu parar de usar o veneno e Beth pôde largar o trabalho na padaria e se dedicar totalmente ao sítio junto com ele.

Logo que a feira do Fundão acabou apareceu uma oportunidade na feira de Copacabana do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas que estava precisando de uma banca com produtos que não fossem da região serrana, como banana, laranja e aipim. Callado e Beth estavam precisando de um novo ponto de venda, pois eles estavam passando por dificuldades devido a um problema de saúde que debilitou Callado por quase um ano. Ele conta que teve hipotireoidismo e atribui esta doença a exposição ao veneno durante alguns anos seguidos. O casal decidiu investir no novo ponto, pois Callado estava com a saúde recuperada e estava retomando a produção no sítio, que também estava prejudicada.

*“Ficamos quase um ano sem fazer freguês. Começamos a fazer freguês quando os consumidores perceberam que a gente conhecia muito sobre os alimentos que a gente levava para vender e a gente dava muitas informações sobre os produtos.”*

Interrompo a sua história para perguntar o que significava “fazer freguês” e se isso queria dizer que vendiam poucos produtos. Callado me explica que significa que vendiam seus produtos, mas que não tinham uma clientela fixa, ou fiel. Ele complementa sua fala dizendo que hoje ele tem clientes que encomendam produtos e outros que vem só para

comprar suas bananas, por exemplo. Acho interessante observar que há um componente significativo na questão da fidelização dos clientes presente na fala do casal. Ao ressaltar que os clientes fiéis não representam maior quantidade de venda, mas sim uma qualidade na relação com as pessoas que consomem seus produtos penso no que Santos (2006) definiu como o modo de produção da não-existência, baseado na lógica produtivista. Nos termos desta lógica o crescimento econômico é um objetivo racional e inquestionável, e como tal, é o único critério de produtividade, que segundo Santos sustenta esta própria lógica. De acordo com as reflexões propostas por Santos, todas as racionalidades que não estão assentadas na lógica do produtivismo capitalista são invisíveis ou não existentes. As questões levantadas por Callado e Beth, no que tangem a relação com clientes na feira apontam para uma outra racionalidade diferente da que define o trabalho como a maximização dos lucros, e sim o trabalho como fonte de prazer que vem de um reconhecimento e das relações equânimes. Pergunto a Callado sobre a importância de ter uma boa relação com os clientes e a sua resposta reforça ainda mais a relação com o pensamento proposto por Santos no que o autor chamou de ecologia das produtividades:

*“Que concepção de mundo é esta que o agricultor só mostra que tem valor se ele mostrar que tem dinheiro?”*

Aproveito o assunto e peço para que me digam o que eles acham que contribuiu para a fidelização da clientela nesta feira. Callado e Beth me contam que decidiram levar para a feira os produtos que eles consumiam em casa, produtos mais rústicos como o pepino caipira e a banana vinagre e estes alimentos diferentes fizeram sucesso com os consumidores da feira que buscavam conhecer coisas novas e estavam, segundo Beth, muito interessados em conversar com eles e conhecer o seu trabalho. Eles decidiram, então, montar um site para divulgar mais o sítio e o trabalho com agroecologia e estão investindo na construção de uma casa no terreno para trazer os fregueses para um “dia de campo” para divulgar o trabalho e aproximar os clientes da realidade de quem vive da agricultura.

Beth diz que encontrou também, nesta feira, um espaço para vender os arranjos de flores e plantas ornamentais que ela faz, que por serem pouco comuns atraem muito as pessoas. Ela diz que as pessoas gostam de conversar na feira, trocar informações, saber o nome nas plantas, como é a melhor forma de cuidar delas e que perguntam muito sobre o cultivo e preparo dos alimentos. Além de quererem saber para que serve cada um dos produtos e se fazem bem a saúde. Callado complementa dizendo que sempre gostou de

pesquisar estes assuntos e de falar sobre eles e que se sente muito feliz em poder conversar sobre isso com os clientes, mas que com o grande interesse dos consumidores pelos produtos eles tiveram que pesquisar mais ainda e por isso pensaram em fazer o site, para ter um espaço para divulgar o que sabem. E conclui dizendo:

*“A agricultura é um mistério. O consumidor tem que valorizar, não só com o dinheiro, mas na importância. A gente era olhado assim: O agricultor não tem importância, porque você pode comprar tudo no mercado.”*

Aproveito esta fala para aprofundar mais sobre este tema da feira, pois percebo que ali havia algo interessante sobre esta questão da invisibilidade e da valorização do trabalho. Peço para que me contem mais sobre esta nova barraca na feira e a relação com os consumidores. Beth me conta que enquanto Callado estava doente ela montou uma banca para vender os produtos do sítio no centro de Piabetá e que sentia que as pessoas não valorizavam os produtos que eles vendiam.

*“A gente montava a banca e as pessoas olhavam como se a gente não fosse ninguém. Achavam as coisas caras, a gente baixava o preço, menor do que o sacolão e ninguém comprava, ninguém conversava.”*

Beth conta que este sentimento de ser desvalorizada a fez ficar preocupada com a nova banca da feira de Copacabana e achou que, se era desvalorizada em Magé, onde as pessoas convivem mais de perto com os agricultores, que, com os clientes da Zona Sul seria ainda pior.

*“No começo a gente tinha medo desta relação com os clientes.”*

*“Na feira, no contato com os clientes, trocando informação com os clientes sobre os produtos, eu percebi que eles valorizam o nosso trabalho. Percebi que o trabalho que a gente faz aqui é importante para eles.”*

Observo que esta fala de Beth aponta para uma reflexão sobre a complexidade deste território rural-urbano-rural. Ao se surpreender com o fato dos produtos que vende não terem sido aceitos no local onde vivem, e terem feito mais sucesso com um público urbano, Beth está mostrando que é necessário repensar esta separação mais usual de territórios rurais e urbanos em termos espaciais

É importante destacar aqui que neste caso específico estamos lidando com ruralidades e urbanidades diversas. A banca onde Beth vendia seus produtos não está localizada em um território rural, mas sim no centro Piabetá, que é extremamente urbanizado em vários sentidos. Neste mesmo centro urbano, algumas horas antes desta conversa, eu estive buscando informações sobre o Distrito Agrícola e não consegui muitas informações objetivas junto ao vendedor da loja de bicicletas. Neste caso a separação rural-urbano não está presente como uma distancia no território, mas se apresenta como um algo que é desconhecido, ou está invisibilizado. O ressentimento de Beth em relação as pessoas que não valorizam seus produtos se expressa pois o centro urbano de Piabetá tem uma proximidade espacial muito grande com o lugar onde fica seu sitio, mas apresenta uma grande distancia em termos de valores simbólicos.

Ao mesmo tempo é importante observar que a feira de Copacabana representa uma forma de urbanidade e não a urbanidade como uma valor totalizante. Nesta feira circulam pessoas que buscam a realização de um consumo diferenciado, que se expressa na qualidade dos produtos que adquirem, mas também na forma de relação com quem vende e produz os alimentos.

Neste ponto opto por tratar esta questão nos termos das globalizações hegemônica e contra-hegemônica (Santos, 2006) e me coloco a seguinte questão: Até que ponto a lógica hegemônica do global não está atuando de forma mais avassaladora em locais com menos diversidade de processos locais, como é o centro urbano de Piabetá?

Encontramos em Martin-Barbero (2012) uma reflexão sobre processo hegemônico global e a imposição de lógicas monoculturais de consumo e de informação que promovem culturas e imagens que apelam a uma totalidade que reduz a realidade a um tempo monótono da modernidade. A cidade passa a ser traçada por rotas previsíveis que separam centro e periferia em usos funcionais e distanciam as culturais criando guetos dentro do mesmo território.

Reafirmando esta necessidade de pensar em territórios mais matizados a partir de descentramentos (MARTÍN-BARBERO, 2012), Callado recoloca o tema da experiência de venda na feira de Copacabana a partir de proposições que sugerem aproximações simbólicas apesar das distancias espaciais:

*“Eu produzo para os meus clientes o que eu produzo para mim.”*

*“No Rio as pessoas dão parabéns por a gente ser agricultor”*

A conversa com Callado e Beth foi longa e o dia chegou ao fim junto com a luz que possibilitaria a produção de boas fotografias. Combinamos um retorno, no dia seguinte, para fotografar a casa com quintal e o sítio com a produção mais intensa dos alimentos que são vendidos na feira. No entanto, por perceber que eles deram grande importância para a feira orgânica da Copacabana e principalmente, para a relação com os fregueses, propus fazermos algumas fotos na feira no final de semana seguinte. A proposta foi muito bem recebida e ambos enfatizaram que seria muito importante que eu chegasse cedo para fotografar a banca com muitos produtos, pois nesta feira os clientes chegam cedo e buscam, principalmente bananas maduras e hortaliças mais exóticas como o pepino caipira e a taioba. Combinamos este encontro no sábado seguinte para as fotos da feira.

Retornei ao sítio esplendor para fazer as fotos de Callado e Beth no dia seguinte. Fui recebida por Beth com uma mesa de café e frutas. Callado estava chegando do sítio e aproveitamos para conversar mais sobre as plantas ornamentais que ela cultiva. A varanda onde estamos sentadas é toda decorada com os arranjos de flores que Beth compõe com delicadeza e senso estético afinado. A conversa sobre este tema foi breve, mas já me mostra que ela tem um prazer enorme em cuidar das plantas e em vendê-las. Ela mesma me diz que não podemos deixar de fotografar estas plantas e eu fico muito feliz em ver que ela entrou no jogo de elaboração das fotos e que já está planejando como será representada em suas fotografias. Entro neste assunto e pergunto o que ela gostaria que eu fotografasse e Beth sugere que podemos começar pelo galinheiro, o chiqueiro e seguir pela horta até o bananal e ao final fazer as fotos dos arranjos de flores. Gravo este roteiro na cabeça e seguimos planejando as fotografias que vamos fazer juntas. Beth sugere que seria bom que conseguíssemos reunir as galinhas para tirar uma fotografia dela lhes dando milho e que é importante mostrar que eles tem uma diversidade muito grande em um espaço pequeno. Neste momento Callado chega e Beth passa para ele o roteiro que estamos elaborando juntas. Nos levantamos e seguimos para cumprir nosso roteiro idealizado. Beth destaca que ela cuida das galinhas e Callado dos porcos, por isso é importante que possamos registrar cada um em sua tarefa. Deixei que os dois propusessem um roteiro para as fotografias do sítio e que direcionassem o que eu deveria registrar e como.

Começamos pelo galinheiro e Beth foi buscar milho para que eu pudesse clicá-la alimentando as galinhas. Fizemos muitas imagens deste momento e tentei produzir uma imagem síntese onde Beth aparecesse jogando milho e onde as galinhas estivessem no centro do quadro, em primeiro plano. Para isso repetimos o movimento muitas vezes. Digo que não

sei se as fotos desta cena vão ficar boas, pois estou com dificuldades técnicas de realizar a imagem que sintetize este momento. Tirei muitas fotos desta mesma cena e peço que Beth me ajude a escolher uma, ou duas, que considere boas. Este primeiro movimento de mostrar as fotos no visor da câmera é muito importante para mim, pois marca que estamos juntas em um movimento de parceria e de troca na composição da imagem. Olhamos juntas as fotos e identificamos três que ficaram boas. As fotos tem uma angulação estranha e os milhos não estão parados no ar, mas o sentido da cena está presente na imagem, pois todas as aves estão reunidas junto ao pé de Beth. A foto me parece excessivamente posada, como em um gesto artificializado.

Aqui me deparo com a questão da imposição de uma noção essencializada de realidade no trabalho fotográfico documental, assim como tratei no capítulo 2. Busco ao mesmo tempo, não valorizar este incômodo para que o mesmo não se instale como um critério que possa definir as escolhas. Afinal estou apostando que a composição da pose é a fonte de reflexões e que a espontaneidade do movimento é algo a ser relativizado durante o ato fotográfico. Chamamos Callado a participar da escolha da melhor fotografia e deixo os dois decidirem juntos, sem a minha interferência direta. A foto é escolhida e eu trato de apagar as outras para que não haja confusão de minha parte. Eles sugerem que a imagem fique em preto e branco e eu guardo esta informação para o tratamento futuro da fotografia.



FOTO 12

A convite de Callado, seguimos para o chiqueiro. Neste momento o protagonismo da produção da foto se altera, Callado toma a frente e se coloca no movimento de alimentar os porcos e Beth se retira e fica ao meu lado. Perguntei se eles dividiam este trabalho e ambos afirmaram que Callado tinha mais envolvimento com o trato com os porcos. Existe um risco maior neste trabalho com porcos além de uma demanda de força física maior.

Fotografar os porcos foi mais complicado, pois não pude entrar nos chiqueiros, principalmente junto com o macho que é agressivo. Tentei quadros em contra-luz e tive que pedir que Callado fizesse os movimentos mais lentamente para que eu pudesse ter tempo de



medir a luz, fazer foco e quadro de maneira mais precisa. Callado se mostrou bem a vontade em posar com os animais e repetiu movimentos várias vezes para que eu pudesse fotografar. Depois de alguns cliques chamo os dois para ver as imagens e seguimos o mesmo procedimento de escolha que fizemos com as fotos do galinheiro.

FOTO 13

Em seguida os dois me indicam o caminho até a compostagem onde transformam o esterco dos animais em adubo, que é embalado e vendido na feira. Beth me explica todo o processo de produção do húmus e sugere que eu faça imagens de todo o processo de trabalho e dos sacos de húmus que já estavam separados para a feira. Me deixo levar pelas explicações dela me abrindo para as cenas que vão se descortinando e as poses que surgem ao longo da narrativa que eles me apresentam. Faço as fotografias de três etapas do processo, de Callado colocando cal no composto, de Beth mexendo em uma tina com composto pronto e depois quando ela mostra o saco de composto com rótulo. Nesta última fotografia a pose diante da câmera é mais evidente, mas não significa que é menos intencional que nas outras situações anteriores.



FOTO14



FOTO 15



FOTO 16

Em seguida me mostraram as mudas e contaram como fazem para ter produtos em quantidade equilibrada todos os sábados. Finalizamos esta rodada de fotos pelo sítio com as bananeiras e as bananas que já haviam sido colhidas e estavam amadurecendo para serem organizadas nas caixas da feira. Nesta altura, ambos haviam incorporado a proposta de posar junto dos canteiros e principalmente mostrando que realizavam o trabalho de forma conjunta. Ao final Beth pediu que eu fotografasse ela só com as plantas ornamentais, afinal este era um trabalho que realizava só, sem ajuda ou interferência de Callado.

Percebo que está se estabelecendo uma dinâmica entre nós três e que Beth e Callado estão ao mesmo tempo concentrados em contar e me mostrar o trabalho que fazem no sítio, mas também que estão construindo com isso uma narrativa sobre o seu próprio trabalho, onde a divisão de tarefas é um elemento importante. Em algumas cenas o casal se coloca em conjunto, deixando ver que, mesmo que o trabalho não seja sempre realizado conjuntamente, ou seja, que os dois trabalham juntos na mesma tarefa, esta é compartilhada pelos dois. Em contrapartida, em outros momentos, somente um deles assume o protagonismo da cena, expressando, com isso, que o trabalho é realizado por somente um dos dois. Enquanto Callado se ocupou de mostrar o bananal e a colheita de bananas reservada para a feira do dia seguinte (FOTOS 19 e 20), Beth me mostrou os arranjos de flores que produz e vende e que enfeitam a varanda de sua casa (FOTO 21). Na seqüência de fotos a seguir esta dinâmica pode ser observada em diferentes cenas de trabalho.



FOTO 17



FOTO 18



FOTO 19



FOTO 20 – Durante a tomada de fotos Callado agia de forma mais displicente com as fotografias e com a câmera, como se estivesse trabalhando normalmente...



FOTO 21 – Enquanto Beth se preocupava em compor as cenas que eu iria fotografar.

Penso que esta postura diferente dos dois em relação a minha presença enquanto fotógrafa se dá por uma forma diferente de lidar com a estética, que se expressa de forma contundente no trabalho que Beth desenvolve com as plantas como uma forma de expressão particular sua.

As fotos 23 e 24 expressam o contentamento com o trabalho realizado. O sorriso de Callado na foto 24 e as expressões de atenção do casal na foto 23 apresentam uma narrativa sobre o valor do trabalho em dimensões mais simbólicas. Callado também elabora sobre estas questões em suas falas:

FOTO 23



FOTO 24

*“Eu nunca tive vergonha de dizer que sou agricultor, até porque foi uma opção de vida para mim. Eu sempre bati no peito com orgulho de ser agricultor e sempre valorizei os agricultores. Mas enquanto eu era agricultor*

*convencional eu não me realizava, eu me realizei mesmo depois que me tornei agroecológico.”*

*“O agricultor agroecológico não produz só comida ele produz vida”.*

### 5.3 – Do rural ao urbano: um fluxo de identidades e reconhecimentos

#### A Feira Orgânica de Copacabana

Cheguei cedo na feira como havia combinado com Beth e Callado e me dirigi diretamente para a banca deles. Ambos se mostraram muito felizes em me receber para as fotos, mas deixaram claro que teriam que dar atenção aos fregueses. Nós havíamos combinado que eu fotografaria a sua banca de produtos, mas principalmente a relação de troca entre eles e os consumidores, mostrando o que Callado havia mencionado em nossa conversa, que eles consideram os fregueses como amigos e parceiros e não somente consumidores. Fiz questão de dizer que eles ficassem livres e que esquecessem da minha presença. Assumi que deveria ter, nesta etapa do campo, uma postura diferente dos dois outros encontros. Enquanto fotógrafa e pesquisadora eu teria agora um papel de maior decisão na produção das imagens. No entanto dentro da proposta da pesquisa entendo que a minha postura de compartilhamento se daria, neste contexto da feira, de outra forma. Eu compartilhei com Beth e Callado uma espécie de ethos do trabalho deles durante os dois dias que estivemos juntos em meio a conversas e fotos. Assumo que minha postura como fotógrafa e pesquisadora está totalmente contaminada pelas inúmeras reflexões que fizemos, os três juntos, nos dias anteriores e que as mesmas se expressarão nas fotografias. Me apoio nas reflexões de Grasseni (2012) sobre as possibilidades de uso do que chama de metodologias visuais no trabalho de pesquisa sobre as complexidades identitárias. Mais especificamente, opto por assumir a ideia de captar o *sense-scape*, ou uma paisagem de sentidos, como o resultado de uma cuidadosa observação e elaboração sobre determinado território, ou situação social a partir de uma abordagem das subjetividades.

Me coloquei nesta situação de campo como estando em um lugar intermediário entre os agricultores e os consumidores. Por ser ao mesmo tempo consumidora em feiras orgânicas e prezar por esta relação de troca com os agricultores dos quais compro meus alimentos, mas também por me sentir, enquanto pesquisadora, como alguém que já compartilha dos sentimentos dos agricultores em relação aos consumidores. Esta condição de um lugar intermediário me impulsionou em direção às imagens.

Fiquei ao lado da barraca observando o movimento e percebi que grande parte das pessoas que se aproximavam já conheciam o trabalho de Beth e Callado e que a venda dos produtos era seguida de uma longa e rica conversa sobre os produtos, o sítio, o tempo e o preparo dos alimentos, exatamente como o casal havia me descrito. Beth produz as mudas e os arranjos de flores para vender e eles também levam para a banca húmus de minhoca e

adubo líquido. Estes produtos são muito demandados e a compra gera longas conversas sobre como utilizar o húmus e as melhores formas de tratar das plantas.



FOTO 25 - Beth fala sobre a planta que está interessando a consumidora e como ela deve cuidar para que esteja sempre frondosa.



FOTO 26 - Em outra situação uma senhora fala sobre uma planta que ela comprou com Beth e pede sugestões de como tratá-la.

Também busquei mostrar nas fotografias da feira a diversidade de produtos que eles têm na banca. Este foi um ponto levantado pelo casal durante o primeiro relato que gravei no sítio. A diversidade de produtos e principalmente os produtos menos convencionais são uma marca do trabalho deles. Lembro da fala de Callado que atribuía grande valor ao fato dos consumidores da feira buscarem os produtos que eles mesmos consomem em casa e de valorizá-los por isso. Eu mesma sou freqüentadora e consumidora de feiras orgânicas e busco estes mesmos produtos em minha compras. Neste momento percebo que eles estão sem clientes e aproveito para puxar assunto e levantar esta questão novamente. Callado gosta de falar sobre isso e conta que logo que chegou na feira a pessoa da barraca ao lado, que vende suco verde, pediu para que trocassem de lugar, para que ela ficasse em um local mais sombreado. Eles trocaram de lugar e a barraca de Beth e Callado ficava agora em frente a uma outra barraca de produtos bem semelhantes aos deles. Callado conta que o que pareceu ser ruim, na verdade se tornou muito bom. Os clientes da barraca da frente começaram a ir mais na barraca deles e perguntavam muito sobre os produtos que consideravam pouco comuns. Callado gosta muito de conversar e havia me dito que também gosta de pesquisar e por isso tem um vasto repertório para trocar com os clientes. Estas conversas, segundo ele, garantiram o retorno e a fidelização de muitos clientes.



FOTO 27



FOTO 28

Os momentos de conversa com os fregueses não foram imagens complicadas de registrar, pois a quase totalidade das situações de venda que presenciei eram acompanhadas por longas conversas. Esta relação que Beth e Callado tanto destacaram na conversa que tivemos, se apresentava de forma natural no momento da feira. Para mim foi importante mostrar que há, além da conversa, uma troca entre Callado e Beth e os clientes que passa por uma relação de respeito e de valorização do trabalho dos agricultores, por parte dos consumidores, mas também por um grande interesse dos agricultores em conhecer e estabelecer vínculo com seus fregueses.



FOTO 29

Quando me vi satisfeita com as imagens que havia captado e percebi que o movimento da feira estava chegando ao final, me juntei a Callado e Beth para mostrar as fotografias que havia feito. Os dois aprovaram as imagens em sua totalidade, identificando as pessoas com as quais tinham interagido nas últimas horas. A satisfação do casal com as fotografias me deu segurança para selecionar sozinha as imagens, por sentir que consegui captar o “sense scape”, ou a paisagem de sentidos (GRASSENI, 2012) daquela situação.

#### **5.4 – Identidades que se encontram na imagem fotográfica**

##### **Casa de Farinha Laço de Prata – Magé.**

Desde as primeiras versões do projeto que geraram esta pesquisa venho trocando informalmente com diversos participantes da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) sobre as possibilidades de caminhos que poderia tomar como pesquisadora. Desde questões mais objetivas, como o contato com alguns agricultores até reflexões que contribuíram para a formatação do projeto final e seus encaminhamentos. A primeira versão do projeto de pesquisa indicava que as narrativas orais e imagéticas dos agricultores e agricultoras seriam registradas individualmente, ou em dupla, como aconteceu com Beth e Callado. No entanto eu não havia pensado em realizar o trabalho de campo em encontros com a presença de várias pessoas. Desde o momento em que estive presente na Feira Orgânica de Copacabana me senti mais segura com o trabalho que estava fazendo e com a minha postura de compartilhamento dos dados da pesquisa e percebi que o trabalho de campo poderia tomar rumos mais amplos e incorporar situações mais variadas. Notei que, ao planejar encontros individuais, buscava garantir o que eu entendia como uma troca constante, mas o próprio caminho que o trabalho de campo tomou me mostrou que esta troca não precisa seguir regras de conduta pré-determinadas e poderia se dar em um plano geral, como uma postura diante do campo e dos sujeitos que o compõem.

Foi com a motivação de diversificar as situações de campo que decidi aceitar o convite para uma atividade em Magé que reuniu agricultores e agricultoras de outros municípios para uma visita e um dia de trabalho em uma casa de farinha.

A Casa de Farinha Laço de Prata fica em um sítio no distrito agrícola de Magé e é o local de trabalho de Jeremias, agricultor, produtor de mandioca e de seus derivados, como a farinha e a goma para tapioca. A visita a casa de farinha reuniu um grupo de agricultores de Magé, Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro e pessoas ligadas a AARJ, assessores das organizações que compõem a rede e estudantes, para um dia de trabalho coletivo na produção de farinha, para um almoço coletivo e compartilhado e para momentos de conversa e troca de experiências entre as pessoas.

Saí de casa com um caderno para anotar as impressões do campo e a câmera fotográfica para a produção das imagens onde conforme definiu Guran (2000), as informações sobre o campo de pesquisa ficam registradas em um nível de impressão pessoal e levam o pesquisador a um nível de percepção mais próximo do sensível, ampliando o campo de reflexão da pesquisa. Ou ainda conforme as reflexões propostas por Maresca (1991), sobre as

imagens fotográficas se tornarem na pesquisa uma fonte repleta de significados fazendo com que a fotografia ultrapasse a noção mais comum de ser um caderno de campo visual.

O sítio de Jeremias fica no distrito agrícola de Magé e isso me fez percorrer novamente o caminho que havia feito na semana anterior e que me levou ao sítio de Juliana e de Callado e Beth. Agora eu já percorria estes caminhos com mais segurança, mas também com menos atenção às transições diversas entre rural e urbano que tanto chamaram minha atenção na semana anterior.

Passamos por vários sítios onde as plantações de mandioca prevalecem. Chegamos em uma casa simples com um quintal na frente onde outros carros estão estacionados. Na cozinha da casa três pessoas estão ocupadas em receber os produtos que trouxemos para contribuir com o almoço e o restante dos participantes está reunido na parte de trás em um grande galpão.

A construção é antiga, com instrumentos grande de madeira e ferro e um forno alimentado com lenha. Bancos de madeira gasta e muita casca de mandioca pelo chão. O lugar é lindo para fotografias e fico muito animada com as imagens que podem surgir.

Muitas pessoas conhecidas estavam presentes neste encontro, inclusive Juliana que se aproximou com um abraço apertado e disse que fazia muito tempo que não nos encontrávamos com tanta frequência. A recepção nos encontros da AARJ é calorosa e animada, todos se colocam em roda e se apresentam de maneira informal. Aproveito o momento para contar a todos o que estou fazendo ali e reafirmar meu lugar de pesquisadora a além da figura mais corriqueira de fotógrafa. Sempre estou presente nestes encontros com a câmera, pois minha relação com a AARJ é longa e sempre mediada pelas fotografias. Neste momento específico sinto que é importante dizer que além das fotos estarei observando e conversando sobre as questões da minha pesquisa da doutorado que trata das identidades dos agricultores e agricultoras.

Jeremias toma a dianteira na conversa e se apresenta e conta sua história e a história do lugar onde estamos reunidos, a casa de farinha. Jeremias conta que nasceu e se criou ali, e que a casa de farinha foi de seu pai e de seu avô. Ele conta que a família sempre fez farinha e viveu da roça. Ele conta que fez poucas adaptações nas construções originais e que reparou somente o que foi necessário e se degradou ao longo do tempo. Ele fala brevemente que a plantação de mandioca fica no fundo da casa e que vende sua produção na feira de Magé e que também aceita encomendas de quantidades maiores.

Esta vivência na casa de farinha é para mim e para a esta pesquisa um momento precioso e onde muitos valores estão em jogo. A Casa de Farinha Laço de Prata é uma das

poucas casas de farinha que permanecem produzindo de forma artesanal nesta região. Jeremias conta que, além da sua produção de farinha, a casa recebe outros agricultores da região que plantam mandioca, mas não tem os equipamentos necessários para a produção da farinha e outros derivados da mandioca. Em troca do uso das máquinas Jeremias fica com uma certa quantidade de farinha e diz que este é um procedimento comum na região. Juliana completa o cenário comentando que a goma de mandioca produzida por Jeremias é a melhor que ela já viu e que na feira a procura é muito grande por seu produto. Além da venda na feira, Jeremias vende a farinha a goma em parceria com Juliana, através das cestas de produtos que ela oferece em sua página no Facebook.

A estrutura da casa de farinha, a sua lógica de funcionamento e o produto principal desta engrenagem, que é a farinha de mandioca me remetem diretamente ao trabalho na agricultura como uma prática sociocultural (WOORTMAN, 1997), composta por uma rica teia de significados que reúnem elementos como a terra, o trabalho, a família, a reciprocidade e a solidariedade. Podemos observar que estes elementos estão compondo a dinâmica identitária entre os agricultores aqui representados, Juliana, Jeremias e os outros que visitam a casa de farinha e aprendem com Jeremias sobre o processamento da farinha da mandioca.

Assim como propôs Woortman (1997) o trabalho realizado durante o encontro na casa de farinha, representa além de um encadeamento de ações técnicas, um conjunto de ações no campo simbólico, que produz cultivos ao mesmo tempo que constrói espaços sociais e culturais e dá movimento a esta dinâmica de identidades.

Jeremias não é tão falante quanto Juliana, por exemplo, é mais sucinto e objetivo nas histórias que conta, mas é muito bem humorado, apesar de um pouco tímido. Alguém no grupo afirma que quer que ele conte sobre o processo de fazer a farinha e Jeremias diz que vai mostrar na prática e não vai ficar só contando histórias. Jeremias logo põe todos para trabalhar, distribuindo tarefas e organizando a produção.



FOTO 30 - Jeremias apóia o braço na engrenagem da máquina de prensar a massa da mandioca e descontraidamente começa a contar a história da casa de farinha. Ele veste a camisa do projeto que viabilizou este encontro e ao colocar a aba do boné para o lado facilitou a fotografia, pois de outra forma o chapéu faria uma sombra em seu rosto. Este é um belo convite a uma foto.

Eu percebo que terei que assumir uma postura diferente diante desta situação, onde as imagens serão o lugar para as histórias e relatos surgirem de forma mais fluida, pois a proposta do encontro é fazer farinha e a conversa é uma dinâmica que acontece ao longo do trabalho prático. Jeremias toma a dianteira novamente e puxa um banco, pega uma faca e diz que para começar todos tem que descascar as mandiocas e que juntos faremos o trabalho mais rápido. Ele mostra que tem mais facas para que todos possam trabalhar juntos. Uma roda se forma com algumas pessoas trabalhando juntas e conversando livremente sobre uma visita que fizeram ao sítio de outro agricultor em São Paulo. Todos riem muito e contam histórias engraçadas sobre a viagem.

Juliana está concentrada no trabalho de descascar as mandiocas e mostra que tem grande habilidade em realizar a tarefa enquanto outros participantes mostram mais dificuldade com o uso das facas ou estão mais envolvidos nas conversas. Fico dividida entre a observação

do trabalho e a produção de fotografias dos detalhes desta tarefa e a atenção nas histórias e nas conversas que se desenrolam no grupo. Percebo que ao mesmo tempo em que estão rindo uns dos outros sobre as dificuldades exigidas pela tarefa, as pessoas se ajudam dando dicas de como facilitar o trabalho.



FOTO 31



FOTO 32



FOTO 33





FOTO 35 - Juliana se mostra a vontade com a minha presença com a câmera e já dialoga com a produção das fotos do mesmo modo que dialogamos na semana anterior em sua casa. Em alguns momentos Juliana chega a posar sutilmente para a câmera. Sinto que uma pose está se conformando pois ela muda sua postura corporal em relação a mim e a câmera e diminui o ritmo com o qual descasca a mandioca para que eu possa registrar cada cena. Percebo que ela se habituou corporalmente a esta relação com a imagem, mas já não produz a pose com a evidência de antes. Ela não olha diretamente para a lente da câmera, mas joga com a produção da imagem de outra maneira.



FOTO 36 – As mãos são seguras e precisas no trabalho de descascar mandioca e me dizem que há um grande conhecimento por trás desta tarefa que aparenta ser simples.

A dinâmica que esta situação de campo apresenta para mim, demanda uma postura diferenciada em relação a produção das fotografias, muito similar a situação vivida durante as fotos que produzi na feira de Copacabana. Não havia, nesta situação, espaço para o compartilhamento do ato fotográfico que experimentei com Juliana, Callado e Beth de forma individual. Aproveito, então, para experimentar uma nova dinâmica para a mesma abordagem e deixo que as imagens se apresentem de maneira mais livre para mim. Me coloco de maneira atenta às conversas e às cenas e busco interpretar cada situação com imagens que tragam o sentido dos momentos vividos. Em algumas cenas que fotografo, percebo que o sujeito fotografado me percebe ali produzindo a sua imagem e consigo ver diante da câmera e através da lente que a pose surge nesta relação. Mesmo não sendo intencional e planejado o compartilhamento do ato fotográfico está acontecendo espontaneamente e de forma livre enfatizando e fazendo emergir possibilidades de testemunho no universo da imagem com o poder de materializar e ficcionalizar um campo para expressões identitárias a partir da potência de irrealidade que tem a fotografia (RECHENBERG, 2014).

A seqüência de fotografia que apresento a seguir (FOTOS 37 à 43) revela a interação que se estabeleceu no ato fotográfico e na possibilidade que a dinâmica do compartilhamento potencializa ao abrir o campo da fotografia como um espaço de expressão que evidencia a rede de relações estabelecida na produção da imagem. Nas fotografias que se seguem estão apresentados os sujeitos com suas vestimentas, suas ferramentas de trabalho, o cenário onde a imagem se apresentou como possibilidade e a relação espaço-tempo que acontece em cada clique e em cada escolha que eu fiz como fotógrafa, atravessada pelas narrativas e pelas dinâmicas que se apresentavam no campo. O movimento da pose, conforme evidenciado em situações anteriores, não é evidente nesta seqüência de imagens, mas pude observar que a minha presença com a câmera modificou significativamente a movimentação das pessoas no espaço e, conseqüentemente, a sua dinâmica de trabalho. Em quase todas as situações fotografadas as pessoas abrem espaço para que eu me coloque na cena, se afastam criando campos e quadros mais dinâmicos para que eu possa fotografar. Percebo um diálogo rico entre mim e os participantes das cenas, que se dá em um sutil jogo corporal e em breves trocas de olhar que autorizam o momento em que a fotografia deve ser produzida. Me flagrei no estado que Haicault-Bouchard (1996) definiu como sendo difícil racionalizar e que é composto por um conjunto de índices do campo perceptivo, que promovem esta relação sutil entre quem capta a imagem e os outros atores envolvidos na produção das cenas. É sempre importante destacar que estas cenas não foram repetidamente clicadas, ou seja, eu não produzi uma seqüência de fotografias das mesmas situações. Ao contrário, aguardei que cada cena se apresentasse como um momento singular para que as fotografias fossem produzidas.



FOTO 37



FOTO38



FOTO39



FOTO 40



FOTO 41



FOTO 42 – Jeremias, focado no trabalho de torrar a farinha de mandioca, percebe minha presença e dialoga comigo de forma sutil. Ele diminui o ritmo do movimento de jogar a farinha para o alto enquanto eu busco o melhor ângulo para registrar a cena. No entanto prefere não olhar diretamente para a lente da câmera.



FOTO 43 – Em outro momento, Juliana prepara um biju de tapioca com coco e me chama para fazer a foto. Ela posa de forma bem evidente e sorri diante do trabalho realizado.

### **5.5 – Espaço de comunicação: O rural no urbano**

#### **Festa do Tira-Caqui no Quilombo Cafundá Astrogilda. Vargem Grande, Rio de Janeiro.**

A festa do Tira-Caqui acontece anualmente no feriado de 21 de abril, dia de Tiradentes. Esta data coincide com a época do ano em que os caquizeiros estão produzindo uma grande quantidade de frutos e a festa tem um componente muito interessante que é a colheita coletiva do caqui em sítios de agricultores. A produção de caqui é muito forte na região da Zona Oeste do Rio de Janeiro, principalmente nos bairros de Campo Grande e Vargem Grande, que ficam em torno do Maciço da Pedra Branca. O evento reúne um grande número de pessoas, de diversos lugares para diversas atividades como caminhada para colheita do caqui e visita aos sítios, almoço, rodas de conversas sobre temas relacionados a agricultura no Rio de Janeiro e uma feira de produtores locais.

Os relatos e as imagens aqui trabalhados foram realizados na festa do Tira-Caqui de abril de 2015 na comunidade do Quilombo Cafundá Astrogilda em Vargem Grande, Rio de Janeiro. Eu acompanhei um grupo de participantes, guiados por agricultores até o sítio de Seu Dino que fica bem no alto da comunidade, onde muitas pessoas colheram caqui e participaram de uma roda de conversa com a família de seu Dino, em seguida desci para a feira onde as últimas imagens foram captadas. Os relatos e as fotos desta experiência, foram produzidos a partir de uma dinâmica similar a que se apresentou na Casa de Farinha em Magé, por se tratar também de um evento de maior porte que reuniu um grande número de pessoas, o que dificultou conversas mais individualizadas.

Para chegar à comunidade Astrogilda é necessário subir o caminho do Cafundá adentrando o Maciço da Pedra Branca onde há mais de 5 gerações sobem e descem agricultores, em sua maioria negros, carregando nos lombos dos burros a sua produção de banana, mamão, aipim, caqui, agrião e taioba. Segundo Sandro, morador do local, a comunidade foi constituída por escravos de uma antiga fazenda, que permaneceram na região e se mantém até hoje como uma comunidade agrícola<sup>5</sup>.

No caminho de terra que leva até a comunidade Astrogilda as casas vão se escasseando, e a estrada se torna cada vez mais declivosa e estreita. A cada curva percebemos sons e imagens, cheiros e cores, que nos distanciamos da cidade, do barulho dos carros, do movimento frenético. Os carros já não sobem mais, somente algumas motos circulam. Logo

---

<sup>5</sup> Em 16 de agosto de 2014 a comunidade Astrogilda recebeu o certificado de remanescente de quilombo pela Fundação Palmares.

podemos ver a placa que delimita a comunidade, que é nosso destino final.

Astrogilda é, segundo o relatos dos moradores, uma matriarca da comunidade. Segundo algumas falas de moradores esta senhora teve um papel muito importante na manutenção da unidade das famílias que ali permaneceram.

*“Todos nós somos seus descendentes, somos todos parentes e vivemos aqui nesta comunidade como agricultores.” (Sandro)*

Sandro desponta como uma liderança política, que defende com firmeza a importância da sua comunidade para o território do Maciço tanto em termos culturais quanto ecológicos. Segundo ele a prática da agricultura é o principal fator de preservação da floresta que ainda existe na região pois os agricultores plantam e constroem suas casas sem desmatar ou causar grandes impactos na floresta. Muitas casas na comunidade ainda preservam estilos rústicos de construção utilizando o adobe como revestimento das paredes. Estas casas de adobe são a primeira parada da caminhada realizada pelo grupo de participantes do evento. As fotos que se seguem foram tiradas neste momento. Depois da visita à comunidade eu passei a acompanhar as notícias que eles divulgam em uma página no facebook. Muitas das postagens mostram visitas de diferentes grupos à comunidade e as imagens destas casas de adobe sempre aparecem nas fotos postadas. Estas imagens que se repetem em fotos de diferentes situações me fazem pensar em um forte componente identitário presente enquanto elementos imagéticos das narrativas produzidas sobre a história do local. Eu mesma registrei estes mesmos momentos durante a caminhada que acompanhei com o grupo de visitantes. Nas fotos 44, 45 e 46, reúno estas referências importantes enquanto recursos simbólicos (RECHENBERG, 2014) como elementos que ampliam o cenário onde as identidades e os modos de existência encontram espaço para se expressarem.



FOTO 44



FOTO 45



FOTO 46

*“Se as nossas comunidades não existissem aqui a “especulação imobiliária” já teria loteado e construído grandes casas destruindo a floresta.” (Sandro)*

A fala de Sandro é o reflexo de um conflito, algumas vezes velado, em outros mais explícito, entre as comunidades de agricultores residentes na área do Parque Estadual da Pedra Branca com o órgão ambiental local e com o Poder Público que o gerencia. A presença de agricultores não é permitida em áreas de preservação integral, mas estas comunidades já residiam neste território antes mesmo da delimitação do parque. As comunidades nunca foram expulsas, mas, por não terem titulação da terra, vivem sob constante ameaça de remoção e se mantêm na invisibilidade.

Ao apresentar o conflito vivido por sua comunidade, Sandro expõe um componente importante da realidade da agricultura presente no Rio de Janeiro e nos municípios da região metropolitana, a invisibilização das práticas agrícolas, bem como de muitos signos de ruralidade ainda presentes nas áreas urbanas. Esta invisibilidade da agricultura não significa seu desaparecimento, mas sim a consolidação de uma fronteira permeável e descontínua entre o rural e o urbano dentro da própria cidade que aparece também na fala do agricultor Jorge:

*“Devido a gente não ser reconhecido a gente se acha diferente. Não diferente das outras pessoas, mas parece que a gente não existe”*

Esta invisibilização ou, como define Santos (2006), uma condição de não-existência da agricultura familiar na cidade do Rio de Janeiro acarreta profundos impactos na dinâmica identitária destes agricultores conforme nos aponta Francisco:

*“Foi se perdendo esta identidade. O agricultor do Maciço já não quer mais ser visto como agricultor. A gente está falando de uma atividade que não é reconhecida no município (Rio de Janeiro). Oficialmente não temos agricultura no município.”*

Francisco se refere em sua fala aos dados oficiais do Censo demográfico de 2010 do IBGE que indicam que não há área rural no município do Rio de Janeiro, sendo este 100% urbano. Estas formulações político-administrativas têm representado uma grande dificuldade para estes agricultores no que toca o acesso a políticas públicas de comercialização de seus produtos. Ao apontar para uma questão de ordem material, que é o acesso à políticas públicas, Francisco destaca um componente identitário importante em sua fala e que também foi destacado por Juliana quando relatou a dificuldade em conseguir o documento que lhe confere acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (DAP) e quando lhe foi vedada a participação na FENAFRA.

A caminhada pela comunidade do Quilombo Cafundá Astrogilda tem uma parada obrigatória na casa e no bar do seu Pingo, pai de Sandro e filho de Astrogilda. Seu Pingo produz os “Parangolés”, cachaças com ervas e especiarias que fazem sucesso dentro e fora da comunidade. Seu bar tem uma grande coleção de LP’s de estilos e épocas variadas, que ele disponibiliza para entretenimento dos seus clientes e convidados. Na foto 47 registrei uma conversa animada entre Seu Pingo e um grupo de visitantes sobre as bebidas que ele produz e serve no bar. A foto 49 foi tirada quando Seu Pingo me contava sobre um acidente que sofreu no qual perdeu parte de seus dedos da mão direita. A conversa com Seu Pingo foi descontraída, mas recheada de histórias sobre a comunidade, as dificuldades em permanecer no local e as belezas do cotidiano.



FOTO 47



FOTO48



FOTO 49

Depois da parada na casa de seu Pingo seguimos as trilhas que levam ao ponto mais alto da comunidade até o sítio de Seu Dino. A caminhada durou pouco mais de uma hora em uma trilha no meio da mata. O grupo grande de visitantes debatia sobre as dificuldades em trilhar estes caminhos sem um meio apropriado para transportar a produção de banana e caqui. Os burros tem um limite de carga pequeno e os agricultores precisam subir e descer constantemente as trilhas para acessar serviços de saúde, escola e outros equipamentos públicos. A ausência de energia elétrica também foi um tema recorrente nas conversas entre os visitantes. O sítio de seu Dino tem um casa simples também de adobe onde ele vive com as filhas. Seu Dino nos recebeu sentado em um banco de madeira para uma conversa. Comentou sobre a trilha e perguntou se estávamos cansados. Percebo que ele queria ouvir que sim e que as dificuldades de acesso valorizaram a sua forma de vida, como se o fortalecesse diante das facilidades das quais desfrutamos no que ele chama de “cidade”. Uso o termo cidade entre aspas, por entender que estamos na cidade do Rio de Janeiro, e que a distinção que Seu Dino está propondo em sua fala se dá no sentido de mostrar que onde estamos não tem nada de urbano. Os referenciais imagéticos que nos rodeiam são, sem dúvida, rurais, mas estamos a menos de duas horas de caminhada de bairros como Vargem Grande, de um lado e Bangu por

outro lado.

Pergunto a Seu Dino se ele desce para a “cidade” com frequência e ele conta que quase não sai, mas que alguns filhos não querem mais subir, pois preferem a “cidade”. Ele diz que quando fica na casa dos filhos em Bangu se sente estranho, acha barulhento, com cheiro ruim e confuso. Diz que prefere o sossego do seu sítio. Pergunto a ele se posso fazer algumas fotos de sua casa e da família para uma pesquisa sobre os agricultores no Rio de Janeiro e ele diz que eu fique a vontade, mas que acha a casa muito simples para que eu faça fotos. Eu digo que não concordo, pois eu não saberia construir uma casa daquelas. Ele abre um sorriso e diz que foi ele quem fez a casa e que gosta dela, mesmo sendo pequena, mas que queria construir mais apesar das dificuldades com o transporte dos materiais. Seu Dino pede a sua filha Tiana (Sebastiana) que traga seu cavaquinho e se põe a tocar um samba e a cantar. Entendi que este era o convite para as fotos. Faço algumas fotos dele tocando cavaquinho e quando a música termina eu mostro as fotos para ele que aprova rapidamente (FOTO 50). Seu Dino diz que eu tenho que tirar uma foto da filha dele, a Tiana que é muito bonita, além de muito forte. Ele diz que ela encara o trabalho na roça com mais vontade que muitos homens. Procuro por ela e Tiana está encostada junto a uma parede da casa com um sorriso tímido. Pergunto se posso tirar a foto e ela diz que sim, mas continua com a expressão de timidez. Faço a fotografia e logo percebo que outras pessoas do grupo também querem conversar com Seu Dino e Tiana sobre o trabalho e a vida que levam naquele local. Percebo que estive, por um tempo, concentrando os dois na conversa que interessava exclusivamente à pesquisa e escolho ficar mais discreta para que Seu Dino possa conversar com as outras pessoas.



© Cecilia Figueiredo

FOTO 50



FOTO 51 – Com a intenção de não perder o tempo do sorriso que Tiana apresentou para mim, tirei a foto sem medir propriamente a luz no ambiente e a fotografia original ficou escura. Desta forma tive que tratá-la com mais cuidado para que pudesse mostrar a personagem e sua casa de adobe. Neste processo optei por dar o tratamento do preto e branco com a intenção de ressaltar na imagem o sentido de uma temporalidade alternativa, menos marcada na atualidade. Sinto que, com isso estou me aproximando da narrativa dos personagens desta parte da pesquisa. Repeti o recurso na foto de Seu Dino, buscando destacar o mesmo sentido em ambas as imagens.

O grande grupo de pessoas cercava Seu Dino, que se mostrava a vontade e feliz com tanta atenção e interesse em suas histórias sobre como é viver em um local tão diferente dentro da cidade. Os sítios dos agricultores que vivem na parte alta do Parque Estadual da Pedra Branca nos remetem a imagens de um rural de isolamento e de algo que ficou em um passado remoto, que se relaciona às idéias mais corriqueiras e até hegemônicas de progresso. Ao mesmo tempo em que se mostra feliz em ter seu modo de vida valorizado e de se mostrar forte na opção de permanecer vivendo em seu sítio, Seu Dino conta que no passado a comunidade era mais vibrante, mais pessoas viviam ali e o isolamento era menor. As pessoas, segundo ele, se visitavam mais e faziam muitas festas.

A visita chega ao fim e o grupo se reúne para descer a trilha rumo a parte baixa da comunidade. Depois que todos se despedem Seu Dino pega o cavaquinho e volta a tocar. Eu aproveito esta cena para uma última fotografia que escolho para a capa desta tese.

O caminho de volta foi mais rápido e descontraído e ao chegar na parte baixa da comunidade encontramos as barracas dos agricultores já bastante movimentadas por outros visitantes e participantes do evento. Me posiciono para tirar outras fotografias deste momento e percebo que cada barraca tem um produto diferente o que mostra a diversidade da agricultura que existe no Maciço da Pedra Branca.



Foto52 – O Caqui, que é o tema deste evento está presente junto com a banana que é o principal produto da agricultura desta região e desta comunidade.



FOTO 53 – O limão galego e os doces de frutos da região.



FOTO 54 – O Caqui e a fruta Pão dividem o espaço da barraca de Seu Bill com as ervas que são cultivadas na mata do Maciço da Pedra Branca.

## **5.6 - Agricultores, pesquisadores e afetos em movimento – dados posteriores à pesquisa de campo.**

Em 2015, quando o trabalho de campo chegou ao final eu participei como voluntária da equipe de comunicação, do primeiro Encontro Nacional de Agricultura Urbana (I ENAU) realizando uma cobertura fotográfica do evento. Estas imagens conformam uma narrativa visual dos principais momentos deste encontro na página do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) no Facebook e no site da Articulação Nacional de Agroecologia.

O I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, aconteceu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em outubro de 2015 e reuniu mais de 250 pessoas de 20 estados do Brasil, das cinco regiões (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul). Neste espaço se articularam fóruns, movimentos sociais, ONGs, universidades, institutos de Pesquisa, agricultores e consumidores em torno do tema da agricultura urbana e das redes de relações nos territórios. Durante o evento foram discutidas políticas públicas para a agricultura urbana reafirmando que o Estado brasileiro deve abrir um canal de diálogo com a sociedade para debater o tema e priorizar os processos de organização social que já existem nos territórios e a produção de conhecimento local. Foram realizadas mesas de debates, rodas de conversas e oficinas temáticas sobre temas variados e foi organizada uma feira permanente de agricultores urbanos e periurbanos de vários estados do Brasil.

Durante a cobertura deste evento reencontrei-me com o trabalho de campo em diversas dimensões, bem como com as questões que haviam fervilhado em mim nos cinco encontros que vivi junto com os agricultores e agricultoras.

Nesta tese propus realizar uma cartografia das dinâmicas identitárias entre agricultoras e agricultores a partir do compartilhamento do ato fotográfico. Ao produzir e expor as fotografias ao longo do trabalho de pesquisa busquei construir esta cartografia em um fluxo que defino por rural-urbano-rural, onde as fronteiras, tanto de território como das próprias configurações identitárias são marcadas pela fluidez.

Nesta pesquisa a relação entre invisibilidade e visibilidade nas construções das identidades em torno da agricultura no território rural-urbano-rural foi o ponto que uniu todas as narrativas orais e visuais que compõem esta pesquisa. O tema da visibilidade esteve presente também nos diversos espaços proporcionados pelo I ENAU, assim como se torna um tema de debate dentro das redes que compõem a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Neste evento também tive

a oportunidade reencontrar diversos personagens desta pesquisa em contextos muito similares com os quais o trabalho de campo nos proporcionou.

Entendo aqui que o I ENAU se incorpora ao trabalho desta tese enquanto um espaço referenciado no que Santos (2006) definiu como a *ecologia dos reconhecimentos*, um movimento que nos permite alargar o círculo de reciprocidade ao criar um campo de entendimento sobre a multidimensionalidade das formas de produção da não-existência.

Apresento três fotografias produzidas durante a cobertura do I ENAU nas quais estas reflexões a cerca da *ecologia dos reconhecimentos* se expressam e levantam algumas questões tratadas no capítulo 5 apontando caminhos possíveis de configurações identitárias.

Nas fotografias 55, 56 e 57 podemos observar três situações vividas durante Feira de Saberes e Sabores que reuniu agricultores urbanos e periurbanos de várias regiões do Brasil para mostrar e vender seus produtos. Além do público que esteve presente ao evento a Feira atingiu diversas pessoas que diariamente passam pelo campus da UERJ no Maracanã, assim como professores e estudantes. As barracas dos agricultores apresentaram a grande diversidade da agricultura das regiões metropolitanas de vários estados do Brasil, com seus sotaques regionais. Mas o ponto que pretendo destacar é a importância da feira para os agricultores do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, encontrarem espaço para visibilizar seus produtos, suas histórias e seu trabalho na agricultura, além de terem a oportunidade de dialogar com um público variado que muitas vezes se surpreende com a presença de agricultores na cidade.



FOTO 55 - Juliana esteve presente durante todos os dias do encontro e aproveitou o espaço da feira para fazer, das vendas de seus produtos, uma forma de comunicação com o público e com os passantes. Por ter o nome de Feira de Saberes e Sabores o espaço se configura para além da venda dos alimentos em um espaço de comunicação onde os agricultores constroem e fazem circular o conhecimento produzido no processo de trabalho da roça.



FOTO 56 -

William é agricultor em Santo Aleixo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Ele faz uma demonstração para outros agricultores sobre como descascar o palmito. Além da comunicação entre os agricultores e os consumidores, a feira também se apresenta como um espaço para a troca de experiência entre agricultores de regiões diferentes.



FOTO 57 - Em outra barraca, agricultores da AGROPRATA (Associação de agricultores do Rio de da Prata) conversam com uma estudante da universidade sobre seus produtos, mas também sobre a realidade da agricultura urbana que permanece ativa na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Além de visibilizar o seu trabalho, ali representado pelas bananas que vendem, os agricultores podem compartilhar as suas histórias de vida e principalmente expandir os horizontes de suas lutas políticas com pessoas que desconhecem as dificuldades e os processos sociais em que estão inseridos.

### PARTE 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### **O fluxo de comunicação Rural-Urbano-Rural contra o desperdício da experiência: Imagens e identidades.**

*“Olhe cada caminho com cuidado e atenção.  
Experimente-o quantas vezes julgar necessário.  
Então, faça a si mesmo apenas uma pergunta: possui  
este caminho um coração? Em caso afirmativo, o  
caminho é bom. Caso contrário, ele não tem a menor  
importância.”*

*Don Juan de Carlos Castañeda*

A partir da exposição destas narrativas e fotografias aqui apresentadas, pretendo tecer algumas considerações sobre questões abordadas ao longo da pesquisa em ressonância com o movimento de visibilização das experiências de agricultura urbana e periurbana no âmbito da AARJ e da ANA a partir do viés da contra-hegemonia e da comunicação.

Interpretadas pelas lentes do discurso da globalização hegemônica e da modernidade, estas experiências estariam aprisionadas em uma narrativa folclorizada de atraso e de irracionalidade, sendo portanto obstáculos ao pleno desenvolvimento do sistema moderno global. Esta narrativa de produção de invisibilidades reproduz o que Santos (2005) chamou de *razão indolente*, uma forma de apreensão do mundo insensível aos processos de resistência que contribuem para a diversidade das culturas e expressões subjetivas e interpretativas do mundo. Segundo Santos a razão indolente *comprime o presente e expande o futuro* criando um campo de visão estreito sobre as realidades contemporâneas enquanto passageiras ao mesmo tempo em que projeta um futuro longínquo que é determinado a partir paradigmas científicos dominantes e partir da noção monocultural de um tempo linear, que leva indiscutivelmente ao progresso. Nesta noção oblíqua da temporalidade moderna as expressões contra-hegemônicas, que se apresentam enquanto resistência da agricultura urbana e periurbana, são invisibilizadas para que o processo global seja visibilizado. A este procedimento Santos (2005) chamou de *desperdício da experiência*.

Inspirada pelas propostas de Santos (2005 e 2006) sobre a *ecologia de saberes* destaco que as reflexões propostas por esta pesquisa se direcionam para um movimento que se coloca contra o desperdício das experiências, ou seja, de observar a lógica de enfrentamento à

monocultura do saber globalizante que busca criar novas formas de relacionamento com o conhecimento próprias de contextos de contra-hegemonia. Encontro ressonâncias significativas desta ecologia de saberes nas reflexões de Ploeg (2009) e de Woortman (1997) que apontam para a importância do capital epistêmico e cultural, gerado pela agricultura familiar, como as principais condições de enfrentamento aos ambientes hostis à existência desta prática social e à sua visibilidade.

Ao refletir sobre os procedimentos da *sociologia das ausências e das emergências*, Santos (2006) aponta para a questão da multiplicação das lutas contra-hegemônicas e para a necessidade de superar esta fragmentação da realidade através de um trabalho de tradução. Este movimento de criação de um campo de inteligibilidade entre as diversas lutas que se encontram na contra-hegemonia visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e limites de articulação ou agregação entre elas. Podemos observar que os espaços e as dinâmicas propostas no I ENAU podem ser entendidos dentro deste movimento de tradução, que se abre também em um espaço de comunicação a fim de buscar coerência e articulação entre as lutas em um contexto enriquecido pela multiplicidade e diversidade de experiências discursivas e interpretativas. De mesma maneira, as dinâmicas experimentadas durante esta pesquisa e as reflexões que se apresentam a partir delas, também são movimentos de tradução, ao produzirem o que Santos definiu como a dilatação do presente e a contração do futuro, como a contra-face da razão indolente. Expandir o presente significa visibilizar as experiências contemporâneas a partir do viés da contra-hegemonia, ou seja, reconhecer e valorizar a sua existência dentro do processo de globalização contra-hegemônico como uma forma de cuidar e assegurar um futuro. Segundo Santos (2006), enquanto a dilatação do presente é obtido através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da sociologia das emergências.

A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio de um futuro inevitável, que é ao mesmo tempo tudo e nada, por um futuro de possibilidades plurais e concretas, ao mesmo tempo utópicas e realistas e que se constroem no presente através do cuidado.

Ao apresentar as reflexões propostas nesta pesquisa junto com os temas discutidos no I ENAU, busco um lugar de culminância tanto do trabalho de campo quanto de um processo de tradução assim como proposto por Santos (2006). Entendo que o próprio evento está proporcionando um espaço para a emergência das 5 ecologias, na medida em que os discursos e as narrativas se encontrem e se reconheçam nas diferenças e nas semelhanças. Assim como proponho esta leitura para o evento, entendo que esta tarefa da tradução também acontece de

forma mais generalizada nas dinâmicas da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e na Articulação Nacional de Agroecologia. Proponho uma leitura para estas articulações (AARJ e ANA) a partir da lógica de produção de um campo de inteligibilidade entre lutas similares, porém diversas no campo da agroecologia e da agricultura familiar. Em termos objetivos, este encontro possibilitou o diálogo direto entre os processos vividos pelos agricultores através da busca por visibilidade e reconhecimento no movimento de gestar o futuro e colocar em movimento seus processos identitários.

As experiências presentes nesta pesquisa, estando distantes ou próximas em termos espaciais, se mostram diversas quando as enxergamos através dos sentidos e dos sentimentos envolvidos neste processo, e que nos remete tanto a produção cognitiva destes sujeitos como a sua produção de subjetividades. Neste sentido entendo o trabalho do investigador no fazer da pesquisa também como um exercício de tradução. Ao buscar compreender o processo de produção da não-existência pela lógica da globalização hegemônica e seus impactos na dinâmica identitária dos sujeitos desta pesquisa, busquei trilhar o caminho contrário ao que Santos (2006) chamou de desperdício da experiência e dar luzes às subjetividades assentadas em suas narrativas a partir da escuta cartográfica e da produção das imagens que buscam visibilizar estas construções discursivas tanto das narrativas orais quanto das fotografias compartilhadas e participativas.

As diferentes situações vividas durante o trabalho de campo proporcionaram variadas formas de iteração com os sujeitos em dinâmicas que transitaram entre relações dialógicas que compreendiam duas pessoas, até outras onde estive inserida em grupos com mais de 30 pessoas. Estas diferentes situações me proporcionaram experimentar formas variadas de iteração através da fotografia. Nas situações mais particularizadas o diálogo entre pesquisadora e os sujeitos da pesquisa se deu de forma mais direta, como no caso da relação com Dona Juliana, que além de ter sido a primeira situação do campo da pesquisa, se desenvolveu com um interlocutora muito aberta ao compartilhamento e que se disponibilizou totalmente ao jogo de relações através das imagens. Alguns participantes demoram mais tempo para se dar ao jogo da imagem e buscavam interagir através dos relatos orais. Neste momentos busquei mostrar as fotografias com o objetivo de conquistar a atenção destas pessoas para a produção das fotos e sensibilizá-las para a proposta de dialogar com os retratos e da produção de um discurso imagético.

Nos momentos em que o número maior de participantes ou a maior diversidade de formas de interação durante o campo demandou uma postura mais intuitiva na minha relação com as imagens e com as identidades expressam, estive sustentada pelas reflexões de Guran

(2000) a cerca de uma dimensão da impressão pessoal no momento da busca por uma imagem. Valorizei os momentos que levavam a uma maior reflexão e compreensão da realidade estudada ao capturar as imagens. Neste movimento, busquei valorizar a espera e o olhar atento nos sinais e nos referenciais simbólicos que se apresentavam diante da minha lente, para acionar o dispositivo que produzia a fotografia.

Ao final deste processo avalio que a fotografia produzida de forma de compartilhada se apresentou como um potente meio de visibilização e de reflexão a cerca das subjetividades presentes no campo de pesquisa. Retomo aqui a proposição de Maresca (1991) que resgata a imagem como um baú repleto de significados, no qual o uso das imagens trabalha duas dimensões distintas da pesquisa, uma objetiva, composta de informações visuais concretas, e outra subjetiva que transita em níveis de percepções estéticos e repletos de sentidos com os quais diversos sujeitos podem interagir. Busquei, durante o trabalho de campo, a junção destes dois níveis de percepção pensando a fotografia como metodologia de pesquisa e linguagem principal do trabalho de campo. As imagens produzidas durante o trabalho de campo me possibilitaram esmiuçar detalhes, rever momentos, ressignificar as impressões, agregando informações ao trabalho de pesquisa.

Ao concluir estas considerações, uma questão ainda se mostra latente e aponta para o momento de compartilhar com os participantes e grupos envolvidos na pesquisa, os resultados e as reflexões desta tese: em que medida o movimento de visibilização de processos contra-hegemônicos a partir das subjetividades expressas na produção dos retratos fotográficos está também produzindo questões para dentro da própria rede de organizações que apóiam os agricultores e ajudam a dinamizar suas lutas?

Entendo que entre imagens e identidades abre-se um leque de intertextualidades onde as fotografias contribuem para a legitimação dos sujeitos em processo de visibilidade social (SILVA, 2006). As múltiplas possibilidades experimentadas de relação entre identidade e o retrato fotográfico expõem um caráter ambivalente da fotografia, que transita entre o efeito de realidade da presença e a ficção sugerida pela construção de um discurso imagético. Os retratos fotográficos aqui produzidos, expostos e analisados expressam, assim como afirmou Rechenberg (2014), a comprovação e a invenção, o aprisionamento e a legitimação, a visibilidade da imagem e a invisibilidade da subjetividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, R. e MACEDO, C. A pesquisa participativa em psicologia social: a experiência na Cinelândia. In: ANDRADE, Regina e MACEDO, Cibele (orgs). **Territórios sem Fronteira: o social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 2014.
- ARRUDA, J. **Agricultura Urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- BAUMANN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- . **Globalização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- BARTHES, R. **A Câmara Clara**. Lisboa, 1979.
- BECKER, H. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- . **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENJAMIM, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Obras escolhidas. São Paulo. 1985.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BERGSON, H. **A Evolução Criadora**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- BRANDÃO, C.R. Escrito com o Olho. in: MARTINS, C. ECKERT, S. C. NOVAES (orgs.), **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP, Edusc, 2005.
- CLIFFORD, J. **A Experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- COSTA, A. F. Identidades culturais urbanas em épocas de globalização. **Revista Brasileira e Ciências Sociais**, vol 17, 2002.
- D'ÁVILA NETO, M. I. e NAZARETH, J.S.C. Laboratório de Imagens: tecendo o desenvolvimento das comunidades e das possibilidades de utilização da imagem em pesquisas participativas. In GOUVÊA, A. (org) **Cine Imaginarium e estética: da arte de fazer psicologia, comunicação e cinema**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cia de Freud: Ed. PUC-Rio: FAPERJ, v.1, p.295-302. 2008.
- DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- FREUND, G. **Fotografia e Sociedade**. 2 Ed. Lisboa, Vega. 1995.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978.
- GOTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora USP. 2ª edição, 1985.

GURAN, M. **Fotografar para descobrir, fotografar para contar**. Cadernos de antropologia e imagem, vol 10, 2000.

GRASSENI, C. Community Mapping as Auto-Cartography, in: PINK, S. **Advances in Visual Methodology**, SAGE P. 2012.

HAESBAERT, R. O espaço importa: dilemas na construção identitário-territorial na contemporaneidade. In: Bastos, L.C e Lopes, L.P.M (org.) **Estudos de Identidade: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Guaramond, 2011.

HAICAULT-BOUCHARD, M. Uma tentativa de representar o tempo no espaço doméstico. **Cadernos de antropologia e imagem**. vol 3: 21-34, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro, DP&A, 1992.

HARTMANN, L. “Aqui nessa fronteira onde tu vê beira de linha tu vai ver cuento” – tradições orais na fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. Florianópolis: Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

KURKA, A. **A participação social no território usado: O processo de emancipação do município de Hortolândia**. Tese de Doutorado. PUC –SP, 2008.

LISSOVSKY, M. A máquina de esperar. In. Gondar, J e Barrenechea. **Memória e Espaço: Trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2003.

MACDOUGALL, D. **The Corporeal Image. Film, Ethnography and the Senses**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 2006.

MACHADO, A. **A Ilusão Especular: Introdução à Fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARESCA, S. **L’autoportrait: Six agricultrices en quete d’image**. Paris, Institut National de Recherche Agronomique, INRA, 1991.

-----.“O Silêncio das imagens” in Samain, E. **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2002.

MARTINS, J. S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. 2 ed. Hucitec. São Paulo, 1986.  
----- . O futuro da sociologia rural e suas contribuições para a qualidade da vida rural. **Revista Estudos Sociedade Agricultura**. N 15. CPDA UFRRJ. Rio de Janeiro, 2000.

----- . **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2013.

MENESES, U. T. Rumo a uma “História visual”, in: MARTINS, C. ECKERT, S. C. NOVAES (orgs.), **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP, Edusc, 2005.

MENDONÇA, M. M. Semeando agroecologia nas cidades. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.9. n.2. Rio de Janeiro: ASPTA, 2012

MIGNOLO, W. **La Idea de América Latina**. Barbelona: Gedisa Editorial, 2005.

MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**, Suliana, 1990.

NOVAES, S. C. Um casamento no Paquistão: na captura de imagens. **Cadernos de antropologia e imagem**, vol 3, 1996.

----- O Silêncio Eloqüente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Vol 3 no 2/2014, pgs. 57-67. 2014.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Apresentação. Posfácio. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

PINK, S. **Advances in visual methodology**. Sage, 2012.

PLOEG, J. D. **Dez Qualidades da Agricultura Familiar**. Revista Agriculturas, Cadernos para debate, Rio de Janeiro, AS-PTA, 2014.

----- Sete Teses sobre a Agricultura Camponesa. In: PETERSEN, P. (org) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

PRADO, B. A. **A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: Os agricultores do Maciço da Pedra Branca**. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ. 2012.

PRATT, M. L. **Ojos Imperiales. Literatura de viajes y transculturación**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1992.

RECHENBERG, F. Notas etnográficas sobre retrato: Representando as práticas de documentação fotográfica em uma experiência de produção compartilhada de imagens. **Cadernos de arte e antropologia**. vol3 n 2, p.9-22. 2014.

SANTOS, B. S. **A gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, S. L.P. Fotografia, representação e cultura visual sobre a America Latina: Sebastião Salgado, Pierre Verger, Cartier-Bresson, Miguel Álvares Bravo. **Revista Photo e Documento**, n 2. 2016.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz. T.(org.) **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Vozes, 2013.

SILVA, C. ROCHA, F. Contribuição da Sociologia Rural Norte-americana e européia aos conceitos de rural, urbano e suas relações. **Revista Colombiana de geografia**. Vol. 20. Bogotá, 2011.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas. **Revista de Psicologia USP** vol 17. São Paulo, 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TRAVASSOS, S. D. Fotografia e construção etnográfica. **Cadernos de antropologia e imagem**, vol 3, 1996.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo Companhia das Letras, 1973.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução Teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WOORTMANN, E. WOORTMAN K. **O Trabalho da Terra, a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, K. Com Parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico da Universidade de Brasília**, 1990.